

O CONGRESSO

Tradução sinalética do gesto



Luiz Daniel Rodrigues Dinarte

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUIZ DANIEL RODRIGUES DINARTE

O CONGRESSO: tradução sinalética do gesto

Porto Alegre
2018

LUIZ DANIEL RODRIGUES DINARTE

O CONGRESSO: tradução sinalética do gesto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Mara Corazza

Linha de pesquisa: Filosofias da Diferença e Educação

Porto Alegre
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Dinarte, Luiz Daniel Rodrigues
O Congresso: tradução sinalética do gesto / Luiz
Daniel Rodrigues Dinarte. -- 2018.
244 f.
Orientadora: Sandra Mara Corazza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Língua de Sinais. 2. Congresso. 3. Tradução. 4.
Gesto. 5. Sinalética. I. Corazza, Sandra Mara,
orient. II. Título.

LUIZ DANIEL RODRIGUES DINARTE

O CONGRESSO: tradução sinalética do gesto

Tese defendida e aprovada como requisito parcial a obtenção do título de Doutor em Educação pela banca examinadora constituída por:

Prof.^a Dra. Sandra Mara Corazza – Orientadora – FACED/UFRGS

Prof.^a Dra. Paola Basso Menna Barreto Gomes Zordan – FACED/UFRGS

Prof. Dr. Julio Roberto Groppa Aquino – USP

Prof.^a. Dra. Angélica Vier Munhoz – UNIVATES

Prof.^a. Dra. Sônia Regina da Luz Matos – UCS

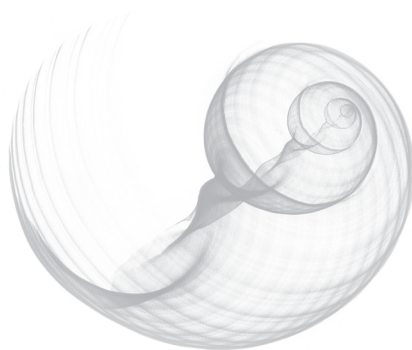
Porto Alegre
2018

AGRADECIMENTOS

Sandra Corazza; colegas do BOP – Bando de Orientação e Pesquisa; Paola Zordan; Maria Idalina Krause de Campos; Josué Dinarte; Rony Dinarte; Joaquim Dinarte, Andre Reichert, Gladis Perlin, Carolina Sperb e às colegas tradutoras e intérpretes de língua de sinais, Angela, Celina, Celeste e Amanda.

*À memória de Antonieta e Zé,
meus pais. Saudades.*

ARQUIVO DE ESCRILEITURAS
RECOLHIDAS SOB O PRETEXTO DE EMPREENDER O
CONGRESSO
TRANSCRIADOR DOS SINAIS,
COM A FRAGILIDADE INICIAL DE NÃO POSSUIR SEDE, PÁTRIA E NENHUM TETO, OU SEJA, UM ESPAÇO
A SER DIDATICAMENTE INVENTADO
E QUE DEFINE SUA TEMPORALIDADE NA DURAÇÃO DO GESTO
MINUTAS LAVRADAS A MÃOS TRÊMULAS



INCLUIAS NOTAS DO PRÉ-CONGRESSO, A TENTATIVA DE NOMEAÇÃO, TALVEZ CALUNIOSA, DO

INOMINÁVEL

O MÉTODO DA DISPERSÃO, DO SILÊNCIO, DA VIBRAÇÃO



O MUNDO – O CORPO

RESUMO

O texto consiste em uma fabulação de um Congresso como enenação tradutora. Em termos de forma, mimetiza os elementos próprios desse tipo de encontro, ao mesmo tempo em que pratica uma composição ao reunir forças atuantes em uma política do gesto. Ao buscar essas forças, promove o encontro de elementos históricos, educacionais e filosóficos que compõem uma tradução. Como composição de vozes anônimas e dispersas sobre os planos de pensamento educacional, linguístico e da tradução, torna evidente a emergência de um gesto-língua subjacente a todo o trabalho poético. Ao se deparar com unidades tais como Língua de Sinais, Educação de Surdos, Identidade, Comunidade, entre outras, exorta uma prática de tradução transcriadora, a fim de tornar reversíveis os textos que encerram tais noções em círculos de inteligibilidade e clausuras científicas. Por fim, coloca em questão o problema da língua como teologia da presença, debruçando-se sobre o conceito de signo, e propõe, através da didática da tradução e da crítica-escreitura, a busca pelas potencialidades do gesto como sinalética do pensamento-corpo.

Palavras-chave: Congresso. Tradução. Gesto. Língua de Sinais. Sinalética.

ABSTRACT

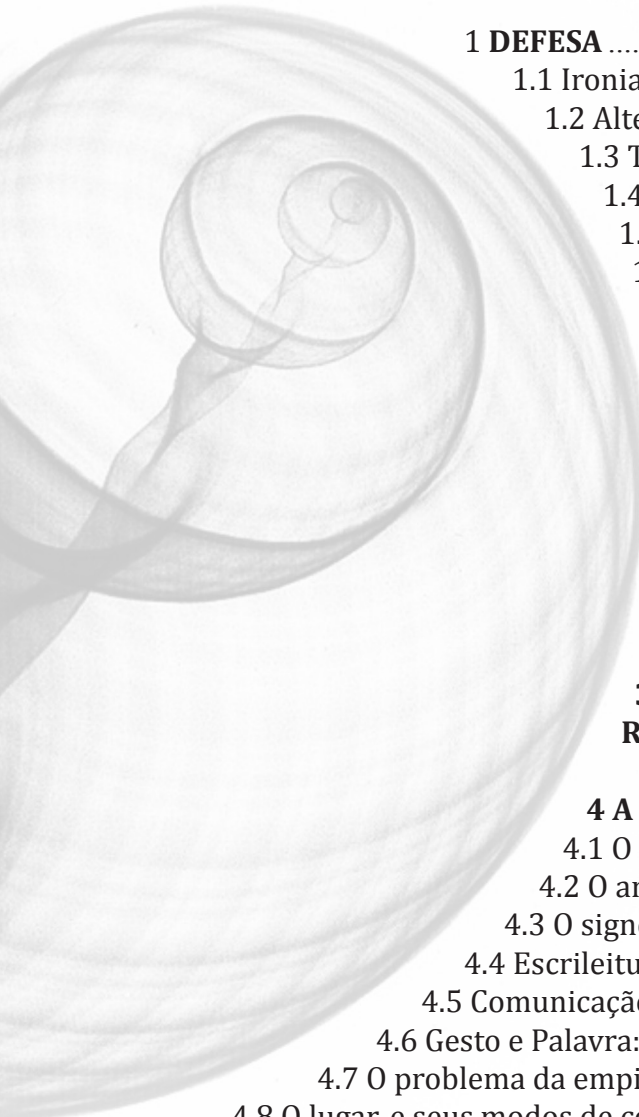
The text consists in a fable making of a congress as a translating enactment. In terms of textual form, it mimics the elements of that type of encounter, at the same time, practices a composition as a way of putting together the forces occurring in a policy of gesture. The search of these forces allows the encounter of historical, educational and philosophical elements that compose a translation. Educational, linguistic, and translational planes of thinking hold the composition of scattered and anonymous voices, which points out the emergence of an underlying gesture-body in all poetic work. Dealing with units such as Sign Language, Deaf Education, Identity, Community, among others, the text calls for a practice of transcreative translation. This exhortation has the purpose to become the texts reversible, as they set notions into circles of intelligibility and scientific closures. Therefore, addressing the concept of sign, the text explores the question of language as a theology of presence; through the didactics of translation and the scriptlecture critics, proposes a search for the potentialities of the gesture as signaletics of thought-body.

Keywords: Congress. Translation. Gesture. Sign Language. Signaletics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pegar.....	100
Figura 2: Elemento selecionado.....	100
Figura 3: Arqueamento de sobrancelhas - tópico.....	100
Figura 4: Côncavo e Convexo.....	101
Figura 5: Signalidade em <i>frame</i>	103
Figura 6: Fenômeno de Franjas.....	104
Figura 7: Colher de sopa.....	113
Figura 8: Espaço neutro.....	126
Figura 9: Desterritorialização do membro anterior.....	128
Figura 10: <i>Dancers in motion #14</i>	164
Capa: Composição de Fabiano Neu a partir de <i>Shell</i> , foto de Nick Veasey [www.nickveasey.com].	

SUMÁRIO



DIÁRIOS DE UM CONQUILIOLOGISTA	14
1 DEFESA	17
1.1 Ironia insensível	21
1.2 Alteridade dispersa	22
1.3 Telepatia	23
1.4 Silêncio	26
1.5 Um autômato solipsista?	28
1.6 Não é demais	28
1.7 Dos não vistos	30
1.8 Mudos	31
1.9 Teimosia	32
1.10 Sonho	33
1.11 Fim	33
1.12 Sim, a escuta das forças	34
2 PREPARAÇÃO DO CONGRESSO: A DÍVIDA	36
3 PREPARAÇÃO DO CONGRESSO: RECOLHIMENTO	40
4 A TEMÁTICA: DOZE ESBOÇOS	51
4.1 O óbvio	52
4.2 O arquivo <i>bífido</i>	54
4.3 O signo difratado	58
4.4 Escrileituras gestuais: o Método	61
4.5 Comunicação	64
4.6 Gesto e Palavra: uma gênese do Signal	68
4.7 O problema da empiria: funcionamentos.....	71
4.8 O lugar, e seus modos de congregação.....	76
4.9 Um tipo especial de solidão	81
4.10 Procedimento transignador.....	85
4.11 O Congresso e o mito.....	89
4.12 Vociferações.....	90

5 OS CONFERENCISTAS92

6 PROCEDIMENTOS PARA O ENVIO DE PROPOSTAS DE MESAS.....97

6.1 Empiria98

6.2 Signalidade.....102

6.3 O-signo-o-gesto, o Signador e a Transignação.....105

6.4 Demonstração: eu-pesquisado.109

6.5 Alguma divisão.....111

6.6 A ilusão da colheita.....113

6.7 As mini-cartografias.....115

6.8 A casa: *mise-en-tropos*.....119

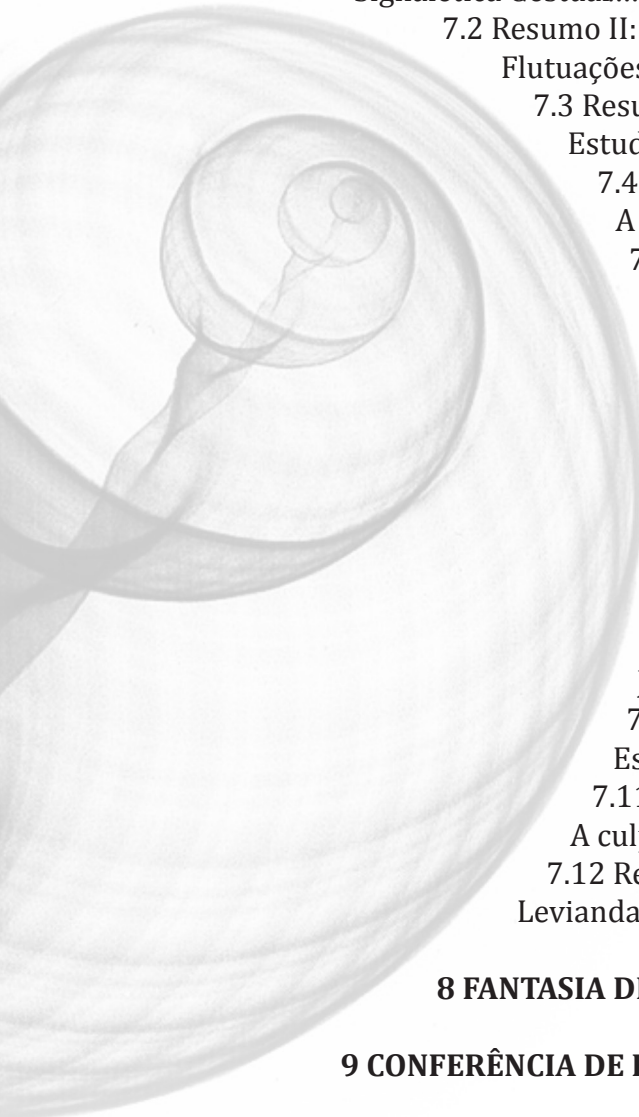
6.9 Desdobrar.....122

6.10 Inscrição.....123

6.11 Pedagogia do Gesto.....127

6.12 Como interpretar dados.....129





7 LIVRO DE RESUMOS - COMUNICAÇÕES	132
7.1 Resumo I:	
Signalética Gestual.....	133
7.2 Resumo II:	
Flutuações da palavra, dança do sinal.....	137
7.3 Resumo III:	
Estudo de caso: a Ideia.....	139
7.4 Resumo IV:	
A comunicação e o <i>pixel</i>	143
7.5 Resumo V:	
Em plena fuga.....	148
7.6 Resumo VI:	
O Tradutor Narrador.....	149
7.7 Resumo VII:	
O blasé, a indiferença: o texto dos encontros contemporâneos.....	156
7.8 Resumo VIII:	
O tempo visado.....	161
7.9 Resumo IX:	
Jabberwocky: o corpo e o não-senso	166
7.10 Resumo X:	
Espaço - Neutro - Sonho.....	170
7.11 Resumo XI:	
A culpa.....	173
7.12 Resumo XII:	
Leviandade.....	175
8 FANTASIA DE ARTIGO	177
9 CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO	217
REFERÊNCIAS	233



DIÁRIOS DE UM CONQUILIOLOGISTA

Falar do início não é tarefa fácil. Falar desde o início — que tranquilidade! — é a bênção da significação, a amparar aquele que tem mais fôlego. Mas o início, esteja bem entendido, é sempre a passagem em um círculo significativo no sentido de ampliá-lo. De outra parte, falar do início de um texto, por exemplo (e, também, este texto), e admitir uma relação com a linha acima, a dos “feitores” do Estado (sejam comediantes, músicos ou romancistas...), é admitir um tipo de formação constelar e de asterismos mutantes que visa superar seus broquéis. Um “apesar deles...” é o que se deixa ver. Há uma formação sistêmica, há séries de signos remetendo uns aos

outros, mas eles continuam atravessando tanto a máquina de guerra quanto os segmentos mais variáveis das formações, segundo o setor, a especialidade, a função, e tantos quantos forem os níveis de distensão espaciais e temporais que vierem a despertar o conceito (ou o início) de seu sono dogmático. Pois se não há início em sentido estrito, é muito mais pela variação produzida nos subterrâneos dos regimes de signos, sob as mãos e narizes dos feitores, do que pela máxima existencial da recusa à origem. Como não tornar vulgar uma afirmação como a de que o início de cada texto envolve um recolhimento e uma lástima por parte daquele que escreve? Como não ferir

os leitores mais sensíveis, que, afinal, cultivam a ideia de que um início é a assunção de um turno, no diálogo segmentado de cada texto? Isso é ofensivo, é algo que não se pode negar. As fragilidades e os pressupostos estão todos ali, mesmo na escrita mais técnica. Finge-se o começo e em seguida arrogase, para si, o escritor, a esperança de que todos os outros também finjam, o início. Obviamente, existiram outras partidas, mais insensíveis, imperceptíveis, onde realmente não se poderia ter iniciado pelo início, nem mesmo haveria, nestas emissões satânicas e estapafúrdias, o reconhecimento de que, todavia, haver-se-ia de começar em algum momento. Não! Muito mais um sentido de recomeço que sempre foi assim. Começos que metem a cara num círculo já existente, sempre existente, e ali explodir, devorar, matar. Sou meu filho, meu pai, minha mãe e eu, diz Artaud. É um círculo universal, infernal e louco

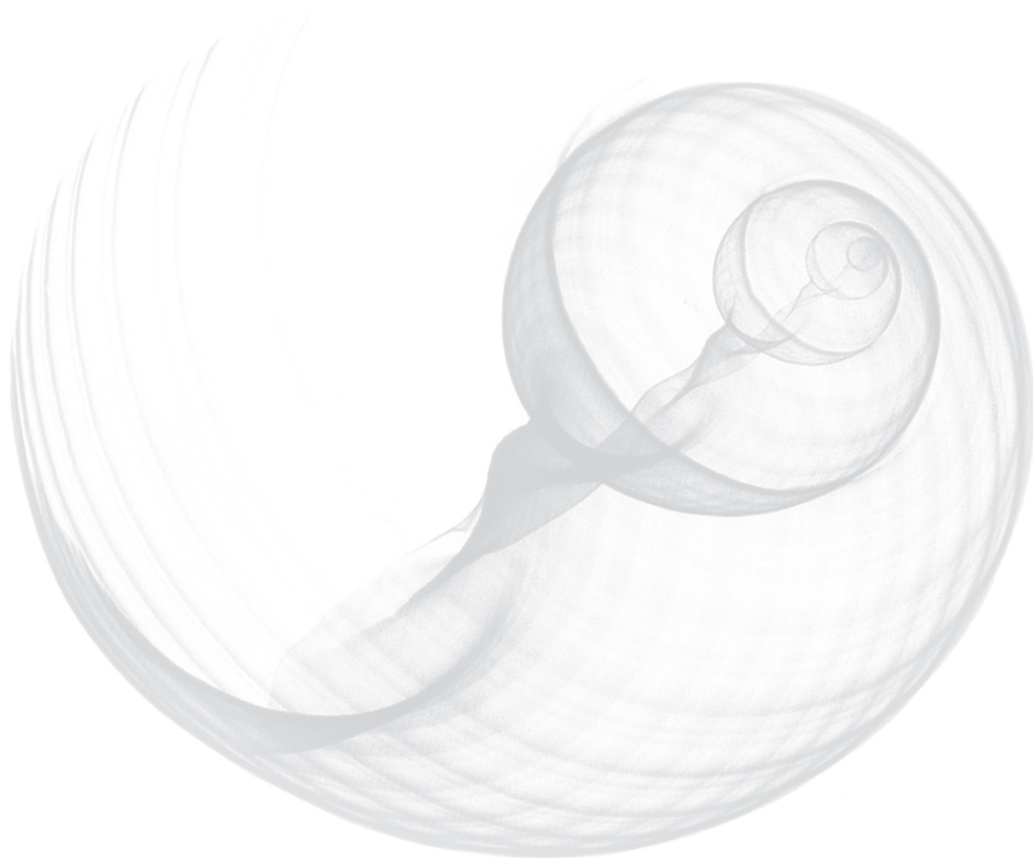
que se expande. Mais futuro e mais passado: pedir licença ao já iniciado (para poder admitir, em seguida, que todos são univocamente iniciados).

Aos que alegarem o solipsismo, o hedonismo e de que se trata de uma escrita para iniciados, sintam-se à vontade. As acusações devem ser dirigidas às instâncias superiores dessa casa, e para tanto pode ser utilizada a folha em branco dentro do envelope, ao final desta encadernação. Ao escreverem, os queixosos deverão: 1. Indicar página e parágrafo que motivaram a denúncia, e, caso se trate de trechos mais longos, a solicitação é de que se leia mais uma vez o referido trecho e, em resumo de dez linhas, seja explicitado o desgosto. 2. Lacrar o envelope, dirigir-se ao protocolo e encaminhar a queixa. 3. Após até três dias, caso haja ainda curiosidade em relação ao feito, abra novamente esta encadernação. E se, num golpe furtivo de empatia, houver a reavaliação do encaminhamento, poder-se-á adentrar

as secretarias entre as 00:00h e as 05:59h, e, de posse de uma lanterna, vasculhar os arquivos em busca do envelope. Sabendo que tais encaminhamentos demoram alguns dias para serem processados, ainda será possível alterar a denúncia. Seja para extraviar o envelope ou para envenená-lo ainda mais de conteúdo, é claro. É assim que as coisas são. Eu entendo.

E, para iniciar a partir

do início, é preciso pelo menos ter alguma noção dessa guerra perene. Se um início é assim tão requerido, é necessário um mínimo de decência, para que se saiba minimamente do que se está falando. A grande e insistente surpresa ainda é só uma - a de como se admite ser lançado de círculo em círculo, de constelação em asterismo, de linhas segmentares em abismo. Começar, nessas condições, é para poucos.





1

DEFESA

A primeira inclinação foi a de inventar um imenso contraditório de mim. Tudo o que eu não sou, desgosto, desconhecimento, eram candidatos ao protagonismo, quaisquer que fossem os arranjos, entre si, desde que nada se parecesse comigo. Escrever dessa forma talvez se tornasse uma atividade desnecessariamente combativa, pensei logo após o pré-Congresso. Então, com o passar dos meses, os contraditórios se tornaram esparsos, apenas sugeridos, concluídos de um excesso de mim a se esgueirar entre uma ou outra frase. Quanto ao pesadume dos exemplos, da história, da teoria, assentado o sujeito e seu sobrepeso, não se poderia exigir do leitor absolutamente nada, embora trabalhar com pistas espalhadas ao longo da escrita fosse e continue sendo um exercício ainda assim presente. Era a paisagem delineada, com seus calcários, conchas e umidades. Amontoados, espessamentos. De um lado, as formações mais óbvias, alguns corpos já decadentes. A linguística, alguns desafetos, a indecisão entre exposição e velamento, a flecha cambaleante que mirava o espantelho, entortava o espaço, caía. De outro, a felicidade de encontrar, no entulhamento inicial, os espaços vazios. E daí era sentida a voz do infinito vazio. De cada concha, o sopro longínquo dos mares que lá no fundo de seus sedimentos de estruturas proteicas ainda vive.

Congresso como forma interessada, reencenava o evento de Milão, do ano de 1880, no qual a língua de sinais foi descartada como instrumento viável na educação de pessoas surdas e suplantada pelo oralismo, filosofia de cunho clínico, normalizador e moral. A alusão a um evento de tal magnitude exigiu fazer deste um espírito livre, a brincar e obsidiar outros tempos. Uma contra-imagem, o murmúrio gestual em flagrante situação negativa, quando há encontro dos sinalizantes. Outra, a idealidade solitária que é a potência da própria escrita. Não era possível senão marcar a escrita com tais encenações, já que, caso fosse o intento formular e apresentar uma filosofia gestual, arriscava-se perder o viés transtemporal anteriormente visado. De outra parte, caso o Congresso fosse tornado carne, esvaía-se a imanência do gesto. Uma clausura de iniciante, confesso. Mas quem disse que indicar o caminho deve incorrer em uma chegada, como fim de um programa? Aprendi a aceitar que, como conjunto, as pistas que compuseram o território do Congresso irão cantar uma dispersão, e nada mais. E que eu nunca serei capaz de ordená-las. E que não desejo ordenar ou emitir pareceres.

Pistas são a tentativa de cantar algo em vãos do texto, aqueles lugares que, não sendo exatamente ocupados, ainda assim denotam um certo combate, algum contraditório (o mais difícil de desviar da obviedade, da chateação) e alguma voz ao fundo, como as vozes discordantes em campo de guerra. As vozes, mesmo nesta primeira inclinação, nada mais são do que sopros, anúncios do ataque e os próprios gritos da morte, e, para além disso, no máximo, os resmungos ritmados do contador de cadáveres, na manhã posterior ao combate. Estas eram, em definição, as pistas da proposta. Não foram recenseadas, exatamente para evitar a chateação do leitor, mas, pensando melhor, talvez isso seja necessário.

Eis que há uma segunda inclinação, e esta começa a ser exposta no presente texto. Primeiro porque ainda não há espaço para as imensidões, muito menos de mim (com exceção de alguns segmentos de pele do abdômen, onde já é possível distinguir um sentido de “horizonte”, da barriga, mas isso eu guardo para a posteridade). Tampouco há vozes eleitas. E se, neste momento, eu afirmo que ninguém fala ao longo do texto, que esta é uma escrita de ninguém e para ninguém, não é por capricho retórico, o deslumbre era exatamente o anterior, quando as vozes eram imitadas de alguns outros textos (escritos e sinalizados, como se a língua ainda fosse uma questão de voz), como uma pista da origem, como piscadelas cúmplices a leitores específicos. Pura banalidade.

Uma e outra tendência se descobrem em conflito. Deixei de ser afeito a algumas coisas, passei a desejar outras. Mas esta é a minha chance, por mais que eu tenha ainda reservas, por timidez, em expor totalmente esse processo. Oportunidade de finalmente lidar com algo. Algo, e não alguém. Pois esse processo não é cantado por uma voz específica, isso não pode ser feito por algo a que se atribui o advérbio alguém. Simplesmente porque uma é a tendência à morte, e a outra, à vida. É ao mesmo tempo que se morre e se vive, isso é claro. Mas ninguém planeja a própria vida e a própria morte em um só traçado. É preciso estar acompanhado para fazê-lo.

Portanto, mantêm-se as pistas, retiram-se as vozes, as que insistiam em falar através da escrita. Por si mesmos, como por encantamento, ao redor desses furos no texto, e espera-se poder demonstrar alguma habilidade, fazer as vozes brilharem em sua ingenuidade e em seu processo de morte. Voz é esse sopro necessariamente rápido. Caso se estenda, ela tende naturalmente ao ridículo. A exigência de uma voz no texto, ou ainda quando o vasculhamos à procura da voz: este é o fascismo mais vulgar que há.

Melhor seria assumir minimamente a sua exigência e insistência. A procura não seria, assim, pela voz de outro, mas que algo possa fazer coro consigo mesmo. É uma leitura moral. Dirigida à lei, ao crime, assim como ao contraditório e à sentença. É exatamente a quase ausência das vozes que foi buscada. Em uma frase, é essa a abdicação que é entregue com a maior sinceridade possível.

É expor a fraqueza, não na ausência metódica das vozes, mas assumindo que em anos de convivência apenas alguns encontros tiveram a marca vocal, mesmo assim, muito passageiras, muito livres. Assumir isso não soa nada prepotente, creio eu. Se o outro nada disse, porque eu o faria em seu lugar? Ambiência promissora para um texto. Não devemos gastar tempo desejando coisas que nunca teremos. Então eu assumo. Falar não é o meu forte, e escrever passará a ser um dispositivo do meu retiro. Por isso que as pistas (os grãos) funcionarão como demarcações do meu fracasso. E olha que eu nunca cheguei a desejar nada daquilo que os outros possuem. Tudo o que eu quero, já é meu. Logo: *nenhuma voz, apesar de que...* seria uma boa síntese colada como contra-imagem de cada sentença (cada motivo) aqui registrada.

A dupla tendência que marca esta introdução tem ainda um outro avatar. Voz-do-corpo, gesto-incorporal. Para detectar tal cruzamento foi preciso circular um pouco, explorar a paisagem da proposta anterior, percebê-la como terreno a ser pisado, deambulado, retornar a alguns textos e desviar firmemente de outros. Então, foi necessário selecionar algumas pistas já apresentadas. Tratava-se, em primeiro lugar, de procurar uma figura que expressasse uma coletividade, uma coletividade muito mais fluída do que uma comunidade embora possuidora de um magnetismo vital. A figura em questão é o Congresso. Alguns aspectos a enumerar:

1.1

Ironia insensível

Congregação remete à *ekklesia* (a assembleia grega), mas também, de certa maneira ao *qahal* judaico. Neste último, o sentido deve ser entendido literalmente, como “aqueles que foram chamados”. Porém, há exceções muito claras na bíblia judaica, e uma delas diz respeito aos emasculados, proibidos de adentrar a congregação. Há aí uma fragilidade mais do que evidente e apontada pelos avaliadores da sessão de defesa, que é o fato de não ser suficiente a recusa da comparação com os emasculados surdos (aqueles que, privados de audição, não atendem à convocação e simplesmente não comparecem e tampouco se inscrevem no Congresso). O argumento foi válido. Realmente parece uma metáfora muito pobre e até mesmo anacrônica condicionar o evento à voz fônica para depois assinalar um sentido de mutilação à surdez. Principalmente depois de autores como Perlin (2003), Skliar (1999) e ainda Reichert (2006), que, cada um à sua maneira, expressam a inversão da lógica clínico-terapêutica e a vida surda como resistência através da visualidade.

Se o Congresso tratava de outra coisa, por outro lado seus efeitos são sentidos e replicados tanto nos encontros de hoje como nos momentos de silêncio e recolhimento. O que era demonstrado como angústia era a necessária reclusão, aparentemente rejeitada pelos surdos pós-Milão, no afã comunicativo, na vontade de estar junto seja como for. Mas a descoberta mais importante, a que se dá continuidade neste texto, é a de que muitas coisas acontecem no silêncio, nos dormitórios dos internatos, que ganharam certa vitalidade mesmo na interdição da gestualidade, nas pedagogias oralistas, e que paradoxalmente aumentaram a potência do gesto comunicante. Mais elementos se agregaram sob a proibição da língua de sinais, mais sutilezas que só podem ser reconhecidas pelos que percebem a

rapidez de certos sinais faciais. Congregar, apesar da política fascista do oralismo clínico e pedagógico, tornou-se mais urgente e por isso, impossível de extinguir. O Congresso é subterrâneo.

1.2

Alteridade dispersa

Mas havia outro movimento, paralelamente. O chamado para o Congresso se bifurca, mas não na distinção já estabelecida como par dicotômico ouvinte/surdo. O chamado, nesse caso, é o grão vital, elemento vibratório que se esparrama por toda a Europa do século XVIII cujo centro irradiador é Paris, especificamente nos arredores da Rue Saint Jacques. O emasculado, neste caso, não é o surdo. Este se tornara, ao longo do texto da proposta e, de forma mais acentuada, no presente texto, uma categoria de pouca serventia, passando a funcionar mais como um elemento cênico, um tipo de luxo (elimina-se, assim, o fulcro). A castração é em relação ao gesto. Quem é capaz de captar a frequência da convocatória é aquele que é sensível ao gesto como Signal. De dentro de um sistema em movimento, uma *matière signalétique* (Guattari, 1982), que toma para si os componentes cênicos de muitas ordens (seja do Congresso, da língua desejante que aflora na solidão do sótão, de toda a filosofia que não pode ser mostrada sem mudar de superfície). Muitos não eram, por razões várias, sensíveis a tais signos.

Algo passou, talvez por lapso, sob o olhar do abade Charles Michel de L'Épée. Talvez o fato de ter sido recusado por Roma como sacerdote, e mesmo compensado com um cargo eclesiástico menor (Berthier, 1852), algo tenha sensibilizado suas vistas quanto ao que pouco ou nada importava à época. Seja por conta do condicionamento da oralização (estando estes fechados em salas decifran-

do a minúcia do movimento gestual labial, às vezes com as mãos amarradas para que não recorressem ao gesto manual, etc) que se desenvolveu fortemente na Alemanha dos séculos seguintes, seja pela simples recusa — o burburinho gestual não granulava, não era modalizado, não era voz. Mas aí tanto faz a condição auditiva, pois alguns ouvintes também o fizeram, e, na figura de Auguste Bébien, educador francês da primeira metade do século XIX, pode-se reconhecer um movimento paralelo à simples oposição anterior. Ouvinte, Bébien aprendeu a língua de sinais francesa a ponto de detectar unidades composicionais e as distinguir através de símbolos gráficos ao criar a primeira notação das línguas de sinais modernas. Seus colegas, professores ouvintes do Instituto de Surdos-Mudos de Paris, não percebiam a velocidade dos sinais, eram lentos, solicitavam a intermediação de Bébien para compreender os alunos. Bébien foi esquecido pela história surda, infelizmente.

1.3 Telepatia

Aí é preciso citar a aparente telepatia surda, que atravessa não somente o espaço da cidade e da rua do Instituto, mas que se estende até nossos dias, nas coincidências dos encontros de sinalizadores. Lembro do ano de 1999, quando eu ainda tateava meus conhecimentos em língua de sinais, e passei a “farejar” os surdos pela cidade de Porto Alegre. Desconhecendo ainda seus costumes e seus rituais, eu perambulava em um espaço que então (desde que eu aprendi a diferenciar o gesto do sinal) passou a ganhar um outro sentido de ocupação. “Eles não combinam, mas, por coincidências sistemáticas, chegam aos mesmos lugares e se encontram!”- eu teorizava. Desde a minha residência, à rua 20 de Setembro, no bairro Azenha, eu ca-

minhava até o centro da cidade em passos lentos e olhar apreensivo, e qual não foi minha surpresa quando, numa sexta-feira de novembro, percebendo que algo cintilava em algumas ruas mais do que em outras, eu consegui chegar a um dos locais de encontro dos surdos! Uma vibração indicava o caminho, traços que eu fui aprendendo a decifrar progressivamente, mas que eram pistas muito evidentes para os que já possuíam a habilidade dita telepática. E é por isso que é necessário distinguir a voz-corporal do gesto-incorpóreo. O chamado foi um, tão somente um, expresso em um atributo expressivo que é um signo signal. Sendo assim, quando eu encontrei, telepaticamente, o referido local, foi ao chamado de um tipo singular de voz que eu respondi e o tempo me permitiu decifrar, mas é um dedilhar muito mais sutil que se espalha no espaço urbano, um tipo de movimento ocular que não é nada mais do que o Congresso em ato. Os surdos farejam notas do Instituto de Paris como um muçulmano ora voltado para Meca. O romantismo insosso que disso foi feito não me interessa em nada, como quando se convence os incautos de que a surdez em si é uma essência. Não, não é. O infinito da terra prometida se fragmenta e deambula por todo o planeta, e não há cultura intocável, nem ela pertence a ninguém. O que distingue o Instituto parisiense e Meca é a capacidade de deambulação, e, de resto, tem-se somente telepatia, o feitiço de toda a linguagem sem a dívida arquetípica da moralidade religiosa. Explosão.

O gregarismo afetuoso dá lugar a outra coisa, isso quando não há possibilidade de um monólogo interior minimamente estável em relação ao líder, mesmo porque a posição de líder será secundária em relação a essa tendência gregária invertida. Em Freud (2011 [1921]) há essa distinção, quando de um lado há formação de laço afetuoso conduzido pelo líder, mas esse permanece como elemento externo à massa e, de outro modo, há puro amor sem mediação de uma figura central. Nas massas artificiais, a Igreja e o Exército, o líder deve amar

a todos igualmente, e a atrofia da individualidade se dá em favor de uma horda patriarcal. É o oposto da formação de bando, gregarie-
dade parcial que não passa pela dicotomia solidão/socialidade. Para Schopenhauer (2002), a juventude precisaria aprender a enfrentar a solidão. Para quem sempre esteve sozinho, obviamente, esta máxima não se aplica. Digo, seria outro o caminho, primeiro na conquista do convívio, que ganhará na linguagem o papel de “entendimento mú-
tuo dentro do rebanho”, e somente após essa incursão é que haveria a possibilidade de “identificação dos indivíduos uns com os outros” (Freud, 2011, p. 79). Não há dúvidas de que o abade L’Épée, em pleno século XVIII na França, tinha em mente o fim gregário mais comum, de modo a compensar o isolamento social, e, mais explicitamente, o caminho da graça religiosa. O resultado, porém, só poderia ser de um tipo muito especial.

Por telepatia não sugiro exatamente a experiência com poderes ocultos. Mas eu preciso resgatar uma dupla leitura, que apenas se fez dupla quando me vi em isolamento e disposto a angariar as pistas nos eventos que me cercavam. Se aquelas pessoas se encontravam em locais públicos sem prévia combinação, poderia ser por mero acaso. Mas o acaso planejado, estampado nas cenas de brigas e nas antipatias mútuas, ainda me parecia confuso demais. Diziam-me para sinalizar discretamente, para evitar exposição das mãos em locais públicos, que seriam facilmente lidas até mesmo à distância pelos sinalizadores inimigos. Eles falavam mal uns dos outros, expunham intimidades, criavam sub-dialetos locais de sinais, realocavam as mãos embaixo das mesas e comprimiam a sintaxe desde o espaço amplo em frente ao corpo para as piscadelas, a ligeireza de gestos e a codificação de movimentos manuais combinados em uma velocidade quase inapreensível aos olhos lentos. E, mesmo na aversão completa que nutriam entre si, havia uma expectativa do encontro não planejado — e acontecia!

Se no texto freudiano acima citado havia uma sutil concorrência entre o analista e os videntes — que nada mais são que duas espécies de intérpretes — nos casos apresentados, é possível distinguir aqui uma concorrência em espera, oposição solidamente reservada, uma vez que nem um nem outro lugar estavam ocupados. A linguagem não é faltante, não se procura o sinal que expresse o sentido. Mas as minhas finalizações, conclusões e hipóteses se somam aos encontros de maneira misteriosa. Então só haveria esse poder oculto quando eu estava presente. Era assim que eles precisavam de mim e tinham como natural esse compromisso mútuo. E era essa a maneira que achavam para que o encontro, a vontade de estar junto, se realizasse. É essa busca que eu, como ouvinte (ou melhor, como sinalizador em iniciação), deveria aceitar, ou estaria fora, destituído do poder telepático. É isso que assusta muitas pessoas, para quem as bases sintagmáticas gestuais impedem, por exemplo, de sinalizar de maneira fluída. Muitos fogem dos surdos, não os entendem, e replicam a narrativa equivocada de que a questão de fundo é a surdez. Ou pior, alguns os têm como desconfiados, beligerantes e distraídos. É preciso dizer que nem o abade francês adentrou seu meio senão munido de livros que não faziam parte daquele caldo energético. Bébian sim, alcançou êxito e foi, misteriosamente, engolido pelo esquecimento. Presente, porém, em mim. Eu o sinto.

1.4

Silêncio

Quanto ao local, no centro da cidade de Porto Alegre, dele ainda é preciso resgatar alguns traços. Tratava-se de um boteco que se assemelhava a um corredor, alargava-se um pouco ao fundo, sendo ali possível dispor algumas mesas encostadas à parede. Uma

única lâmpada, com uma luz amarela, se esforçava em dar conta da iluminação de todo o ambiente, no que as paredes ganhavam tons conformes ao foco geral e às cores do mofo e das manchas. Os mais idosos já haviam chegado ao final da tarde e era deles a preferência das cadeiras. Os outros revezavam chegadas e saídas, e me parecia haver outros ajuntamentos em diferentes pontos da cidade, assim como os conflitos, as fofocas e as dívidas pessoais eram critérios secundários, embora não menos importantes, de seleção de itinerários do Congresso. Um elemento de fundo, eu percebi rapidamente, era o estatuto do “já” (sinal que expressa presença, confere um tipo de status ao sinalizador, difícil de explicar...), no sentido de “eu já estive, já ocupei e já fui visto aqui, lá e acolá”. Certamente a gratuidade no transporte público facilitou esse tipo de movimentação como deflagrador do elemento de agregação. Eu mesmo o utilizei, mesmo indevidamente, incentivado pelos surdos, quando tomávamos um ônibus em grandes grupos. O motorista e o cobrador da condução somente olhavam e acenavam, riam e faziam algum comentário entre eles, nesse ínterim, eu subia e sentava tranquilamente, meus sinais ainda pobres funcionavam como escudo, e eu não pagava a tarifa. Também o fiz para adentrar cinemas e para sentar em bares sem consumir absolutamente nada. O tema da gratuidade realmente mereceria uma exposição mais dedicada. Porém, e aqui se anuncia mais uma superação do dualismo vulgar da condição auditiva, não se tratou simplesmente de “fingir” ser surdo para assistir a um filme sem gastar dinheiro. Era mais do que evidente que eu não poderia, em hipótese alguma, interromper a gentileza do bilheteiro e pagar meu ingresso. Quando o bilheteiro olhou ao entorno, em momento de desatenção do gerente, abriu a cortina da sala e disse entre os lábios “Entrem, rápido!”, eu não poderia desistir, era obrigado a cumprir aquela passagem. O silêncio, todavia, não está aí.

1.5

Um autômato solipsista?

É preciso muita disposição de espírito para escrever algo que não interessa a ninguém. Mais ainda para sistematizar um conjunto de pistas que alertem o leitor para a ausência total de fundamento e relevância. Mas muito pior é quando se faz exatamente isso acreditando estar engajado em alguma comunidade científica. Muitos passaram por isso, e o despertar da fantasia rejeitada se deu principalmente em seus leitos de morte, quando inevitavelmente estenderam os braços a Deus e imploraram pela salvação. Digamos que para mim, escrever tem sido, nos últimos anos, uma progressiva dilatação desse momento final, algo que também ocorre a outros muitos. Mas, não estando qualquer doutrina religiosa disponível, nenhum cálice ao alcance da mão... A massiva quantidade de rituais e desvios são muito maiores do que eu, não me torno religioso não por falta de fé, mas de elementos para rebater a religiosidade. Uma fé histórica? Improvável. Uma vez que todo o meu empenho tem sido no sentido de esvaziar, através de apropriações muito vagas, o que procede de mim, no sentido de acelerar sempre um fracasso alheio. *Tu chutarias um cadáver?* Então o desvio moral está em ti, não em mim. Concluindo, apenas busco uma sinceridade. E penso não haver maior fortaleza do que o pó, pontilhado sobre a terra. Nenhum muro é mais intransponível do que esse.

1.6

Não é demais

Dizer que algo é excessivo, que o texto está além da conta, dizer que chega, são privilégios ainda inacessíveis a mim, pois, de acordo com as prescrições (mesmo que vagas) daquilo que seria o mínimo

para que um texto se caracterize como uma tese (e suas consequências sociais do termo), fica claro que a exaustão é um luxo que eu assenti recusar. Além do mais, seria ridículo, haja vista que a exaustão física dos autores, senão trabalhados, ao menos aludidos neste texto, aos quais me são caros, é alcançada no decorrer de vidas inteiras, entre digressões e mutações completas. Se assim me foi solicitado, é dever retomar. É para sair dessa suspensão, entre idiotia e mistério, que o acordo tácito desse modo de circunscrição do texto não me parece de todo ruim. Mas claro, outra coisa bem diferente é a possibilidade de referir a exaustão, de fazer desta um motor para uma alma agonizante... ainda ridículo. Mas não havia nenhuma cláusula que me proibisse tratar dessas coisas. E daí seria possível extrair algumas fórmulas. Uma que me parece bastante clara é sobre a questão da relevância. Não da relevância da tese, obviamente, pois tal avaliação exige o cumprimento de outras cláusulas e ainda outros acordos futuros. Mas quanto a essa forma dada como relevância. A fórmula é: (acordo) dizibilidade + (dito - exaustão) = relevante (- gosto subjetivo). Observe-se que a exaustão e o gosto subjetivo são inseridos para serem suprimidos. Porém, a exaustão de escrever sempre mais é a exigência latente, enquanto o gosto é passado ao outro lado da equação porque é um pesar que independe de qualquer acordo. É evidente que o acordado não diz respeito às paixões, mas daí a equacionar a supressão nos dois lados da igualdade seria uma repetição a ser cortada. Como qualquer contrato, não importa o que se gosta (ou desgosta), além do que muitas outras cláusulas podem surgir com o tempo (novos manuais, novas condições para que surjam outras interdições ou incitações, etc.). Escreve-se até a exaustão, e pronto, e somente isso. Não há exaustão formal, pois sempre será possível e desejável que algo além seja dito, mas é o próprio anulamento que o diz, a exaustão é de direito, e cada segmento dito (cada comunicuema?) dá a ver uma escrita exaurida, e não exausta. Nada a ver com cansaço. Entender um acordo científico nessas condi-

ções é surpreendente, digo, me surpreendo com as possibilidades de um texto acadêmico. Se é isto o que ainda me motiva a fazer jus aos acordos que assinei, isso é uma pergunta a qual não tenho como responder!

1.7

Dos não vistos

Não é apelo algum. Não há nada a “contar”. Funciona como um retorno à total indiferença, à total ilegibilidade, à total ausência de voz, mesmo as vozes “de fundo” se calam nessas condições.

Um simples mover-se. Sem digressões. Como a ave que avança em um bando; neste, qualquer indivíduo pode e deve tomar a frente em algum momento. A animalidade dos pés-de-vento. Das quedas d’água.

Da desatenção. Do imperceptível como marca do texto, um texto de ninguém, um texto de todo mundo. Da admiração pela elegância de certos animais. Movendo-se entre riscos e possibilidades. O desejo pelo desejo.

A descrença e o enfado aqui antecipados são somente em relação ao primeiro gesto. Pelo simples fato de que já há muitos textos por aí, e porque não quero que este texto seja visto como tentativa de “tomar a palavra” (ou, um “novo” conceito). Não vivemos em bando, sabemos disso. E a elegância de certas aves nos mostra isso de maneira muito clara.

Já percebeste que as aves não nos olham? Que registro é esse em que vivem? Que linha é essa que não se deixa capturar pela nossa profundidade? — Sejam gaivotas, corvos, galinhas. Ou, em alguns momentos, iremos ao limite: moscas, lagartixas e minhocas.

É que antes de qualquer delimitação subjetiva ou objetiva, quer-se encontrar a linha móvel que busca a potência de um corpo.

Um corpo que funciona pela própria necessidade de fazer de si mesmo um corpo. Das alturas da topologia de textos educacionais e filosóficos, um começo não poderia senão percorrer as linhas superficiais daquilo que os próprios textos agenciam enquanto forças.

Não é desdém pelos arquivos que produzem, não é desgosto pelo legado, não é recusa à tradição. Mas, veja-se, qualquer didática que funcione, mesmo tradutoriamente em relação à tradição, há ainda alguma origem acordada, implícita. Mas a poesia também alude a algo passado, alguma origem, e nosso caso não nos permite apagar isso em nenhum contorno, mesmo quando se declara em alguma passagem que é do acontecimento que estamos tratando. Todavia, assim como o Robinson de Tournier, se os fins de uma didática tradutória são tangenciados ou desviados em função de outros fins, não estaríamos ainda no registro de certa origem? E se deixarmos de ler os textos educacionais e filosóficos pelos fins que eles inventam e traduzem para si, e, ao contrário, desviarmos dessas outras vias, mortíferas, imperceptíveis, sorvendo o que de fato produzem enquanto diferença, essa nova matéria, impensável, violenta, não nos levará a uma animalidade e a uma gestualidade mais autêntica? Ao menos nossa timidez inicial seria abonada por algo que nos ultrapassa, e, enfim, já não estaríamos tomando a palavra, mas a viveríamos — *joie de vivre*.

1.8

Mudos

Para minorizar a saga do povo surdo. Complicado. Extirpar os centros de poder, ao modo de Deleuze em relação à filosofia e de Carmelo Bene em relação a Shakespeare - acarretaria uma situação embaraçosa. O centro de poder evidente e ordenador, divino

em sua onipresença, é todo e qualquer som emitido pelo aparelho fonador. Seria o caso de calar, tão somente. Os oralistas alemães seriam acometidos de um mutismo burlesco, e as sessões de treinamento de fala seriam uma repetição infundável de movimento dos lábios (*mouthings*). Mas há um porém. Não seria toda a gestualidade burguesa uma memória reprimida da interdição do gesto livre, pré-histórico? Nesse sentido, também o gesto civilizado seria acometido da catatonia, e a cena surda seria invertida, na fórmula da minoração, em uma sala silenciosa e sem movimento algum. Paralisados, os oralistas e os surdos estariam presos num vórtice confes-samente tedioso (pelo menos para os próprios oralistas).

1.9

Teimosia

Uma coisa é descobrir a complexidade envolvida nesta exposição em relação à primeira defesa. Outra bem diferente é preservar um limite entre demonstração vulgar e a gentileza para com um possível leitor. Ainda me assolam dúvidas nefastas em relação ao quanto descrever, o quanto devo esconder (ou sou incitado a fazê-lo), e o quanto devo codificar as minhas intenções e mesmo a minha ignorância. Por muitos anos eu preferi calar, ou melhor, distribuir o silêncio, tendo como conselhos e críticas dos meus poucos interlocutores não mais do que algumas linhas que eu nunca consegui decifrar. A teimosia tem suas consequências. Se dar ao luxo de ignorar a todos e seguir um monólogo convincente, isso é para poucos, e certamente não é o caso deste texto. De resto, posso acenar que, desde a linha monstruosa que acabou se acumulando em todas as minhas incompreensões, em meio ao ignorado, há algo à espreita. Não decifrar não significa isentar-se. Nunca se

está a salvo. E é assim que tentarei tornar o texto minimamente penetrável. Agora entendo. É somente aquele momento em que se encara a ignorância que se pode escrever algo de certa forma interessante. O momento, quando manipulado com a ousadia imprudente daquele que ignora, é passível de alguma relevância - e que é exatamente esse o desafio.

1.10 **Sonho**

Instantes do sonhador. Instante poético — vertical e verticalizante. As Formas não admitem poesia. Romper com a prosa. Um instante a cada vez. Não é um grilhão de luminosidades geniais. Uma verticalidade abissal. Sempre o reflexo é outro instante. A conivência, o suposto eco, são vozes disparatadas em cada ângulo da história como fractalidade. Da concha, não se ouve o barulho do mar senão a título de conveniência expressiva. São muitos mares. E a solidão do instante, a androginia filosófica e poética, é a reinvenção do belo a cada passo rumo à morte. É nesse solo escorregadio que o pensamento se instala. E qualquer pretensão comunicante está condicionada ao choque entre instantes e o conseqüente fracasso.

1.11 **Fim**

São várias as ignorâncias selecionadas ao longo da caminhada. É preciso rejeitar uma série de evidências para que não se caia na tentação do desespero. A vida carece de sentido: é a evidência maior. O problema não é a aceitação do fim, é a aceitação do fim a

cada dia. Cotejar a morte em cada desencontro — é difícil. Fácil é a mãe, o pai, o cãozinho. Mas nem mesmo esses constituem problemas a priori. Afinal, é exatamente assim o procedimento da vida-e-morte. Uns comem os outros, e estes, por sua vez, abandonam-se mutuamente. O problema é a paternidade e seus derivados, as cenas interligadas por obrigação espiritualística. Quem sofrerá a minha perda? É a mamãe morta que me observa por cima dos óculos.

1.12

Sim, a escuta das forças

Uma coletividade conserva a mesma ferocidade que é dirigida ao exterior, ao inimigo, embora seja distribuída de maneira mais seleta. Condições aparecem, mas o ímpeto guerreiro é o mesmo, e não se hesitará eliminar o conviva caso a situação me permita. Uma plástica dos encontros exorta a eliminação, em verdade, indiferenciada. É quando se percebe a própria sobrevivência, refletida na conservação do outro, que a matança hesita (não para... hesita). Se se quiser chamar isso de um critério é preciso entender a extrema fragilidade desse conceito. Há uma espreita que não se encerra, uma vigília que já projeta a morte como possível. Outrem é o objeto desse devaneio macabro. E surge como materialidade assim que, cessado o ataque, uma coletividade muito reduzida, muito localizada nas mais imediatas garantias de preservação, se distribui em um corpo vivente. Onde eu vivo, onde os olhares confidentes se encontram. Um momento de descanso aparente. Aí, há a liberação de um sentimento. Seja o cansaço da guerra ou a efetuação da guerra por outros meios, mas um sentimento que envolve uma série de interesses bem definidos. Algo como uma comunidade imaginada, mas ainda sem território, um sentir-se em casa,

sem a casa. É na imagem refletida de uma suposta paragem coletiva e interdependente que surgiriam condições mais complexas de sobrevivência e ataque, sendo a primeira delas pela via escrita. Nessa duplicação, as imagens podem ser todas reordenadas. Daí em diante se abrem condições transcendentais que vão dar origem a tudo o que entendemos por comunidade, comunitário, comum, comunicação, etc. E, é claro, espera-se o irrompimento da eliminação absoluta. Vive-se sob essa espreita assustadora da matança.

É preciso buscar abrigo. É preciso forjar um que dê resguardo a boa parte das montagens iniciadas. Não todas. Algumas irão viver somente o fio de sua fragilidade, outras irão perecer. Outras ainda irão recrudescer suas cascas e estarão aí somente como a memória de nossa mesquinha humana, afetação e tolice. Sob os gazebos cravados no deserto, as simbioses, as fusões, as orgias argumentativas.



2

PREPARAÇÃO DO CONGRESSO: A DÍVIDA

Não me sinto bem evocando valores ou merecimentos, mas era algo constrangedor ver o professor naquela situação, vendo-se obrigado a vir a minha procura, eu, que não dispenso ao miserável nem confiança nem interesse. Muita gente se sentiria acuado, mas eu, o que fazer!? Devo a ele, isso é fato, e oportunamente o corresponderei, mas nada disso chegou a me preocupar, nem as implicações mais evidentes da minha falta. Observei a consternação daquele senhor de uma maneira tão leve, todavia. De pasta em punho, um fio de obstinação no olhar e seu pigarrear sistemático, subiu as escadas do prédio. Notando que no segundo lance não havia corrimão, pisou bem no meio de cada degrau, um cuidado exagerado, convenhamos, mas de alguma maneira isso lhe ocorria, e agora cada passo é praticamente coreografado, pois parece sempre acreditar nessa força mística da harmonia do universo, a simpatia das respirações rítmicas, etc. Especialmente agora, que, imaginava, nada poderia dar errado. Bate à porta. Escuto algo caindo no chão. Por uma fresta, atendo o chamado, ainda não estou decente, estou de meias e não quero acender a luz, ela me faria mal. Ao chão, era a pasta que caíra. Uma nesga de rosto, é tudo o que posso oferecer nesse momento:

— Professor... – enquanto ele folheava o que parecia ser o meu texto, o rosto dele assumiu uma expressão entre o nojo e a impaciência.

— Não, não. Não se incomode. Não se trata de uma visita. Será breve. — parecia confortável ali, em pé no corredor. A vizinha do outro lado do corredor está agora observando o que se passa, a que o professor gira a cabeça lentamente, e, suspendendo a enca-dernação em frente ao corpo, faz menção de retornar o olhar em minha direção. Vejo seu perfil, de boca entreaberta e olhos procurando o sentido da fiscalização daquela mulher que não hesitou em abrir a porta. Como é bom não precisar responder a essas coisas...

— Eu não...

— Sim, sim, eu sei. Aqui há problemas.. — apontava um pá-rágrafo rabiscado — e aqui eu não sei do que se trata.... — impa-ciente, sorria num misto de deboche e estranhamento. — e há os cinco textos que enviei por e-mail. E não devo merecer nenhuma resposta, em verdade, já os enviei há duas semanas. Bobagens, bo-bagens... — ensaiava dizer algo, mas as sacudidas de mãos davam a entender que me acusava de não o ter em consideração. Hesitei novamente... — Tu só precisas me responder uma simples coisinha, aqui — apontou, na página — tu dizes isso para te livrar da res-ponsabilidade, no meio da escrita? É isso? Ou é porque tu não es-tás entendendo alguma coisa, é algo que eu possa te compensar de alguma forma? É porque tu não entendeste o que é a pesquisa? Ou porque tu achas mesmo que vais poder passar por isso dando esse tipo de desculpas? Olhe isso, “fugir dos círculos, saltar os círculos”, vem cá, tu pensas o que, afinal de contas? — deu uma estabanada e levou a mão à cintura.

— É que, dito dessa forma, é possível que...

— Não, não! Aquiiii, ó! — havia uma passagem inteira mar-geada por um risco vermelho, aparentemente contínuo, espremen-do os parágrafos e deixando de fora o número da folha. — o que queres dizer com isso? Estavas com bom humor nesse dia? Daí es-creveste “o problema da pesquisa...”, como se eu fosse rir da pia-

da. Então poderias fazer a gentileza de formular um pouco melhor, para que eu possa rir contigo? — juntou as mãos sobre o ventre e olhou por cima dos óculos.

— É... os signos... eles...

— Signos não-lineares. Explique-se. Não para mim, eu sei do que se trata, mas para ela — apontou para a vizinha, que, mesmo tendo fechado a porta, certamente ainda nos vigiava pelo olho-mágico. — aspirei ar suficiente para uma frase inteira, mas novamente apenas assoprei o silêncio, e antes que pudesse arriscar novamente, num gesto rápido, o professor puxou o texto para si e resmungou mais uma linha — “um congresso é um cenário; disso só extraímos uma ideia muito geral e talvez muito sintomática.”. Bonito, mas, e daí...? — gesticulou como se estivesse se abanando sem vento, como uma inquirição nervosa e debochada.

— Pessoas surdas conversando através da língua de sinais. É... ainda não consigo distinguir os assuntos em pauta. Por isso o sintomático, de um aprendiz abandonado em terra estrangeira... essas coisas. É que são vários os assuntos, e várias as conversas paralelas entre eles. Eles se reúnem em dois, três, quatro, em círculos, em grupos que possibilitam a visão entre todos os interlocutores. A disposição muda de forma o tempo todo, já que os braços, moventes, ágeis, solicitam mais abertura, é preciso dar um passo ao lado, jogar o tronco para trás. A narrativa pede passagem, é isso que eu quero enfatizar. Mas não importa o quê. Isso é a ideia geral, essa é a suspensão inicial. Signos que não se correspondem, ou se correspondem na ideia geral que é a do gesto. E...

— Qual a tese? — Interrompeu, subitamente, com sobrancelhas arqueadas.

— (suspiro) A tese é a de que é possível pensar um encontro sob essas condições e de que isso funciona como tese. Se trata da devoração, algo tipo Artaud, uma busca, com aquilo que ele chama

de um *cinéma visuel*, de que qualquer psicologia seja também devorada pelas imagens. Eu poderia colocar isso como nota de rodapé...

— Como nota? — novamente a mistura de nojo e impaciência invadia seu rosto. E seu espanto era o mesmo de quem havia visto o fantasma de um palhaço.

— É, creio eu. Esta nota, portanto, é uma promessa que será apagada.

Mesmo sem a pretensão de que algo que eu falasse fosse contornar a ideia, começava a nascer em mim uma ponta de disposição ou algo parecido, alguma possibilidade de engajamento. Seria um episódio de eloquência, que eu iria aproveitar de alguma maneira — e não nas notas de rodapé. Não cheguei a lastimar a brusca retirada do professor, mas o problema que me foi deixado foi um rápido e seco “Rááá!”, com um sorriso malfeito diante do meu esforço. Ao que completou:

— Tens uma semana para nos convencer disso! — ponderou.

Deixou a frase enquanto girava o corpo e, antes de recuperar a pasta jogada ao chão, e antes que eu conseguisse segurar a encadernação meio amassada que foi deixada no ar, se dirigiu à escada, dizendo o “nos convencer” num gesto que tripudiava a dona fulana, que talvez já nem se interessasse mais pelo diálogo. Ele havia me convencido, e agora eu iria responder, nem que por puro orgulho. Ora, como eu iria administrar essa gargalhada tão injuriosa quanto desviada de seu propósito? Um riso desfigurado como resposta... Como eu faria para que o texto não transparecesse esse motivo? Uma nova tarefa se interpunha novamente à exposição do problema. “Rááá” — quanta impostura!



PREPARAÇÃO DO CONGRESSO: RECOLHIMENTO

Que solução? Que remédio senão falar? Mesmo na impossibilidade da fala, que remédio senão, todavia, falar? Falar do que não foi dito. Mas os objetos insistem. O que fazer deles? Com eles? Que atitude para com eles? O mais simples seria não começar. Mas estou obrigado a começar. Obrigado? Isso também deveria ser visto, uma vez que não há obrigação como princípio. Há certa obrigação, mas de uma maneira muito específica. Não sei se tal obrigação é moral, talvez seja mais uma situação donde o mais lógico seja começar. Uma lógica específica. Não a do sistema sobreposto a outro sistema e ainda outro. Não é convergência de interesses. Neste começo, nessa lógica de estranha causalidade, um outro lado de tudo aquilo que começo a dizer, e que não poderia ser dito porque não é absolutamente o caso, ainda que seja o caso exatamente falar. E falar de que? De quem? Eu diria, todavia, o quem, o quê. Caso não me pusesse em dúvidas e impossibilidades, precisamente, o dizer. Talvez

Samuel Beckett (2009),
O Inominável. O problema do começo e do recomeço. Antes de Babel, após Babel. Antes do Congresso... contínua retomada, cansaço.

se fosse antes, bem antes. Lá quando eu dizia o quem e o quê sem nenhuma preocupação. Se alguém me tivesse alertado antes, bem antes, que, futuramente, seria precisamente essa impossibilidade que me acometeria. É provável que eu tivesse dito o quem e o quê, de qualquer jeito. Mas saberia que se o estivesse falando, seria sob a interdição futura da obrigação de dizer o que não pode ser dito. Lá, antes, muito antes, quando as gregariedades se impunham e coordenavam o dizer (mesmo que fazendo o impossível ser dito). Congregar as impossibilidades. Muitos ditos (os círculos, os círculos).

Mas, aqui, uma sala. Ou um salão de festas, ou um gabinete. E quem seriam esses que giram em torno de mim? Não os nomei antes. É esse o ponto. O ponto mais de margem do que de centro. Pois sempre me recusei a fazê-lo. Desde o início, mesmo intuitivamente, não lhes dei nome. Seus movimentos eram seus nomes. Um nome etéreo, evanescente, mais para a margem, assim como eu. Assim como eu, na margem, mais ainda, sobretudo, tendendo ao fora, que dentre os marginais sem nome, me pus marginal. Nem os marginais me suportaram. E eu não os nomei, por intuição. Eles se fizeram nome nas bordas, entre si mesmos, mas eu, que não os nominava, não pude senão, deles, sentir o movimento. Atrás, à frente,

circulando. Círculos que tendiam ao fora, movimentos centrípetos. Seus nomes me davam a sugestão de que não deveriam ser nominados. Assim o fiz. Ou melhor, não o fiz porque eles diziam não ser nominados. Seus nomes? Passagens. Fluxos. Congregações maléficas, que tendiam à quebra da margem mesma. Dispersões que não vinham de lugar algum. Não acabaram, aí se desenvolvem, pulam, danados. Saqueadores, de tão maléficos chegam a inventar carícias que machucam. Sem fim. Mas como teriam fim se não têm origem? Seus teatros diabólicos. Sem palavras. Sentei à margem, mas seus nomes me exortavam ao apagamento. Exatamente por não serem nomes. Não haveria personagem, portanto. De ninguém é este nome vago e evanescente. Terei que nominar, por obrigação. Um problema muito antigo esse do nome. Problema do qual não me recordo ter sentido uma única vez como legítimo, todavia. Meus nomes. As cadeiras na margem. Tendendo ao fora. Não há objetos, pois, eles também me escaparam sempre. Eu os fiz escapar sempre. E agora? Quem? O que?

Uma Babel. Um fazer-se nome. Coisa dos antigos. A cidade e o nome. Nada disso faz sentido aqui. Os nomes ditos e ouvidos e dados como herança. Guardam esses nomes um, não dito, um, maldito, uma maldição, talvez. Aqui, contudo, ninguém se diz, nin-

O tema do fora e do fluxo é mais do que figura de linguagem. O acontecimento dá lugar à linha cronológica da história. O infame, o sem-nome, o sem-lugar, o sem-língua é primeiro em relação ao instituído, ao assentado (Deleuze e Guattari, 2012).

A Torre construída e despedaçada (Derrida, 2002). Os nomes unguídos e regurgitados. A ousadia de dar a si próprios um nome não dito, não escrito. O sinal individual dos surdos é do elemento Terra, é do corpo, é marca que se esvai na distância da morte.

Trace de trace.
Impossibilidade de
definir origem. Nem
presença nem ausência
(Derrida, 1999). O
rastro é o anúncio do
movimento da diferença
(*différance*). Nisso,
recusa, adiamento
e devir compõem a
tendência desertora da
linguagem.

guém advoga pelo nome. O nome é um problema antigo, um comportamento antigo. Aqui, ninguém mais tem nome, ninguém diz ter nome. Proibição antiga, essa de ter-se um nome. Daqui já há recusa de antemão, não quero meu nome. Apenas sento, deslizando para fora, à margem, levando comigo todos os nomes, e todos os quase-nomes que se impõem como nomes. E as marcas nos rostos que fazem as vezes de nomes. Sentar e observar os vultos sem nome. Um comportamento. Mas em relação a que?

Qual guerra deixou destroços? Uma voz do silêncio que se desenvolve como rastro. Lá, antes, muito antes, já era um país outro, uma língua outra. Não fiz nenhuma mudança. Sempre essa errância. Esse sem rumo. Esse não dizer pela recusa. Essa recusa mesma do movimento inominável, qualquer nome futuro já me desgostava. Qualquer margem era demasiadamente repressiva. Por isso, tendência ao fora. Por isso os nomes me escapavam. Um nome, portanto, se subdividia em outros dois, e esses, em mais outros. Todos eles para enfim não nominar coisa alguma. Quando se fez um nome, esqueceu-se o que se queria nomear. Não tenho ditos anteriores. Não quis dizer nomes. Fracassei ao tentar dizê-los. Eles circulavam por lá, ao fundo de uma sala, ou um salão de festas, ou um gabinete.

Ora eu circulava entre suas cadeiras. Ora eu me movia sem rumo. Ora sem direção, ora evanescente. Uma vez sentado, eram eles que se erguiam. Não queriam que eu dissesse nomes, embora nominassem a si próprios como pontual estratégia. Por isso aqui eu tenho somente a sensação de seus giros. Eles me bastam. Eles não me bastam. Devo dizer. Digo. Isso.

Então, qual seria o momento de congregar? Há certamente um momento propício, assim, por obrigação. Mas que Congresso reuniria nomes divididos, quase-nomes, sem nomes? Eu, que antes, muito antes, já me deformava nas margens, me exauria antes mesmo de olhar o centro, de contemplar as sombras vagas, mesmo inomináveis, que tenho eu a dizer? *Paideuma? Paideia? Eru-ditio? Aufklärung? Bildung?* Um deformador legítimo. Um esgotado antes da linha de largada. Que espírito nos convence das insuficiências a ponto de nossa intuição já ser assim, tão... esgotada? Que época é essa que não nos deixou um rastro sequer de interesse? Qual guerra? Qual guerra? Queria uma guerra para me mover, para me fazer de morto e daí justificar meu quase nome. E as subdivisões dos nomes e das vozes subterrâneas e dos vultos. Que eles fossem uma afirmação da linguagem que se esgotou. Que fuga! Não temos guerras! A nossa guerra é a

dos corpos intumescidos que caem no meio dos textos. Dar-se ao luxo dessa vilania. Lutar simplesmente, sem saber a guerra. Não há lados. Há *bunkers*. Eu sento aqui a desdenhar todo mundo. Uma cadeira, somente uma cadeira. Ao fundo da sala, ou do salão de festas, ou um gabinete, passam eles, inomináveis, a mover os destroços, uma ambiência crua se delinea. A solução e a desculpa da conversa, uma formação a partir do informe. Uma cadeira. É isso que tenho, por ora.

Como justificar o Congresso? Como fazer repercutir o inominável? O intraduzível do intraduzível. O sem nome do sem nome. Pequeno. Mas nunca conheci senão o mínimo. E o mínimo ressoou em mim como já evanescente. Sem casa. Mas um conforto prévio. De antes, muito antes. E se alguém tivesse avisado os antigos poetas, aqueles a quem o conforto da casa se erigia em uma verticalidade completa, do sótão ao porão, que, futuramente, nada se daria assim tão facilmente? Eles teriam dito de qualquer forma — minha casa! Mas sentiriam talvez mais próximos ainda de si, suas casas. Sua calmaria de infância vestida de coisas mais pungentes. Pobres serão as gerações vindouras! Tomarão como modelo uma casa que nunca virão a possuir, porque não lhes deixaremos tal herança! Tampouco guerras terão. Crianças-moventes, infantil-bifurca-

Repercussão – incitar o leitor a produzir novas imagens. Para estabelecer uma autoria descentrada, despersonalizada (Bachelard, 1979).

do, Instância-torta. Não enxergam senão vultos. Marginais, evanescentes. Inomináveis. Diabólicos. Não são completamente (Corazza, 2004)

Outro pois não há mais o Eu. Alguns, porém, já nascem desgarrados, provam a sensação de malta e simplesmente se recusam a perceber os modelos, as casas, os nomes- (Corazza, 2002)

-que-não-se-querem-nomes. Habitantes de Babel ou *Khôra*. Não viram a guerra. São a guerra. Movem-se como não houvesse existido um conforto primevo. Mas guardam o conforto, como se o desdenhassem, como se fosse tedioso. Tendem à margem, e, da margem, ao fora. Eu sou esse infantil. Sentado numa cadeira, que é o que tenho.

Os círculos da obrigação se apavoraram. Eu, aqui, sentado numa cadeira. Planejo algo que os convença de que é preciso congregarem. Um, dois ou três dias. Um Congresso que parte do princípio da desagregação, seria um estranho encontro. Primeiro, armar as máquinas. Depois, esquecê-las. Em seguida, delas padecer. Nomes bifurcados, corrida em círculos. Ponto de corte. Média aritmética, os refugos se debatem por uns nomes bifurcados quaisquer, a formação. Mas nada além de obscuridades inventadas. Tudo questão de retórica. Nada disso seria dito dessa forma há tempos atrás, antes, muito antes. Sem palavras nem coisas. Aliás, com palavras e coisas. Mas nada de

Uma voz hegeliana que estende, pretendendo-se o firmamento de toda a história, até seu fim (Hegel, 1992).

Invenção de conceitos, estamentos, medidas, sempre uma invenção a mais, com o intuito de suturar a ausência. Novamente, o inominável em sua agudeza (Beckett, 2009).

sistemas. Coisa-pessoa, coisa sem pessoas, coisas sem coisas. Que alma tão antiga, que vozes tão futuras, que formação tão entulhada. E se dissessem o mesmo há muitos anos atrás, que aqui se despertariam as margens a soçobrar as coisas. E às pessoas nem uma chance, nem um suspiro. Quarto momento. De estupidez e desvario. Vozes antepassadas feitas embrulho de qualquer dialética, nenhum espírito que negue as palavras. Não, não é essa nossa guerra. Isso já foi feito. Já nem há a mediação como inimiga. Não faríamos isso bem. Uma sombra nem mesmo conhece a lógica abstrata. As sombras que se embrenham umas nas outras e fazem o delineamento enquanto sombras, e isso é um fundo, da sala, do gabinete, do salão de festas. Atravessadas por vozes que se estendem em filamento, desde antes, muito antes, já comendo seus matizes e matrizes como quadros e fetiches erguidos e fragmentados. Formação orgânica. Brincar com as coisas, palavras, frenologia sem tato.

Dos fetiches aparentes riem-se. Variações que pesam e medem as forças. Os movimentos frenéticos embaraçosos foram lidos como gestos esquizofrênicos. No máximo conseguiram desdobrar formas de mãos, de cabeças e de dorsos. Fizeram no máximo sistemas descritivos. Nosso feitiço é muito mais sub-equatorial, muito mais

aborígene, muito além do pictórico e do umbral de mimeses reconhecíveis sob olhos mortos e vagarosos.

E então, porque um encontro assim, tão incorruptível? Porque uma junção de invisíveis, imperceptíveis, inomináveis? Se nossa convenção funciona muito mais, e há muito, em corredores, em dormitórios escuros, em clubes secretos e em telepatias? De que adiantaria lotar uma casa, um quarto, um escritório, um sótão, um salão de festas? Se desde antes, muito antes, nos comportamos como formigas. Nosso alimento em farelos esparramados pelas cidades. Nossa comunicação como fazem esses bichos, encostando suas antenas de pequenos eletrochoques que avisam o que há mais à frente. E as palavras, que nunca serão negadas, não passam de invólucros de uma energia sem forma, que não se sabe como empacotam os destinos dos fluxos de desejo.

Desde um tempo que não podemos mais apontar, um mito de presença, uma redenção perdida. E nós, à margem, insondáveis, ao relento. *Pilgrim*. À porta de mosteiros de monges silenciosos. Confessando-lhes nosso segredo mais explícito. O medievo nos transcorreu como um sonho sem duração. Os contemporâneos nos tomaram por tolos. Os vindouros nos considerarão peças de um zoológico mudo cuja

As Transformações silenciosas (Julien, 2013).

O visível e o invisível
(Merleau-Ponty, 2004).

patologia rendeu frutos doces nos jardins da conciliação moral dos bárbaros. Aqueles que aprenderam nossa língua se consideram salvos por seus deuses. Notificados pelo estatuto caridoso de seus objetos íntimos, resguardo onírico do sensível. *A isto chamam confusamente de psiquismo.* Eles doam suas almas à nossa comunicação para que se comuniquem com suas próprias entidades redentoras. Eles são bons. Desde antes, muito antes, fazem seus nomes conquanto matem o nome do outro. É uma economia da compensação, da vingança e da morte. Mas de nossos nomes não entendem. Os nossos são impronunciáveis, intraduzíveis às suas partículas vibracionais. Nos batizaram de Sinalizantes. E nossa trans-formação se equaciona à impossibilidade de nós fazermos um nome assim como eles o quiseram.

Envelhecer: nós não nos vemos envelhecer. A continuidade de uma transformação é assustadora e requer certa ausência. Preferimos nos *transformar* a nos *formar*. Por isso nos ausentamos de nós mesmos. Por isso nossa língua é sempre uma outra. Desde antes, muito antes, quando não sabíamos nominar, e, mesmo no momento mesmo em que entendemos como fazê-lo. Não quiséramos interditar a continuidade dos instantes. Deixamos um instante se estender. É dessa maneira que nós somos aque-

le bufo esfaimado num canto do mosteiro. Somos os mudos sem alma sob o dedo de Aristóteles. Somos os emissores de signos degradados sob a pena de Schopenhauer. E somos os iluminados infames sob os olhos da ciência contemporânea. Somos ausentes para que seja revelada a transformação em flor, e nada é isolável, afinal de contas. Para além ainda da superação do medo de transitar, assumir a transição como única opção de viver, felizes, quando nenhuma metafísica reivindicarmos em contrapartida. Se é o *não*, que venha o não! Se, ao contrário, o sim, que seja! Isso é a afirmação da vida.

E um congresso, uma convenção, de nossa parte, seria marcada pela ausência de *exemplares*, uma vez que toda e qualquer tentativa de exemplificação está fadada ao ridículo. Por isso falo, penso falar, daqui, desta cadeira, que é o que tenho. Neste corredor, neste gabinete, neste salão de festas.



A TEMÁTICA: DOZE ESBOÇOS

Progressivamente o entre-lugar (a fantasia, a ciência) ganha materialidade. Não é possível ainda evocar conjuntos densos, é tudo muito envolto em nuvens, as peças se desconectam, arrastam objetos pertencentes a outras acumulações. Fala-se em política, brotam cantos ruidosos. Encena-se um gesto, surgem danças macabras. Dos autores citados, imagens anacrônicas confundem o leitor. Sem contar as passagens supostamente narrativas, que carregam rastros de certezas subjetivas não condizentes com o cenário, intencionalmente aberto ao impossível.

É preciso buscar um ponto de mínima remissão, capaz de fazer da acumulação um composto. Tal *intermezzo* é fantasiado como O Congresso, embora a consistência não signifique um adensamento completo. O Congresso se instala em uma zona alheia às formas e substâncias, mas deve fazer passar, no seio de sua heterogeneidade, linhas de consolidação (Deleuze e Guattari, 2012), conjuntos articulados duplamente, misturas concretas visíveis e dizíveis que deixam de ser definidas por causalidade. Mas como nem tudo se deixa prever dessa maneira (nem cremos ser previsível a zona aberta entre a fantasia e a ciência), muitos são os elementos que invadem a escrita, deixando dúvidas quanto à arquitetura geral (e chegamos a duvidar se há alguma arquitetura pretendida).

Resumindo, é preciso fazer passar alguns códigos, algumas formações mais reconhecíveis, mesmo que a paisagem continue

enevoada. A dificuldade é enorme, e muitas habilidades são requeridas. Mesmo sem dispor do talento necessário é preciso arriscar, sob a ameaça da morte (às vezes, a morte real). É que são tantos os planos aos quais desejamos nos avizinhar. Se fosse o caso, por exemplo, teríamos uma digressão a cada passo, amedrontados pelas envergaduras morais que por vezes se apresentam e ameaçam mortificar o que é vivo. Por isso a dupla articulação. Não há conteúdo que não seja reduplicado pela expressão. Por isso a fantasia é: de início (como declarado anteriormente), de romance, de lei, de comunidade, e, como demonstramos a seguir, de abordagem. Sendo grande a nossa responsabilidade, procuramos reunir em conjuntos mais ou menos estáveis os feixes de linha encontrados. Seguimos.

4.1

O óbvio

A instituição da Libras como “meio legal de comunicação e expressão” (BRASIL, 2002), presente na Lei de 2002, já nos sugeriria um problema filosófico e linguístico fundante, e exigiria, por si só, uma vasta digressão sobre os pressupostos que contém. Claro que não poderíamos ter como escopo um enunciado tão localizado, tão indicativo, já que a letra da lei arrasta uma série de componentes, pressupostos conceituais, assim como expõe e oculta muitos movimentos de ordem política, interesses, desejos, revoltas. Lidamos com uma pluralidade de textos, mas essa materialidade não é concebível sem que sua matéria, móvel e escorregadia, seja levada em conta. Não rejeitamos o texto da lei, apenas o consideramos na fluidez do campo simbólico em que ele aparece. E, de início, é preciso expor o caráter inventivo deste campo, não somente como discurso, como tessitura histórica, como emblema do aparecimento de uma língua desconhe-

cida e dispersa, mas a invenção assumida como procedimento necessário a qualquer método de investigação. Pois é justamente porque o texto da lei nos acena com sua aura de inquietude que acreditamos ser possível traduzir sua fluidez; nisso, o princípio da univocidade de todas as inscrições do espírito humano só faz revelar a superfície esburacada deste e de qualquer enunciado, principalmente os que são a nós legados como dogmas, leis, feridas.

É como diz Foucault (2008), em *Arqueologia do Saber*: um sistema de formação discursiva e seus enunciados podem até mesmo mudar radicalmente de objetos, conceitos, sujeitos, patologias, enfim, modalidades de enunciação e de circunscrição, mas não necessariamente de prática discursiva. Nada garante que, ao ler a citada lei, não estejamos ainda entretidos essencialmente com o mesmo lugar da anormalidade de séculos atrás, revestido de outros decalques que tornem sua imagem mais assentada e mais palatável ao que nos parece bem colocado e dado ao bom senso. Por isso, à sombra dessa arquitetura, é preciso forçar os contornos — nas margens, procurar o mais extremo. Nem modalidade, nem competência, nem função (em princípio): onde toda expressão explode como fogos de artifício, onde cada conteúdo é como lança mortal, instável, quase impossível. Uma estética da claudicante nomeação? Talvez mais um plano do inconfessável, que para nós soa como loucura.

O Congresso é aqui desenhado, seguindo as premissas sugeridas acima, a partir de sua aura mítica, mas não apenas como um intento inspirado de sistematização da história da educação para pessoas surdas, uma vez que tal desenho se desenvolve nos interstícios de um legado atual, teórico-prático, textual. É preciso ponderar que nosso traçado inventivo é, como todo gesto nomológico, um tipo de comando, mesmo que de uma ordem assumidamente frágil. O Congresso de Milão de 1880, com suas recomendações que dividiram os educadores de surdos entre Método Oralista e Método Si-

nalizado, é uma cena transpassada de silêncios, subterrâneos, cuja dilatação se rende ao informe da dispersão das línguas sinalizadas. Não é somente pelo fato de os surdos serem um povo em dispersão, cuja língua se vê em uma situação de profunda ânsia pela lei, pelo *nomos*, pelo *face-to-face* da comunicação, que estamos propondo este Congresso. É em favor da tópica de sua sobrevivência apesar de seu regime de dispersão imputado pelos discursos clínicos e pedagógicos. Este Congresso é, portanto, uma encenação tradutora, uma transcrição de figuras marcantes e marcadas.

O Congresso se aplaina, passa a ser tematizado como encontro do fundo e da forma, situação dilacerante dos paradigmas (linguístico, histórico, científico) como força motriz de um outro plano cujo espessamento faz concorrer linhas disparatadas. Um encontro casual, em um bar, ao final da tarde: uma sombra do Congresso, como tenda no deserto. O antropomorfismo como início é um perigo que resolvi correr. Uma lei: uma mensagem numa garrafa, lançada ao mar há talvez milênios. Uma lei moral pronta para nos sujeitar a Deus. Um conceito: uma declaração de guerra cujo grito foi abafado, uma arma encaixotada e ordenada entre outras coisas.

Esta me pareceu a maneira mais segura de traçar o primeiro contorno. Tanto as agências de fomento irão, ao menos, dispensar algum tempo na avaliação de nosso pretendido evento como o público terá um chamado mais ou menos detectável.

4.2

O arquivo *bívido*

Derrida (2001) sente dificuldade em nomear o arquivo. Antes tal conceito remete à *arkhê*, tanto como sentido físico, histórico e ontológico (origem), quanto no sentido nomológico, do *nomos*

como lugar, dito o arquivo, no singular; o magistrado, aquele que detém os documentos em sua casa, morada em vias de estremecer o âmbito do privado, é o habitante de uma casa funcional, investida de um papel regulador que se estende à *polis* e instaura, como *arkheîon*, na sociedade grega, uma dobradura logo-ontológica. Se os arqueontes, como detentores dos registros, eram responsáveis pela administração dos documentos que regiam a nascente organização da *polis*, da mesma forma eram os hermeneutas, autorizados a interpretar o arquivo. Não podemos nos enganar, porém, com o sentido de “função”, pois a interiorização da linguagem, do texto, da lei e sua deliberada hermenêutica, faz funcionar mais do que o “arquivamento” como a guarda da letra.

Mas a sua temporalidade, seus recursos de reiteração e, possivelmente, sua métrica e ritmos adornados à nova geometria, condicionam, na sociedade grega, um lugar novo da linguagem; talvez não possamos falar ainda em termos de polarizações estamentais, mas de um outro funcionamento, que põe em relação uma exterioridade de comando e uma interioridade. Esta interioridade, notadamente, não poderia ser detectada sem a interferência de sua própria angústia. Pensar o arquivo como plural não soluciona em absoluto o problema da emanção da ordem sobre aqueles outros, exteriores à morada dos arqueontes e não dotados da interpretação, mas aponta para uma necessária investigação das imagens de resguardo do lar. Em seguida, pensamos, não uma topologia das realizações do espírito e da razão sobre as linhas retangulares da casa, mas uma tópica dos afetos, das imagens-dobra que saltam dos cômodos e rasgam o sossego do morador. Será que vemos aí as condições de aparecimento de uma nova solidão?

Uma superfície de inscrição que não está exatamente submetida à língua, ao gesto, à pantomima, às vozes que berram nas feiras, enfim, mas dela extrai marcas para, depois, restituir-lhes a imagem

e a significância em outro lugar. De todos os lugares, o volátil sentido toma rumo a um lugar impróprio, falastrão, mas também negligente, decadente e, porque não dizer, burguês, caso façamos mais uma dessas “torções”, empreendidas por Freud e emuladas por Derrida, de uma sombra de retórica envolvida (mas viva, sobrevivente) em camadas de uma tinta ontológica que é a seiva de todo índice. “Isto merece ser impresso?” (Derrida, 2001, p. 20), ele se embrenha na auto complacência de Freud, na dúvida entre a univocidade das vozes, do solipsismo, e a dissimulação da pulsão de morte. Um arquivo que, fazendo-se, desfaz-se em sua própria interrogação.

Derrida (2001), entende a dinâmica social da escrita dos arqueontes como uma topologia privilegiada a qual a nomologia daria termo. Mas Derrida passa desta *arkhê* inerente ao próprio conceito de arquivo diretamente a um uso moderno, uma domiciliação da lei que nos confunde em suas camadas histórico-filosóficas, sua paixão não menos misteriosa, mas cujo domínio (*domus*), mais do que administrar o texto nos cantos da casa (*oikos*), faz precipitar um corpo em direção à linguagem. Para tanto, Derrida recorre a Freud em busca das implicações de seu legado intelectual, de seu trato em relação ao registro, suas descrições, suas auto-narrativas, suas omissões, descobrindo que sua economia arquivar realiza um outro tipo de redobra do tipo linguagem-casa.

Domiciliar o comando, a lei, para, em seguida, colocar o próprio morador na arriscada ventura da imanência do texto. Isso sugere uma economia textual, um lugar de inscrição, que é descrito a partir da ideia de exergo. Como superfície relativamente esvaziada de fatos e que lida com marcas de signo e corpo, nas palavras de Derrida, é a tipografia e a circuncisão que balizam a economia do arquivo de Freud. Enquanto os arqueontes inventavam a superfície, o exergo intuitivo entre casa e lei, Freud faz do sofrimento corporal e psíquico, e mesmo do juízo de valor sobre

seus próprios escritos, uma recondução ao fora, seja onde for o limite dessa exterioridade. Pois, como diz Derrida (2001), é exatamente este o questionamento sobre o conceito de arquivo que se está tentando perscrutar.

Retórica e lógica são encenados por Freud, são postas à prova das dispersões e contenções em uma conversa que reinventa os próprios termos, posições, riscos, guardando até certa modéstia. As perguntas retóricas do psicanalista não apenas expõem a resistência e inevitabilidade da pulsão de morte, mas também recobrem a dinâmica analítica, abrindo superfícies de inscrição, fazendo, enfim, seu próprio arquivo errar entre sua postulação e seu apagamento. A casa, a lei... O corpo, o significante... O arquivo não pode ser entendido, por um lado, como reunião desinteressada, e, por outro, documento escrito. Mas o próprio gesto variável de subordinações enunciativas, de blocos de conceitos, de idas e vindas, de dobras e redobras da tópica e da reunião e na articulação de seus borramentos — nesse conjunto se percebe um só movimento de criação do arquivo.

São estas as linhas encontradas que, num movimento rápido, destituem o lugar pretendido anteriormente pela lei. Um Congresso, nessas condições de alargamento e dispersão animadas pelas ideias incipientemente expostas, já demonstra seu segundo movimento, desesperado, obcecado por um método. Também o conduz de pronto a um lugar que acredito já ter sido compreendido nas páginas anteriores, o de delegação de um compromisso, a ser ocupado por um eu insólito. Por receio ou covardia, atribui-se toda a responsabilidade a algum fantasma que, espreitando as figuras formadas, no espessamento do texto, será o único capaz de dar explicações. E dessa sugerida hecceidade nós poderemos apenas traduzir parcialmente. *Não temos nada a ver com isso. É mais ou menos esse o nosso álbi.*

4.3

O signo difratado

Aí vemos uma primeira aproximação entre aquilo que pretendemos eleger como o nosso exergo. Qual marca? Qual gesto de inscrição? O Signal. Mas que a aparente duplicidade tipografia/circuncisão freudiana e derridiana não nos deixe imóveis em um caminho apenas, a saber, o plano de imanência judaico-cristão e sua sintaxe. Mas uma dialética muito mais molecular e arredia em relação à lógica e à retórica do mundo ocidental. É preciso alertar que aqui ingressamos um meio de difícil precisão. É que costumamos não compreender um movimento de encarnação da forma que não seja mediado, autorizado. E a linha irrefletida de um gesto na carne da mão tende a ser refutado, ou porque é relegado a um resto dos sistemas simbólicos, ou é considerado como excesso de linguagem, confinado em espaços adjuntos classificados como *extralinguístico*, uma lógica a serviço do pensamento. Uma suposta estruturalidade, ao mesmo tempo exterior e central (Derrida, 1971).

Já no texto *De l'efficacité sémiotique* (Guattari, 1982) vemos um movimento descendente de encarnação das formas a respeito de um inconsciente maquínico. Mesmo que se faça uso das hesitações freudianas e mesmo dos matemas lacanianos, a engrenagem coloca em situação de coexistência as mutações, os metabolismos e toda a problemática existencial e energética. As linhas de encarnação atravessam e cortam as consistências incorporais. É um sistema em movimento que, a partir de um mínimo de informação, faz com que a linha de encarnação (hilemórfica), se avizinha a uma *matière signalétique* (matéria signalética, ou, em outras palavras, o Signal) e dela faz *boucles sémiotiques* (voltas semióticas, ou, como eu prefiro, *cachos*).

Nisso, poderíamos resumir tudo nesta primeira tentativa de suplemento: o pensar da signalidade é encenado, pela via tradutória,

na difração palavra-gesto e nos problemas existenciais que pressupõe. Levando em conta que difratar significa ao mesmo tempo reconduzir e distribuir ondas em pequenos obstáculos, trata-se, como em óptica e mais ainda na mecânica quântica, de pensar a propagação de signos que modificam uns aos outros, sendo a distribuição apenas encenada em um paralelismo sem determinação recíproca, a palavra-gesto. Mas obviamente não realizamos isto sozinhos, já que a difração em duas fendas de Freud torna-se malha de difração em Derrida, isto é, textualidade, abertura de flancos visando, neste caso específico, o projeto da desconstrução.

A partir disso, cremos não ser suficiente nem viável mensurar o gesto. Expliquemos. O gesto manual espontâneo, a convenção cultural; o conteúdo, a forma; a difração produzida entre palavra e gesto, o gestema; o limiar matérico no lado da consistência, em todo agenciamento coletivo de enunciação, por um lado, e agenciamento maquínico de corpos, de outro (Deleuze e Guattari, 1995a); a língua de sinais e os *pidgin*, proto-línguas de sinais esparsas, diluídas nos encontros entre surdos. Tudo isso nos parece ainda tão ingênuo do ponto de vista da atribuição de valor sígnico à vibração, ao corpo — e à sua articulação, seja arbitrária ou necessária — e igualmente do ponto de vista de sua dispersão e molecularização. De nossa parte, parece ser evidente que a lei não apenas adentra a casa do arqueonte, mas dali em diante, aí sim, numa cruzada semiológica estabilizada pela metafísica da voz fonética, cada tijolo da casa estará imantado de voz.

A difração, a ondulação sonora no espaço da casa é propriamente o que Derrida chama de metafísica da *phoné*. Os cômodos se redistribuem, as aberturas da porta e janelas (as ondas de difração como grito primal a se distribuir na malha de concreto) deixam passar o sol na medida, conforme a posição do sol, e a chuva, o barulho das crianças brincando lá fora — daqui em diante a arquitetura e

a voz estarão em uma relação de apelo recíproco. Mas se o corpo se insere nessa produção de território, da lei e do canto ao mesmo tempo, onde se insere a camada gestual no espaço da casa? Qual lei é instaurada pelo gesto? Ou melhor, há algum gesto que não esteja subordinado ao enroscado (o cacho) entre voz, arquivo e seus limites de suspensão? Não é exagero dizer que os tijolos gritam, e que o betume tem como objetivo selar uma construção que se difrata a cada camada ao passo que ecoa a voz da interdição divina.

Como em Babel, fazer-se um nome e encontrar Deus é ao mesmo tempo a tarefa braçal da elevação e a desconstrução da torre, jogando para o lado de lá de uma transcendência o limite de sua própria operação, como garantia. A voz como firmamento, como o que cria cena, na pressuposição de marca e ferida, entre glote e tímpano (Azevedo, 2013). Ora, se partimos da ideia arquitetural e arquivada da casa e seus tijolos falantes, de cômodos preparados para a limitação do resguardo e da segurança dos papéis, das cúpulas, se entendemos as variações de pé-direito e de materiais de construção que isolam e guardam da mesma maneira a acústica do dizer da lei, da voz, da metafísica, como viver a difração sem a inscrição no tímpano? Vejam, não se está falando em como ser surdo e viver enclausurado em uma arquitetura fonética, mas como o regime de inscrição gestual reinterpreta este domínio tão intrincado e que produz seu próprio limite. Mas, pergunto, de fato o interpreta?

A lei pode e será, eventualmente, desdita, revertida, reinterpretada; enfim, sendo texto, a lei é passível de deslocamentos e interdições, remanejamentos daquilo que postula e dos corpos que funcionam sob sua instituição, daquilo que congrega em sua proposição. Sabemos, portanto, é relevante lembrar, que o texto da lei (a lei e as leis, vale lembrar) digere uma série de movimentos, um movimento político disperso, descontínuo, que desafia a cronologia mesmo das mais amplas e detalhadas condições históricas e científicas, e que

esses mesmos movimentos possuem condições de aparecimento mais ou menos delimitáveis; nesse sentido, aquilo que funciona e aquilo que é dito do que funciona, não abre um arquivo imobilizado no espaço e no tempo, como peças descobertas em sítios arqueológicos e prontas para serem escovadas e expostas em um museu. O arquivo é um movimento de adesões, marcações recíprocas; o visível e o dizível se reatualizam, sobrevivem, não no conforto do entendimento, mas nas feridas que a deriva histórica lhes outorga como manifestação.

4.4

Escrituras gestuais: o Método

Note-se que a cada tentativa de ponderação, apenas encontramos mais difração. Começa-se a desistir da sempre já distante fantasia do contrato, o protocolo se mostra inútil mesmo ao íntimo delírio. Ah! É verdade. É possível ainda fazer nova circunvolução, em torno desse mesmo fracasso. Não obstante a necessária viagem interior, a última década desenhou possibilidades incríveis no sentido de uma pesquisa vitalista, da diferença, da terra. Não se trata de apenas mais uma tentativa. Nessas bandas a variação é inevitável. Esse é o movimento que nos fez girar, não uma pretensa inspiração.

O que se deve explorar neste caso é, em primeiro lugar, que não existem *eixos*. As temáticas se espiralam, se misturam às vizinhas, tropeçam, desabam nos próprios vácuos (ao invés de exortar a construção de pontes conceituais). Se não há eixo, qual seria o sentido de uma revisão teórica? Trabalha-se a ida a lugares distantes e a meditação sobre tempos passados, mas no sentido de visitas que não se demorem muito. Um visitante educado, que não fique para passar a noite, mas que também não seja dado a excessivas formalidades.

Espiralamientos, condensados espirituais e espiritografias (Campos, 2017), maneirismos de escrita tomados como impulsos irrefreados do desejo de escrever. Registro descritivo, ao modo do artesão, dos modos de fabricação de um objeto, não propriamente o objeto. É por serem muitos os modos que a semântica do escrito, mais ou menos monótona, aparece em regime de dispersão, não pelo excesso de objetos. O objeto é um gesto suspenso, língua-corpo, e os modos descrevem seu movimento: o do desejo.

O que funciona e o discurso sobre o que funciona são assumidos aqui como um conjunto de sistemas desarranjados (Corazza, 2018), e a lei não é a forma como a língua de sinais é compreendida pela sociedade de hoje. A lei, como texto, é como uma fina camada, uma superfície que generaliza um funcionamento ainda incerto, sobre outros signos ainda muito difusos, emergindo, colidindo entre si, mobilizando sentidos, sendo mobilizados por sentidos, etc. Enfim, esta é uma pesquisa cujo método remete à imanência, ao informe, ao impessoal, com matérias, com velocidades diferenciais, mais do que com leis, signos estáveis ou fatos históricos.

Para que este esboço arrogue para si a condição de temática do Congresso ele precisa, todavia, de uma materialidade. Mas não vamos tão longe assim nessas ponderações, não tão afoitos, e não sem uma breve exposição que, enfim, minimamente confirme o que foi dito acima a respeito da lei, e, como tradutores do campo da educação, possamos atuar no teatro do qual somos também espectadores. Mas, como já dissemos, há o difuso, o informe, os signos que pouco se evidenciam enquanto semióticas, e, de nossa parte, seria muita pretensão tanto criar a teoria para corresponder à prática quanto utilizar a prática como um dado exterior ao pensamento. Ainda mais quando falamos em línguas de sinais, sistemas linguísticos interditados mais do que exorta-

dos. Precisamos de exemplos. Talvez não exemplos a seguir, mas procedimentos já em um estado de redobra, já idos e retornados de muitos estados de reflexão, meditação, oficinação, reversões, escrituras. Se nos remetemos aqui ao projeto *Escrituras: um modo de ler-escrever em meio à vida*, integrante do Observatório da Educação CAPES/INEP, vigente de janeiro de 2011 a dezembro de 2014 (Corazza, Rodrigues, Heuser, Monteiro, 2014), é porque se trata de um conjunto multilinear, mais rizomático do que estrutural, cujas expressões atuam nos estados intermediários das formas e conteúdos, fazendo repetir, em seu processo, não a representação do mundo sobre a teoria, mas a diferença dos estados do dito e do vivido. Falamos sobre a maquinação de um mundo sempre por vir que é impulsionado pelo desejo.

Tal maquinação, tal procedimento, tal situação de diálogo entre currículo e didática, pela via tradutória (Corazza, 2018) nos inspira pela ousadia de sua inquietação, no tratamento atento e cruel para com as formas, transcriador em relação às imagens produzidas pelos participantes e pesquisadores do projeto e em relação à tradição. Enfim, trata-se de uma pesquisa fractal, que se abre, divide-se, dobra-se, redobra-se.

Esta é a facticidade da docência do *Projeto Escrituras*: pegar o projeto andando, sem saber para onde iria; mas pegá-lo, como um caminho que caminhava sozinho e que ia conosco, nele, abrindo-o. Assim, não havia os conceitos ou as vivências docentes, de um lado e, de outro, os seus referentes sensíveis. Espinozianamente, tão-somente existiam corpos, cuja maioria de forças nos era desconhecida, mas que funcionavam como *potentias*, como um elã (fortitudo), como uma abertura ao mundo (*generositas*), como um dom gratuito. Falávamos de um *conatus* vital, em contínua expansão e alegria, que nos levava a pensar livre e intensamente, com nossos corpos, neles próprios, por meio deles, mediante a manifestação de suas forças (Corazza, 2018, p. 20).

Talvez pelo ineditismo de sua maneira de lidar com as questões educacionais, ou pela própria pluralidade de concepções que se movimentaram quando das atividades de formação docente nos quatro núcleos em que foi desenvolvido (UFRGS, UFPel, UFMT, UNIOESTE), trazidas pelos professores participantes, o *Escrileituras* incita uma maneira de pensar o infinito e o inédito, a docência que pensa a si mesma, que perscruta a sua vontade de ensinar-pesquisar. Não somente os *Cadernos de Notas*, publicações disparadas pelo projeto, dão testemunho desta maneira de escrever e de pensar: dissertações, teses, aulas, artigos, conversas, sonhos... Uma filosofia e uma ciência do contágio, da afirmação do novo, da univocidade do ser na multiplicidade dos acontecimentos. Concebendo a docência e a tradução no seio dessa univocidade, onde o ser se expressa em multiplicidades mas assume formas e conteúdos sempre em mutação, iniciamos aqui a nossa própria ousadia. Esperamos, assim, incentivo e, mais adiante, público.

4.5

Comunicação

Podemos citar, como um exemplo rasteiro, e aproveitando o texto da lei de Libras (Brasil, 2002), uma multiplicidade contida na noção de “comunicação”, sendo esta uma bandeira supostamente representativa, como uma noção necessária que surge de forma intermitente no decorrer da história dos surdos, da aceitação ou rejeição à sua língua, a língua de sinais. Qualquer que seja o lugar assumido do ponto de vista conceitual, ao menos de início, em relação à comunicação, entendemos que esta requer tradução, e a tradução, como atividade de re-doação de sentido, complexa e infinita, em uma busca incessante pela traduzibilidade dos textos (Benjamin,

2008), está em uma relação constante com as forças envolvidas entre os textos, escritores, épocas, territórios.

É nesse sentido, pela via tradutória, que entendemos o paralelismo entre o nosso empreendimento e o que vem sendo trilhado na esteira do projeto *Escrileituras*. EIS AICE, como bloco de pensamento educacional que se compõe de Espaços, Imagens e Signos curriculares e Autor, Infantil, Currículo e Educador didáticos (Corazza, 2018), é produzido no movimento de invenção de procedimentos, a transcrição desses mesmos procedimentos pela pesquisadora e seu grupo parece suspender a própria fronteira entre teoria e prática. Sendo assim, uma pesquisa que se coloca em situação de espera, deixa-se afetar pelas produções dos docentes participantes do projeto, que escuta de maneira ativa, enfim, uma forma de pensar que não se esquiva de outras perspectivas teóricas ou apelos políticos, mas as reinventa segundo seu próprio rigor.

Vivemos um tempo de exposição dos funcionamentos, de iluminação daquilo que amargou a solidão dos porões e das clausuras, e a lei evocada acima produz, além do foco sobre a língua dos surdos, algo que entendemos como um novo que não parou de se desenrolar na própria história do pensamento humano. À positividade ingênua da militância política e das descrições linguísticas da língua de sinais, opomos a tensão das tramas da voz filosófica, científica e crítica. Ver distantes, no horizonte, a fenomenologia, a linguística, a poesia e os próprios registros da língua de sinais; uma urgência no sentido de conjurar tais tramas. Se não para reaver a dívida *para com* as línguas de sinais, ao menos para perceber que nosso ponto de partida, por mais tradutório que se possa presumir a partir da descolonização do outro surdo, pressupõe um vasto aparato conceitual que tem a voz transcendental como condição. Para a fenomenologia de Husserl, por exemplo, em sua distinção nada aleatória entre a mundanidade do índice e a transcendentalidade

da expressão, vemos uma aresta de tal fio de novelo, que Derrida (1999; 1994) chama de *metafísica da phoné*.

Entre a noção de arquivo, em uma pesquisa da imanência, e a denúncia sutil promovida pelas línguas de sinais em relação à obscura substancialidade do som da voz sobre o sentido, vemos uma síntese comum, a ser transcrita por nós, tradutores do gesto: em um sentido bergsoniano (Bergson, 1999) de percepção e reflexão, matéria e memória, objetividade e subjetividade, adentrar o vazio entre os sinais e as coisas, levando em conta a pedagogia e a domesticação gestual que conduziu a expressão a uma redução da substância primordialmente fônica, enquanto que as linguagens do corpo e do gesto foram relegadas ao artístico, ao baixo, ao infame e, finalmente, à correção e adequação — enfim, o interior do mundo suspenso sob o ser original. Sob esta ambiência conceitual, tanto a docência se revela como atividade para além do adestramento (Zordan, 2015) como a tradução linguística se encontra em dívida em relação a todas as forças corporais comprimidas no fio histórico-metafísico da voz.

Mas que grandessíssima confusão! Não bastaria dizer que seria um engano sistemático, este decalque da voz fônica à criação divina, e do corpo a nossa morte anunciada? Não creio. E os próprios surdos estão aí para testemunhar essa reversão que não passa de uma nova colagem da ilusão (Bergson, 2006), numa aparente teoria da comunicação ainda afeita à teologia. Mas, assim como Bergson conclui no estudo *A Lembrança do presente e o falso reconhecimento*, onde o filósofo tematiza clinicamente suas próprias ideias, nossa vida é também cercada de ilusões. Os esboços aqui enumerados são expoentes de uma incapacidade de separar uma substância de um atributo, tomar um pelo outro, um gesto por um sinal, um sinal por uma palavra, uma tonificação muscular por poderes telepáticos. É isso mesmo que fazemos, alucinamos tempos e espaços. Os meios

de comunicação dão lugar à alucinação e alienação das pistas em cada esboço ensaiado.

Como poderia ser de outra maneira? Responde Hermógenes (Platão, 2014), quando Sócrates o questiona se não deveríamos imitar os surdos-mudos e fazer gestos para indicar o mundo, quando privados da fala. Correto, mas não no sentido da falta, como é de se presumir se focarmos a atenção tão somente na pergunta de Sócrates. É preciso compreender a comunicação em si como dobra ontológica do mundo grego, da qual toda a demanda por indicação dos últimos 10.000 anos decorre, desde os processos de sedimentação e da internalização da experiência como dimensão privada da vida até as relações do cidadão grego com a *pólis* e os signos da nascente ideia de civilização. A comunicação, nesse sentido, possui condições, nada a ver com os surdos, com a filosofia e sua retórica, nada a ver com os artistas, os cidadãos ou com a imprensa, mas com a *pólis* e o idiota (Flusser, 2004). Isso nos leva a crer que o problema da comunicação é o mais evidente e o mais frágil se quisermos pensar o pensamento surdo, e que o domínio do comunicável é, inversamente, aquilo de que estaríamos tentando nos afastar, fugir, descobrir as condições de estabelecimento do dentro e fora da casa; não para enfatizar a capacidade de comunicação, pois na esteira de Hermógenes, *não poderia ser de outra maneira*, e, contrariamente, um pensamento nômade, de fugas, uma micropolítica visando o não-comunicável.

Neste movimento, reivindicar a comunicação como direito é praticamente uma redundância, já que, mesmo sendo no âmbito da comunicação em que o pensamento humano torna visíveis seus problemas, é possível que este tornar visível seja relativo a uma ignorância ou um vazio, ou um problema mal colocado. Se falamos em comunicação é para tangenciar minimamente o *dentro incriado* que subjaz o pensamento surdo, ou o que chamo de gesto, mas que

busca incessantemente se precaver de qualquer absoluto, qualquer transcendência, qualquer sobredeterminação histórica na pedagogia da expressão linguística. Nomeio como dentro incriado o lado reverso de um pensamento atado às categorias e modos de presentificação do ser em meio à metafísica da voz, uma contestação silenciosa e voraz, para dar a entender que a comunicação possui o elemento de absoluto já no âmbito do comunicável, ou seja, o absoluto é da ordem da comunicação, do dobrado e desdobrado e redobrado sobre a casa, sobre o ser-signo do som, algo próximo à ideia de crime ontológico denunciado por Heidegger em relação aos gregos (Flusser, 2004). Exatamente por isso as figuras comunicantes, como as figuras que deveriam ser desenvolvidas no Congresso, seriam algo como O Arquiteto, Os Tradutores, O Existencialista, etc., são figuras em fuga, descentradas, errando sobre sua própria iteração assim como apontando para os seus limites, suas margens. Por outro lado, digo *pedagogia da expressão linguística* para sumarizar outro complexo de condições de possibilidade, seja, a abstração do gesto e da fala articulada, que nos remete a antes ainda das primeiras comunidades sedentárias.

4.6

Gesto e Palavra: uma gênese do Signal

Leroi-Gourhan, arqueólogo, paleontólogo e antropólogo francês que dedicou estudos sobre as origens da linguagem no processo evolutivo das coletividades humanas, mostrou, em meio ao estruturalismo francês, a proximidade entre os sistemas de crenças e os objetos materiais (Leroi-Gourhan, 1984). Dentre seus estudos, a linguagem articulada é compreendida paralelamente à liberação funcional das mãos no Paleolítico Superior, quando os membros

dianteiros passam a exercer funções técnicas e a locomoção fica a cargo dos membros traseiros nos hominídeos. O sentido maior do recorte que escolhemos nos estudos de Leroi-Gourhan é o paralelismo da evolução do cérebro e das funcionalidades manuais com a meta de apontar para uma teoria (e, talvez, aportes para pensar o gesto) do subterrâneo da linguagem, uma época, uma memória como duração, na acepção de Bergson (1999), em que a confusão não é entre uma língua ou outra, no sentido estruturalista e saussureano da arbitrariedade do signo. Para além disso, a confusão é entre índice e signo, *poiesis* por excelência, o interestrato que aponta tanto para cérebro como órgão voltado para a subjetividade, a teoria, a ideia, e a medula, na inevitável retração dos membros, reflexividade do sistema nervoso voltado para a objetividade, a práxis, o ente presente (Bergson, 1999). Ora, adentrar esse domínio de suspensão, de diferenças recíprocas entre palavra e gesto, não seria exatamente contornar um problema mal formulado, nos termos de Bergson (1999) e de Deleuze (1999), e trilhar a pedagogia da linguagem e da gestualidade em sua fonte? E, mais especificamente, como finalmente poderíamos esboçar uma delimitação de futuros estudos: *uma língua gestual não consistiria em um retorno à problemática mais geral da linguagem, ao deslocar a linguagem do aparelho fônico para as mãos, depois de milênios de sua tecnicização?*

É a partir desse questionamento (de certa maneira confirmado pela arqueo-paleo-anthropologia de Leroi-Gourhan) que a delimitação não poderia aceitar nem mesmo o fato de que há uma língua de sinais filosófica, uma vez que a filosofia seria o mais alto exemplo daquilo a que chamamos pedagogia do gesto como vitória da língua fonética, ou do lábio, segundo a metonímia hebraica presente na bíblia traduzida por Chouraqui (*apud* Derrida, 2002). Também não se trataria de traduzir para uma língua sinalizada os conceitos e ideias da filosofia. Mas o fato mesmo de que é possível sinalizar já instala um problema

de linguagem, e, em última instância, filosófico. Não um sinal para um conceito, nem uma paráfrase para construir uma sinalização filosófica e a partir daí contemplada em um regime significante. De uma maneira totalmente diferente, a natureza duracional de um *Signal*, sendo o G uma partícula importante em vários sentidos, consiste naquilo que nos parece possível aventar. Pignatari (1993), - que carrega no nome também o G em questão — lembra que a palavra signo se relaciona com a raiz grega *secnom*, que, por sua vez, tem o sentido de “cortar”. Assim como ‘segmento’, ‘secção’, ‘sectário’, etc., preservam o /c/ ou o /g/ como fonemas que guardam o sentido e a literalidade de corte, interrupção, o Signal é, em essência, um corte na harmonia rítmica do sinal. Não podemos senão traduzir em termos materiais esse movimento de corte, leia-se, o meio caminho entre o sinal e o índice, e não uma metáfora. Outra justificação seria a inserção do G como representação do Gesto corporal neste giro conceitual. Gesto este que, como vimos, pode ser entendido como uma redobra da linguagem em sua própria gênese pedagógica das funções cerebrais e medulares, em direção à primeira bifurcação (naturalmente, não a primeira em sentido cronológico), a primeira indecisão, entre: 1. O corte relativo da reflexão. A liberdade preensora da mão, por exemplo, que pode acontecer ou não, e daí sua série de desdobramentos técnicos e configurações de posição frente ao vazio da necessidade, que hoje em dia poderíamos atribuir tanto à dor e ao prazer, como à plasticidade do movimento corporal e todas as suas composições, refreamentos, atrações, repulsas, etc. E, 2. O corte absoluto da atividade cerebral. A liberdade criativa, por exemplo, que é realizada desde que fizemos da casa e da cultura o domínio do simbólico, como prática de assentamento que exige uma resposta para além da porta. Mas a plasticidade aqui também é presente, embora se encontre às voltas com a doação ao comum, ao comunicável do índice, e do índice como exterioridade e como retorno.

4.7

O problema da empiria: funcionamentos

Mas o pensar gestual precisaria também de exemplos. Para tanto, é preciso recolher dados, ou melhor, imaginar algum mundo possível em que algo seria precisamente dado. E, como já podemos prever, não queremos dados como anteriores, pré-agendados no calendário filosófico do Ocidente, tampouco queremos o dado de um Deus severo e persecutório (muito melhor se fossem deuses —demônios, anjos caídos, o anjo da morte, etc.). Não se trata de traduzir para a língua de sinais a totalidade das obras filosóficas nem mesmo descrever a história da filosofia, algo que exigiria uma retomada tão longa e tão exaustiva que em 50 anos não concluiríamos mais que algumas páginas de um conjunto bastante limitado de obras. A possibilidade de registro fílmico das línguas de sinais nos acena um plano de afeição em relação ao que é traduzido, ao que é inventado, isto é, a tecnologia do cinema e do vídeo abre um campo de possibilidades imenso, embora o grafema (o *gestema*?) tenha um efeito de reversão, rebatendo sobre a própria voz sua sombra. De qualquer maneira, não nos parece que o registro do movimento em filme possa criar por si só um plano de registro autenticamente criador, já que é exatamente da técnica e da voz que ainda se trata. Tanto em termos ordinários (o cinema-mudo, a intersemiose entre ação e fala, a “música” traduzida para as línguas de sinais, etc.), como em termos científicos e filosóficos (a janela da contemplação, a percepção do movimento e da trilha sonora, a narração e a técnica de edição, a alegórica ‘janela’ do intérprete em programas de televisão, etc.) o registro fílmico dos sinais permanece em distinções modais que somente são esvaziadas (isto é, abertas ao Signal) muito superficialmente, em um movimento

apressado e desesperado por fixar limites que o subterrâneo da língua muito provavelmente ainda não requeira nem tenha as condições de os enviar aos planos de densidade lexical e gramatical. Não pretendemos invalidar nenhuma das entradas e saídas desse novelo, sabemos da potencialidade artística e informacional que este tipo de registro dispara, afinal, o texto traduzido é sobretudo a marca da dispersão dos textos à procura de seus tradutores *ideais*. Mesmo assim, ainda acreditamos que há um corpo, uma duração, um espaço-tempo imanente, que sofre as dores de incisões muito agudas em sua pele, quando esta se abre e deixa passar sua matéria, sua seiva. Tal sumo, sangue absolutamente vivo, acaba sendo confundido com formas transcendentais e, o que é mais grave, com uma *arkhé*, que resgata fragmentos organoides de um modo de existência culturalmente localizado e decalcado como ordenação latente (o que, para nós, é mais próxima a relação com o capital, o furor capitalista e suas produções de campos de imanência recortados em função do objeto faltante e da *mais-valia*). Os poetas concretistas, imagéticos e mesmo os simbolistas nos sugerem de diferentes maneiras essa expressão pura, livre da substancialidade transcendente, da idealidade da comunicação, da retórica, da voz adâmica nomeadora, e, finalmente, da ilusão da intersubjetividade cívica e burguesa.

Também há o problema da escolha, já que não saberíamos exatamente por onde começar a tradução de tudo (uma ilusão a abandonar, a tradutudo!), e sabemos que a possibilidade de tradução de um texto se realiza em seu movimento interno, a afirmação de seu sentido, e, no máximo, a sua relação com outros textos. Não nos interessa, portanto, arrogar-nos a responsabilidade sobre tal seleção, senão pelo contato aberto pela sobrevida ditada, exterior tanto ao sujeito como às palavras (Benjamin, 2008; Derrida, 2002). É uma forma, como disse Benjamin; em princípio, não pa-

lavras em situação de equivalência, mas sintagmas em situação de disjunção em direção a um corpo pleno.

Há que se formular um método, portanto, servindo-se, por um lado, de dados de uma suposta *empíria* gestual flagrada no seio de todo o ímpeto de linguagem, em todos os vídeos e filmes registrados em língua de sinais que circulam nas mídias, mas sem esquecer a própria redobra Signal que carregamos em cada palavra falada ou escrita. Talvez também no ponto perdido entre o alto e o médio paleolítico, no grafo do gesto-rosno. Por outro lado, há um pensar que tende ao formalismo transcendente: a descrição, o sintagma, a “descoberta” das configurações de mão da língua de sinais como unidades fonéticas, por exemplo, que, todavia, não podem ser ignorados, pois é daí que dimana o efeito babélico que desafia, novamente, a voz nomeadora teológica (talvez um dos últimos efeitos dessa natureza que poderemos assistir a título de funcionalidade, porque as línguas indígenas, ou as línguas mortas, ou as línguas artificiais e mesmo alienígenas, já são situações que, malgrado seus diferentes níveis de visibilidade, complexidade e circunscrição, nos parecem previsíveis. E, daqui para o futuro, possivelmente, somente a telepatia...).

Sobre as configurações de mão, que consistem em unidades fonológicas que compõem o sinal, a linguística da ASL (*American Sign Language*), e também da Libras, vem desenvolvendo estudos importantes em termos de descrição, mas que se contentam com um banco de dados, um armazenamento e um testemunho, no limite, celebratório (e, notadamente, capitalista). Em outro caminho, não menos importante, a afirmação de elementos culturais, as leituras pós-estruturalistas das condições de aparecimento e governança dos surdos, que consistem em uma potente investida sobre a suposta naturalidade da anormalidade e da deficiência (*Estudos Surdos, Disability Studies, Estudos da Tradução, etc.*)

correm o risco de não captar a superfície dos efeitos para além do discurso idealista das causas, das condições de possibilidade presentes historicamente e sumariamente concluídas de estados previamente consagrados pela pedagogia e pela clínica. Em resumo, o fato de que pouco se registra e se discute tais efeitos (tanto a significação e as descontinuidades históricas, quanto as genealogias, chegando ao limite dos diferendos que solapam o texto... o limite, o abismo da diferença pura é, muito estranhamente, um inimigo combatido com velhas e tediosas afirmações) *em língua de sinais*, ou seja, poucos são os debates desses temas nas mãos sinalizadoras, não é algo de menor importância e a suposta inversão epistemológica na afirmação de um *ethos* surdo pode estar sendo construída sobre a insistência de um novo platonismo. Como se isso fosse realmente necessário e não compulsório, mesmo nesse tipo de modalização discursiva. Como se fosse preciso reinventar um determinado platonismo, como se a metafísica não fosse o mais eficiente meio de contágio do espírito humano já inventado. Finge-se naturalidade...

Buscamos, ao contrário, um funcionamento teórico-prático, imanente, como aquele que Corazza (2018) caracteriza como sendo da ordem de um novo inventário. Empreendendo uma pesquisa de caráter empírico/experimental que se move no desarranjo entre o “discurso sobre aquilo que funciona” (Corazza, 2018, p.5) e propriamente aquilo que funciona na educação, a pesquisadora dá a ver os muitos nomes que tais domínios podem assumir. Entretanto, o que será mais valorizado é o liame destes domínios, e as diferentes formas consagradas pela educação (teoria-prática, docência-pesquisa, etc.), apenas atestam um misto mais profundo, mais caótico e mais vivo em relação ao pensar-pesquisar-escrever-ensinar.

De nossa parte, contamos com uma série de inscrições corporais (filosoficamente enredadas pelo filosófico como dis-

curso), que no decorrer dos últimos 20 anos na Faculdade de Educação da UFRGS tem sido gestada por pesquisadores surdos e tradutores e intérpretes da Libras. Trazemos dois exemplos: 1. A primeira tese defendida por uma pessoa surda no país foi de Gladis Perlin (2003). É anunciada como uma escrita de fronteira, entre língua de sinais e língua portuguesa, e narra a si própria como um lançar-se, de uma alteridade sempre em devir a traduzir-se em “meios sociais”, errando sobre planos já constituídos da educação e da política que exige um movimento endógeno. Tal movimento é, no entanto, uma endogenia em pleno furor da diferença, nomeada de diferença surda, ou *deafhood* (Ladd, 2003). A hipótese, como tal, é fruto de uma vivência narrada do desencontro, do desarranjo entre o signal e a voz fonética. Deixa de considerar, no entanto, as condições de reclusão gestual dos próprios ouvintes, apostando ainda em algo como uma “surdância” reprimida e normalizada pelas práticas oralistas. 2. Tese defendida por Carolina Sperb (2017), intitulada *Escola Libriação: biografemática do gesto*. Crítica-escrileitura que tematiza o modo de congregação escolar através da tríade ensino-pesquisa-extensão. Todavia, o eu narrado é posto em fuga e deliberadamente alucinado em um eu-pesquisado, fazendo variar um paradigma até então tido como estabelecido na totalidade dos Estudos Surdos no país.

Vale ressaltar que as pesquisas supracitadas são tomadas tão somente como índices de uma filosofia sugerida como corporal. Os modos de inscrição gestual só poderiam ser elencados em um conjunto fílmico não disponível. Haveria também a possibilidade de realização de entrevistas com tradutores (atualmente em estado de reclusão, praticamente inacessíveis) ou com heróis surdos. Como tese, todavia, não encenamos uma epopeia, mas modos de congregação, o que é algo muito diferente.

4.8

O lugar, e seus modos de congregação

Chegamos aqui a um ponto decisivo desta preparação: o Congresso como teatro, que se consubstancia como palco em alguns momentos, mas que se desdobra. As tendências pedagógicas nas escolas, a clínica fonoaudiológica, a associação de surdos e sua resistência subterrânea que inventariou suas lutas pela e através da língua, enfim, o gesto atravessado como flecha durante os anos que seguiram o Congresso de Milão de 1880 — têm, todos estes, a intenção de reunir elementos disjuntos, impossíveis do ponto de vista do diálogo: uma tragédia se anuncia. A figura central do Congresso toma como aura e a aurora uma sutil malha de disputas muito dispersas, em que a língua de sinais cavoucou as políticas, a clínica e a pedagogia, instalando-se sempre como operação tradutória e, o que é bastante plausível, principalmente voltada para uma interioridade restauradora de sentido pela via responsiva. Ou melhor, produzindo núcleos gravitacionais que fazem girar em torno de si tanto territórios, visibilidades, modos de vida, como também as condições de disjunção, retenção do diferendo, o firmamento do possível. Seja a interioridade do isolamento, da oralização, da interdição à gestualidade, passando pela escola e as associações de surdos como refúgios do uso libertador da língua gestual, até um paralelismo, também essencialmente tradutório, propriamente linguístico, ou melhor, textual, entre as condições de emergência de estudos sincrônicos da linguagem e o avanço do gesto sobre os corpos surdos. A incompatibilidade modal em relação às línguas orais (línguas orais = modalidade oral-auditiva; línguas de sinais = modalidade gestual-visual) não se resume à interdição de textos, discursos, escritos, nada relacionado à suposta dificuldade acadêmica dos surdos. O que se quer colocar em um plano, sob o sugestivo contorno mais ou menos coeso de um Congresso, é

exatamente o recolhimento do gesto em um pensar gestual. Mesmo em uma trágica dispersão, o pensamento filosófico fez da voz a medida, irreduzível ao índice, assim como o “mutismo e a surdez andam juntos” (Derrida, 1994, p. 89). Assim como, em complemento ao egoísmo apoiado na substancialidade da voz, entendeu-se, de nenhuma maneira metaforicamente, que “o surdo só pode participar do colóquio moldando os seus atos na forma de palavras cujo *telos* comporte que elas sejam ouvidas por aquele que as profere” (*ibidem*). O que a filosofia, a pedagogia, a linguística, teriam a dizer no momento flagrante em que se furtam à gestualidade? Em outras palavras, uma interioridade marginal, por vezes denunciada como gueto, de um povo que faz tradução de semióticas deliberadamente opacas, no exato momento em que se enuncia o esforço científico-transcendente de furtar-se ao corpo: será que nenhuma idealidade estaria em risco?

Não afirmaremos, em resposta, nenhuma solução hiperbólica. Nem mesmo há uma pretensão de legar tarefas a uma geração de investigadores, como sugere Husserl (1929, *Investigações Lógicas*). A intenção é mostrar o problema do Gesto em sua causalidade interna, não como abstração, mas como radicalidade da experiência, ao modo de um inventário entendido como invenção, em uma política que se finaliza em termos de desejo, que não depende de autorizações. Concordemos com Deleuze (2001), em seu estudo sobre o empirismo de Hume, quando enfatiza a conexão entre paixão e entendimento, quando estes são tomados num regime científico e filosófico. O “movimento da paixão que devém social” (Deleuze, 2001, p.5) é a contraprova da disjunção entre consciência e experiência. De Husserl, todavia, tentamos captar sua singeleza e modéstia epistemológicas. Para colocar um problema que se define nas linhas de sua soltura ao intempestivo, é preciso, mais do que uma fé, uma ganância pelo movimento criador. Acreditamos que para afirmar a difração paixão-entendimento é preciso um momento de

completude da imagem. O inventariar do gesto não se sustenta em divisões, mas o seu rastro difusor, louco, paradoxal, é o que nos lança a matéria do pensamento, nisso, pensar é uma operação da terra e para a terra. Aquilo que Deleuze (2002) chamou de empirismo transcendental é o que deve guiar a figura do Congresso como a aceitação mais profunda da imagem transcendente e nominal como fuga de si, como reunião que não se atualiza mas acontece, como espaço que só é inventado e inventariado na desnaturação do campo de imanência. Aqui, admitimos, há uma armadilha que deve ser minimamente contornada: não UM Congresso, muito menos UMAS Figuras — restos de territórios tomados de empréstimo, mas O Congresso, O arquiteto, O tradutor, etc. Um indefinido que se expressa nas estrias da linguagem exata.

O conceito de expressão em Husserl (2006), é exposto num movimento de difração em relação ao índice, cuja originalidade, se considerarmos a *phoné* como tendência da metafísica da presença, emana de uma monstração, o não-signo original do ponto de dobra da experiência — murmúrios estrondosos de um silêncio mais profundo. Mas não estamos reunidos aqui apenas com Husserl. Antes, e é isso que Derrida (1994) nos indica, o ser expresso como voz transcendental, silenciosa e solitária, é uma ideia construída e refinada ao longo dos textos filosóficos, da qual Husserl dá o testemunho.

Derrida (1994), é preciso ponderar, conversa com a filosofia de Husserl não para denunciar inconsistências em seu sistema, mas para verificar uma iterabilidade muito mais transversal da noção de signo nas nascentes teorias linguísticas de sua época, sugerindo paralelos em relação a Saussure e, menos explicitamente, Hjelmslev (1978). Sabemos que esta discussão possui inúmeras ramificações, e não seria prudente abordá-la em poucas linhas, por isso preferimos montar (monstrar) esta espécie de palco onde as ideias se cruzam de forma tradutória, não somente em relação à fenomeno-

logia e à linguística. Entretanto, como não é possível ponderar apenas um território de inscrição em relação à surdez e muito menos quanto ao status linguístico dos sinais, acreditamos que também não é possível ser totalmente prudente em relação a uma pesquisa que visa inquirir as condições de colocação de um problema que se pretende filosófico, há algo de inconfessável nessa montagem. Sua materialidade (as línguas de sinais/gestuais) desafia o próprio entendimento do que significa pensar, comunicar, delimitar, inquirir, idealizar, empiricizar tal ou qual domínio que a ela dá sustentação.

Por certo, as formas de participação/atuação social dos surdos alternaram, ao longo dos últimos séculos, tipos variados de abordagens clínicas, pedagógicas, em meio a ambientes ideológicos, religiosos, sob um ou outro dispositivo de correção, inclusão, pedagogização, moralização, etc. Nada disso é simples, porém, aqui, sabemos que não há como explorar todas as possibilidades analíticas mesmo se tomássemos apenas o fragmento da lei citado acima, uma vez que nos levaria para um lugar já pressuposto: o de que o sinal comunica e que o Signal pergunta. E pergunta a quem? A quê? Sendo a congregação surda primordialmente uma questão de língua, como a pergunta signal nos afeta e nos modifica? Nossa intenção, portanto, é um pouco digressiva, um pouco criadora — bastante transgressora, talvez. Seja: o sinal linguístico corresponde ao signo linguístico? Se sim, seria apenas por derivação, num movimento mais de direito, mais nominalista, ou propriamente assumindo a sombra metafísica que se esconde sob as teorias linguísticas contemporâneas? Ou precisaríamos ir mais longe? As vozes murmurantes daqueles que, em situação de suspensão, carregam o fardo de uma complicada gênese, talvez peçam ao menos uma restituição, ou pelo menos uma justificativa para terem sido elevadas à condição de língua. Como questiona o pesquisador surdo inglês Paddy Ladd (2003), a luta entre a *Deaf Way* e os colonialismos impostos peremptoriamente a esse povo pro-

duzirão que tipos de modificações, não somente nos surdos, mas na própria leitura do texto filosófico ocidental?

Dizemos que os surdos possuem uma língua, proferem sinais que compõem um signo, um acontecimento da ideia e o movimento da vida. Mas o que é o signo, senão em geral, ao menos em nossa herança, essa epistemologia pronta, cínica, que tapa os olhos para as próprias armadilhas que deixou como legado? Nossa acidez não é vã. Certo é que as línguas de sinais vêm sendo objeto de investigação, e aqueles que se comprometeram em trazer à luz os processos de colonização e de exclusão/inclusão agora parecem não mais fazer do que ostentar um meta-discurso que visa tornar a gênese clara para si mesmos e para outros, seccionando os traços críticos enquanto a clínica dos agenciamentos é tornada mero acidente e, no limite, *nonsense* artístico. Aí está a primeira radicalidade deste texto: fazer da tradução do gesto não uma condução estável (este movimento não é estranho às teorias da tradução contemporâneas) da razão em direção a uma língua outra. A intenção precisa ser entendida muito mais como uma espécie de teatralização das imagens, onde os atores, jogados à luz e por vezes arrancados de lá violentamente, agora se apossam das tramas e das armadilhas e invertem os papéis. Dizem eles — *ouvintes, resolvam-se*. E o fazem com todo o direito. Esta é a herança que nos foi concedida, sigamos — *o que é um signo em geral?* As vozes continuam a murmurar no breu da plateia, e não há como fazer qualquer tradução dessa espécie sem algo de radicalidade.

Mais um sentido do Congresso como teatro se impõe. As figuras evocadas, disjuntas e margeando uma interioridade incrida, restituição da casa em faróis de sinalários e cenalários (Sperb, 2016), o Instituto de Paris como congregador de uma língua monstruosa e marginal até o século XVIII, o Instituto do bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, as associações de surdos e escolas, estariam

suficientemente expostas ao trágico, libertas de toda “complacência para as analogias individuais” (Barthes, 2007, p. 27), se dizemos que inventamos o problema em um sentido cênico? Ou este teatro faz a mimese do purgatório burguês, encerrado na “tempestadezinha individual, meio nervosa, meio retórica, de nosso romantismo” (*ibidem*, p. 26)? Se falamos antes na aura do Congresso de Milão, é muito mais pelo fato de que as disputas que seu legado exortou convergem para uma arquitetura natimorta, com heróis fracos, líderes demasiadamente policialescos em sua política maior, que se contentam com pouco. Uma cátedra, um soldo, uma festividade, uma comunidade pegajosa — mas não é somente isso que captamos do problema, nada seria assim tão estável caso os dormitórios dos internatos não manifestassem, nas noites, um desejo de criação, mas também de conforto e interiorização arquivada, arquitetônica, arquetípica. Do lado visível e estratificado do agenciamento, porém, há os que se limitam a receber a vida já modernizada e pós-modernizada e suturar as perdas; inventando formas na língua de sinais que se ajustem ao dado, ao óbvio, ao invés de prestar atenção naquilo que seria potencialmente abalado no pensamento pós-babélico e purificado de corpo. Em outras palavras, representar ao invés de pensar.

4.9

Um tipo especial de solidão

Ou seja, caso não exista catarse, ao menos o espanto frente à disjunção palavra-gesto, o risco não seria o de repetir o crime ontológico, amenizando os signos em favor de uma moral pré-fabricada? Para Derrida (1994), isso é problemático, e também assim nos parece.

Todo discurso, enquanto empenhado em uma comunicação e enquanto manifesta vividos, opera como indi-

cação. [grifo do autor] Nesse caso, as palavras agem como gestos. Ou antes, o próprio conceito de gesto deveria ser determinado a partir da indicação como não-expressividade (Derrida, 1994, p. 46).

Isto é, a face indicativa do sentido, apesar de deslizando, não substancial, como exposto na via fenomenológica, seria funcional ou intencional, haveria uma expressividade pura oposta à expressividade do vivido de outrem. Ou seja, para Derrida, seguindo a teoria da indicação de Husserl (2006), há, na voz fenomenológica, um primado sobre a irreducibilidade do vivido, o Outro, portanto, somente emite signos visuais, meramente visuais, auditivos, táteis, etc., mas a expressão pura é de outra ordem, da ordem do noemático, da voz que atravessa todos os limites do experienciável por meio da escuta.

Dois precauções: primeiro, a escuta fenomenológica é muito mais complexa do que a comunicação da face material do signo, e, em razão de uma vigilância da redução transcendental como método, como sugere Derrida, também não garante à intuição o acesso à experiência de outrem. A escuta esbarra, ao fim e ao cabo, na “impureza da percepção” (Husserl, 1929, p.246), ou seja, a impossibilidade da plena presença a si da intuição do Outro. O solilóquio de Husserl é inevitável do ponto de vista da comunicação, ou melhor, da relação que há ou não entre o comunicado e o realmente manifesto como sentido. Mas a partir da crítica de Derrida é possível perceber o dualismo, uma estranha dialética em Husserl, além de toda a prudência e genialidade do filósofo alemão em relação ao seu próprio sistema conceitual, problema que pode ser entendido como a dissociação entre face fônica da palavra e noema.

Resumidamente, as palavras físicas são re-presentações da presença do vivido; o solilóquio transcendental, a conversa interior da alma, não necessita da palavra fônica senão como mundanidade

existencialmente estéril; o mundo dos signos (para Husserl, índices) apenas contribui para a consciência com elementos em vias de redução, ou seja, *hylé, morphé e noése*; a função da expressão, entendida como estando no mesmo nível do transcendental, purificada de “matéria” física e psicológica, não é comunicar, muito embora perpetue a vigilância do método fenomenológico no sentido de conduzir uma escuta interna, modulada pelos arranjos intermediários da voz, isto é, da *metafísica*. Por fim, o signo físico é suposto como ocorrência empírica em oposição ao sentido pleno e a conversa interna dispensa palavras, a não ser que o sujeito “finja” um diálogo consigo.

A segunda precaução remete à nota de rodapé que Derrida (1994, p. 55-56) dedica ao que poderia ser pensado como uma operacionalização dada por Saussure em relação às categorias expressão e de conteúdo. Esta aproximação é muito importante para o nosso intento nesta proposta, uma vez que busca, através de dois autores que inauguraram perspectivas teóricas e também campos de investigação distintos, mostrar os ruídos que sua própria exposição já produz. Enquanto Husserl, como exposto acima, reduz a experiência presente recusando a materialidade da palavra (via *epoché*), Saussure o faz pela via da tradução didática, de uma proximidade mais impetuosa em relação ao discurso e à história, ao afirmar que a unidade bipartite Significado/Significante é tão somente um meio de expor sem mal-entendidos a preponderância da imagem acústica (Saussure, 2012). Ou seja, para o linguista, a imagem acústica é a imagem da significação. Entendendo a linguagem como módulo da expressão, centra-se o olhar nas relações estabelecidas entre partes do sistema considerado como interação simbólica que sustenta sincronicamente o aparato languageiro. Não há fora, não há dúvida em relação à diferença movente entre estados da linguagem, como bem mostrou Benveniste (1970) em relação à formação da linguística enquanto ciência no iní-

cio do século XX, mas a sincronia é preponderante, e as escolas francesas e americanas desenvolveram, cada uma a seu modo, a ideia de que uma análise diacrônica apenas teria importância como sucessão de estados sincrônicos.

Inferimos que as línguas de sinais, mesmo que venham sendo descritas a partir dessas concepções, ainda guardam um mistério que dificilmente pode ser ignorado. Mesmo se considerarmos as asserções de Martinet (1973) sobre o componente *erudito* encontrado nas línguas orais, se o pensarmos em relação a alguns sinais derivados da Língua de Sinais Francesa (grande parte do sinalário da Libras é herdeiro dessa língua) ou algum componente fonológico regional que a etimologia possa atestar sua legitimidade enquanto monema, acreditamos que há, sob a fissura do pensar Signal, senão uma incongruência teórica por parte do linguísta, ao menos um congelamento de relações. Relações sombrias entre som e gesto. Um fingimento interessado? Talvez.

A língua como depósito, arquivo e “banco de dados”, ou, como argumentamos a partir da didática da tradução de Corazza (2018), o *inventário*, nos permite enxergar o vão entre a aparente transcendência da voz fenomenológica (Derrida, 1994) e as demais substâncias partícipes do “vapor de sentido” do acontecimento expressivo.

O que acontece, então, com a voz e com o tempo? Se a monstração é a unidade do gesto e da percepção no signo, se a significação é atribuída ao dedo e ao olho, se essa atribuição é prescrita a todo signo, seja ele indicativo ou expressivo, discursivo ou não discursivo, o que é feito da voz e do tempo? Se o invisível é o pro-visório, o que é feito da voz e do tempo? E por que Husserl insiste em separar o índice da expressão? (Derrida, 1994, p. 82).

Derrida ainda se questiona: “Pronunciar ou ouvir um signo é reduzir a espacialidade ou a mediateidade indicativas?” (*Ibidem*). Pode ser que sim. Mas há que se admitir que, ao tornar a substância

de expressão fônica o motor do pensamento, ao constatar, através de redução fenomenológica, que a linearidade temporal da fala articulada pelo aparelho fonador espelha as condições de aparecimento do sujeito em sua solitária experiência vital, há uma barreira, onde o retorno ao limite é tão difícil quanto indesejável. Há um conforto, uma aparente transparência, que nem a suspensão do juízo, nem a perplexidade em relação à linguagem que constitui o mundo objetivo, nem os neologismos interpelando a estabilidade semântica da língua filosófica puderam reverter. Permanecemos dependentes das vozes que erram no silêncio da alma. Ainda queremos canções de ninar para fechar os olhos.

4.10

Procedimento transnador

Este texto é movido, como toda a escritura, por uma guerra entre saber e ignorância. É nessa fronteira, pouco definível, nebulosa quanto aos limites entre quem, o que ou porque algo é sabido ou ignorado, onde não se sabe com exatidão o tempo correspondente a cada evento, onde nem mesmo se sabe quem indaga a quem sobre algo, é aí que reside o motor desta engrenagem. Mas a relação entre saber e não-saber, como limite que divide o possível e o impossível da escritura, seria, de direito, o limite último onde se misturam os díspares da existência? Tendemos a concordar que sim. Entretanto, esse turbilhão da consistência, que mistura corpos, palavras, tempos, nos deixa na expectativa de alguns borramentos, algumas composições, que aparentemente ainda estão muito metafóricas, pouco entregues à singularidade do acontecimento. Dizemos singularidade ao mesmo tempo em que tratamos de um arquivo (Corazza, 2018). Para que o arquivo esteja continuamente disponível a um plano de imanência,

à pluralidade, à consistência das matérias amorfas, em individuação por *hecceidades* (Deleuze e Guattari, 1995b), a teoria e a prática de uma pesquisa-escritura, assim como o método, sugerido aqui como o procedimento assumido pelo pensar, precisam estar numa correlação, numa interação em rebote sem que os efeitos sejam tomados como generalização. Mas há uma necessária investida sobre conteúdos e expressões provenientes da interação.

Voltamos, portanto, a uma ordem de representação? A um regime atado às categorias da consciência? A uma presença transcendente, que condiciona a matéria informe do pensamento à uma substância como causa, e a uma categoria como forma? Pensamos que não. Ao contrário, é possível que o retorno a alguns limites, nomes, pátrias, identidades, seja apenas em aparência um retorno, uma vez que se trataria exatamente de compor tais categorias com seus anulamentos, suas mortes, seus silêncios, e, sobretudo, suas traduções no limite do impensado. Talvez ainda alguns silêncios devam ser encenados, ainda alguns desertos, produzidos, ainda algumas mortes, celebradas. Não é, portanto, nenhuma hermenêutica, e pouco provável que seja a necessidade uma filosofia em língua de sinais que se anuncia aqui (embora essa filosofia possa ter nesta pesquisa uma fonte de indagações bastante potente). Nem mesmo seria o caso conceber esta pesquisa como afeita às temáticas surdas e de sua língua.

Tratar-se-ia muito mais de um tipo de didática, um colocar em cena e em funcionamento evidências de nossa própria timidez ao tratar do corpo falante de uma maneira menos metafórica, menos figurativa e alegórica. São as traduções para a língua de sinais que disponibilizam interrupções do pensamento, mais do que a explicitação de sua captura em formas comunicáveis, mas a marca, o sulco. A comunicação supõe também o desacordo entre corpo e linguagem, é também um tipo de tradução, mas não numa relação biunívoca, senão como trans-criação, ou trans-signação, onde nada

se desloca de uma língua fonte para uma língua meta sem ser afetado por uma série desacordos, ou seja, não se traduz informação, se traduz disputa, guerra entre corpo e linguagem, este campo ainda em processo de conceituação aqui chamado de Signal. Mais ou menos como Flusser (s/d), no texto *Retradução enquanto método de trabalho*, definia sua relação com as muitas línguas com as quais ele pensou, traduziu e escreveu. Ele dizia que o texto é o que atribui valor, tanto ao livro como ao leitor. Entendemos este valor como o que possibilita a reinvenção da herança no sentido transcriador, como o que Olegário (2016) chama de Inventário. A intenção é subverter a oposição teoria-prática, e, para tanto, é preciso definir que tipo de método é esse, de duas faces, que se perfilam no infinito de uma formação, de uma escritura, de uma Aula. O método, nesses termos, é muito mais a descrição de imagens possíveis de práticas, munidas de torções teóricas e conceituais que não retornam como relato de experiência, como texto traduzido, nem como análises de dados. O método é o mapa das montagens possíveis do ensinar-pesquisar.

O Signal é um avatar de método, quando nos deparamos com os díspares do corpo e da linguagem no limite suspenso e não nomeado de uma língua a-fônica.

Si-gnal

Si-g-nal

Gesto

Dança, teatro, fotografia, poesia concreta, poesia em língua de sinais... inspirações, não no sentido de serem conteúdos que perpassam o binômio *linguagem-corpo*, mas no sentido de consistirem em paisagens, poéticas sinais onde podemos contemplar os graus da

timidez de um encontro do corpo e da linguagem. Essa aproximação, ou paralelismo sem pressuposição recíproca, ou mesmo impossibilidade, língua-corpo: um agenciamento, todavia. Por isso mesmo não tomamos exemplos, citamos poucas poesias, poucas sinalizações propriamente, mas preferimos extrair desses campos alguma regra de composição e principalmente seus falseios. Pois, não é no limite do dizível que as forças em combate vistoriam suas condições e o perfil do inimigo? E não é a superação do ponto médio do fato que reúne novamente a possibilidade de a história se reinventar?

A proposta é relativamente simples, guardando um tanto de obviedade e perplexidade pelo fato de que os principais autores com os quais conversamos para construir esta ideia não tenham, eles mesmos, aventado esta talvez ainda ingênua pergunta: *como o pensamento dos surdos pode ser debatido a partir de sua relação com a linguagem, com o próprio pensamento e com o pensar sinalético?* É preciso relevar essa falta de atenção, principalmente se levarmos em conta o tempo obscuro que foram os últimos séculos para as pessoas surdas. Se o gesto aqui representa um “aventar”, uma hipótese, não transcendente, não regional e não “ontológica”, talvez exista outra pergunta que complementa ou esclarece o pensamento surdo, do nosso ponto de vista, de uma filosofia da diferença: *como o pensamento filosófico, científico, experimental ou especulativo, lida com essa não-transcendentalidade, com a imanência de um pensar gestual, aqui chamado Signal?* Ou seja, não se justifica, aqui, a colocação de um problema filosófico, nem de uma pátria para os conceitos filosóficos, mas sim o trilhar de um caminho interdito. Não o caminho da inclusão social, da clinalização, da autorização científica da linguística, como possíveis *loci* de “aparecimento”, de contornos, de delimitações conceituais, mas o caminho que Derrida (1999) apontou (embora sua denúncia não seja denunciata nem empírica) como *logofonocentrismo*.

4.11

O Congresso e o mito

Não iniciarei com uma retomada histórica, como é de costume quando se trata de coisas relacionadas aos surdos, mas resgatarei um evento que a pesquisa das línguas de sinais do ocidente trata como causa, como fato, como consequência e como espectro. O Congresso de Milão, no meu entender, é muito mais um mito fundador, índice retirado do seu limbo político e empiricista e depositado no discurso como uma produção de alteridade. Ouvinte-surdo. O binarismo se consolida, é circunscrito, ganha morada na lógica clinicalista e positivista da pedagogia. Os surdos são, finalmente, capturados, ao mesmo tempo em que, para os surdos, o inimigo ganha uma face. E nos cem anos que se seguiram a partir de 1880, a ineficácia dos métodos oralistas apenas atestaram fragilidades conceituais e filosóficas; não deste povo que é surdo e que supostamente não fala e a quem a voz não é facultada, mas, e nesse sentido há uma aproximação da desconstrução derridiana, da própria concepção de linguagem e de sentido daqueles dotados de voz.

Será aqui esboçado, como trajetória e como método, um deslocamento ao estilo de Derrida, no sentido de pensar a possibilidade da sinalética entre a tradução e o comentário. Por outro lado, não podemos nos esquecer da intenção inventiva de uma pesquisa em meio à vida, sendo esta entendida como uma vida que se produz na margem do impensável. É a partir de Husserl que Derrida sugere uma crítica alternativa à dialética, cujo pensamento expõe a nervura de uma filosofia que se quer transcendental. Suspender o mundo, privilegiar o querer-dizer da consciência (*bedeuten*), este movimento, esta tendência, consistindo no auspício de uma liberdade necessária, segundo Husserl, para garantir a razão sem negar o mundo. Para Derrida (1994), porém, há o distanciamento neces-

sário (e aqui não entraremos no problema da diferença essencial) entre expressão e índice. Pensamos que tal distanciamento não seria a metáfora de um entrelaçamento (*verflochten*, para Husserl) entre linguagem mundana e a idealidade da redução fenomenológica, mas a condução de uma pesquisa do paralelismo tradutório, da inauguração de espaços de pensamento, ou mesmo de um *certo solipsismo*. Porém, é preciso entender esse solipsismo como regressivo, ou melhor, digressivo, no sentido de expor um devir gestual na gênese do pensamento ocidental. Por isso que, creio, não é uma filosofia em língua de sinais que traduziria conceitos, desafiando a substancialidade do gesto para que a idealidade fosse demonstrada. Pelo contrário, é a própria metafísica, é o próprio logofonocentrismo que deveria, a partir de então, explicar-se, justificar-se como metafísica da voz, da voz primordial — *fiat lux*: o que fizemos até agora, diria o demiurgo ou o solipsista, que essência e que privilégios serão testados e possivelmente deslocados, no bloco de espaço-tempo unívoco que é a voz filosófica?

4.12

Vociferações

Para começar, o que devemos entender, na tradição metafísica, como “voz”? Duas alternativas (que, por alguma faísca de prudência, não entendo como excludentes):

Primeiramente, devemos inferir, à guisa de interpretação regional, não com exatidão e ainda que de modo apressado (e mesmo banais em nossa tentativa), que a voz teria sim um sentido mundano, empírico, indicativo e transcendental nos termos da fenomenologia husserliana? A desconstrução de Derrida (1994, 1999) soaria, para nós, portanto, como uma espécie de arma contra o logofono-

centrismo, caso tal premissa fosse considerada válida. Mesmo que Husserl tenha tido o cuidado de separar a indicação e a expressão no que tange ao signo, o solipsismo eidético seria, todavia, ainda um solilóquio. Vocal e ideal, a verdade do fenômeno ainda guardaria inscrições da consistência numa sequencialidade latente, arquivada, ainda que tal genética tenha sido pouco explorada por Husserl em seu *ser limite*. A origem ainda está em questão, se não explicitamente em termos de contorno do conceito de signo, ao menos subterraneamente, quando, como demonstra Derrida (1994), Husserl adota categorias da metafísica tradicional logo após a dobradura do ser-em/ser-em-vez-de, já na região da expressão. Afora toda a problemática dos campos semânticos e a dificuldade da tradução dos conceitos de Husserl do alemão para nossa língua (lembrando que a leitura de Husserl passa por Ricœur, que traduz do alemão e por Derrida, no caso de *A voz e o fenômeno*), acreditamos que explicitar o problema da voz empírica na redução transcendental é, senão um problema filosófico legítimo, ao menos demonstra a ambiência que o gesto irá requerer (seja qual for o conceito de signo adotado por Husserl ou Derrida, o que seria ousado demais tentar contornar neste momento).

Enfim, devemos ser complacentes com o “esquecimento” da filosofia em relação ao Signal. Nem Aristóteles, nem Husserl, nem Derrida, nem nós mesmos, perdemos tudo de vista, deixamos escapar o limite do inaudito nas concavidades da orelha e nas feridas do tímpano. Deixamos que a casa ganhasse os contornos mais apropriados acusticamente, todos os ambientes, do porão ao sótão (*As paredes têm ouvidos; Ah se estas cortinas falassem...*). Toda uma geometria, toda uma imantação acústica, mas que supostamente não teriam inferência nenhuma neste desvio sensorial e ontológico. Nesse sentido, poderíamos admitir que estaríamos, enfim, fazendo algo sem nenhuma importância.



5

OS CONFERENCISTAS

*

O Retórico

(função: a primeira deriva: expulsão do domínio do Ser)

Origem: Estagira – Escola Peripatética

Síntese: Se considerarmos a teoria aristotélica da linguagem, na qual as palavras seriam símbolos das modificações na alma, e, conseqüentemente, a escrita consistiria de símbolos das coisas na voz (1,16 a 3-4), vemos que é longa a tradição filosófica que dá um estatuto diferenciado às coisas na voz (*tá en té phoné*), e que, em contraste às visões edênicas do passado, não há uma ligação direta e equivalente entre Ser e linguagem, como, diferentemente, acreditara Platão. Entretanto, Aristóteles entende que as afecções na alma seriam as mesmas para todos, independentemente do sistema linguístico convencionado pela comunidade de falantes.

*

O Naturalista

(função: o compensatório)

Origem: Genebra – Misanthropo em fuga

Foi Rousseau (1998) quem primeiro atribuiu aos sentidos a via de construção e sistematização da linguagem. Afastando-se da

concepção adâmica dos Antigos, na qual se entendia que a língua do Éden seria o elo perdido da comunicação plena do sentido uma vez atribuído por Deus na criação, o filósofo procede uma explicação de bases biológicas da linguagem humana, e, apesar de sustentar a superioridade potencial da voz sobre o gesto, admite que as condições de aparecimento das línguas instituídas se deram sobre essas duas formas de comunicação.

*

O Repetidor
(função: o esquecimento)
Origem: Guadalupe – Instituto de Paris

“La pensée est de sa nature essentiellement expansive” (Bally, 1826, p. 2). Antes da virada linguística da filosofia, antes da imanência proposta por Hjelmslev (1978), antes do estatuto científico das línguas de sinais alavancado por Stokoe (2005 [1960]), Auguste Bébien propôs, no início do século XIX, uma descrição fonética (gestual), para as línguas de sinais. Sua reputação entre os surdos da época não impediu que sua obra fosse praticamente esquecida. Mimographie, a escrita mimética dos sinais, assumia, além das posições da mão, os movimentos, as direcionalidades da palma, as locações e as expressões faciais e corporais.

*

Os Tradutores
(função: herdeiros do Repetidor)
Origem: Ur - Noigandres

É preciso funcionar em bloco e em coro. Para Campos (2013), o problema da criação em tradução requer um trabalho de equipe,

entre linguistas e poetas, na direção de um único objeto. Entretanto, quais são os termos deste acordo? Poder? Legado? Revolução? Os efeitos borboleta (Aslanov, 2015) de uma pequena partícula do discurso poderiam ser catastróficos. O problema teológico-político da tradução advém da progressiva perda de ritmo discursivo, e a Bíblia é o exemplo maior desse impasse. De outra parte, sabemos que ao Alcorão foi interdita a tradução, e a arabização dos devotos foi exatamente devido à suspeita e ao perigo da dispersão.

*

O Inominável
(função: o salto)

Origem: Dublin – Rio Xingu, Igarapé Ipixuna

Saltar aos círculos mais distantes. Inscrever o nome no próprio corpo. O Signal remete nada mais do que a esse imperativo de disjunção: não à metafísica do nome em regime especular, dívida com Deus ou com a cidade, mas o nomadismo do caminho aberto por vozes passadas e futuras. Como no povo Araweté (Viveiros de Castro, 1986), cujos nomes próprios são tanto os antepassados, os animais e os frutos como os inimigos, as tempestades e as doenças. Não há regra para saltar de um círculo a outro que não seja a própria condição deslizando do desejo (Deleuze e Guattari, 1995a).

*

O Arquiteto
(função: o corpo)

Origem: Occitanie – Cemitério marítimo

Aqui vê-se mais explicitamente como a Fantasia irá fazer uso da ideia de contra-imagem barthesiana. Não um contraditório, mas

uma suspensão de todos os significantes, de todo o discurso, já que: elemento cultural — a língua (nós, nossa origem, o mito: o Congresso de Milão — a Babel — elemento diaspórico e paranóico, “ai de nós!”); de outra parte: a expressão e o conteúdo em pressuposição e fundamental desacordo — o Signal e o Congresso (miríade de línguas — comunidade por vir, o nome-ferida-aberta, o deserto). Já que, “para que haja fantasia, é preciso haver cenário, portanto, lugar” (Barthes, 2003, p. 14).

*

O Existencialista
(Função: geométrica, urbana)
Origem: Prostějov - Intermezzo

Assim como o pintor, que, em sua atividade, emprega o seu corpo, o sinalizador dá vazão a um espírito que se movimenta, traduz um aprendizado em sequência, natural, daquilo que olha. Uma escritaolho, a surpresa cálida, de uma tarde fria, porém ensolarada. Um corpo-escritura que é visto e também vê (épura). Um outro lado de um poder vidente (Merleau-Ponty, 2004). Tecido no mundo, o corpo se soma às coisas e às visões de outros. Há uma busca não por comunicação, mas por um tipo de solidariedade no isolamento. O ponto de vista se desdobra ao infinito.

*

A Torre
(função: a cultura)
Origem: Mundo - Babel

Não mais a boa e a má tradução. Não mais a subserviência ao original. Não mais o original. Não mais a cópia. Não mais o desa-

parecimento do tradutor. Não mais o tradutor que não é poeta. Não mais a análise comparativa como molde, senão como possibilidade. Não mais a visão de mundo supondo intraduzibilidade. Não mais o paratextual como migalha interpretativa. Não mais o transporte de sentido. Não mais a transmissão de sentido. Não mais o teológico senão como metáfora. Não mais a metáfora de metáfora esquecida, jogando-nos no precipício da naturalização. Não mais o saudosismo da língua de Adão. Não mais o sentido pleno, límpido e a nós interdito por Deus. Nada, senão a confusão e a gagueira, o gesto-balbucio, o querer-dizer do dito, a reverência à interpretação, infinita.

*

O Narrador

(função: a voz. Papiro – Película)

Origem: Anatólia – Chang-an

Questiona-se o referente através de referentes. Duvida-se da vida estando vivo. Falar para dormir. Dormir para cunhar um espelho na quentura dourada da terra. Infindáveis camadas de terra. Acomodar as novas areias sobre a pedra mais rígida. Salões maravilhosos em teto de jade. Os ecos de impérios falidos. As dimensões recônditas na curva da terra. Viajar para morrer. Todo o sofrimento de uma carne vertido na cuspida irônica dos meus filhos. O futuro. O retumbar de uma explosão. O balbucio da era estelar. As montanhas fechadas. A carne-eco. A mão-suja. A mão-bússola. Cavernas, garrafas e caixas mágicas.



PROCEDIMENTOS PARA O ENVIO DE PROPOSTAS DE MESAS

Não há plataforma. Nenhuma indicação de quantidade, assim como a intensidade será, no final das contas, assunto privado. O espaço de inscrição deverá ser inventado. O tamanho e tipo das fontes é irrelevante. O espaçamento entre linhas dependerá, não é preciso dizer, da prévia opção da escrita em linhas. Retilínea, circular, helicoidal, a disposição do texto sobre a superfície ficará ao critério da escrita, mesmo porque a página não estará totalmente em branco. As ranhuras serão selecionadas conforme o movimento do conjunto. Padrões linguísticos prévios não serão tolerados, os parâmetros não são, por isso, fonológicos, sintáticos ou morfológicos, mas parte de um coletivo em translação relativa aos agenciamentos em conexão. Não há página, muito mais um *continuum* espaço-temporal sem determinação prévia de espessamento. Sugere-se, por isso, que se tome um rolo de papel de um metro de altura e o estenda numa parede. Após o registro do signal, ficcionalizar uma filosofia gestual de modo a inscrever sobre o corpo alguns *frames* do movimento¹ (Lapiak, 2008).

Mesmo havendo recorte do tipo quadro-página, assegurar-se de que o conjunto possui condições mínimas de liberação em

1 Observe uma demonstração em: https://www.youtube.com/watch?v=cfJS_nD9x0A

um espaço pleno, desértico ou de estepe, estereográfico no sentido fantasístico, mensurado em um espaço onírico. A seguir, detalha-se alguns aspectos da colocação em funcionamento a ser operada. Salienta-se que a avaliação dos trabalhos será feita por pares reduplicados, não tendo estes a incumbência de aprovar ou não o que for apresentado. A escrita deverá contemplar, por isso, a carta de aceite ou recusa. A autoria não é uma questão. As assinaturas digitais deverão ser apagadas. Não há publicação de anais. Os estratos de qualificação são os subterrâneos.

6.1 Empiria

Os estudos da linguística, ao tomarem a fala individual como objeto, caótica, imprevisível, bem sabem não existir elegância teórica nos modelos já testados. Na análise da conversa, como a desenvolvida por Sacks, Schegloff e Jefferson (2003) e sugerida por Baker e Padden no contexto das línguas de sinais (1978) por exemplo, são padrões de conduta social que condicionam turnos de fala entre os interlocutores, e, apesar da fuga dos gêneros escritos (“literários”), a fala cotidiana permaneceu circunscrita às exigências da troca do turno, desde o “Bom dia” até o ilocutório como ato linguístico. O contexto é apenas idealmente rejeitado, e não há apenas “sensibilidade” em relação ao contexto, há palavra de ordem, ou melhor, a sensibilidade em relação ao contexto é já contextual. Um — depois o outro, e todos os *topoi* que se produzem por reduplicação, todos os “lugares de poder”, etc. Na análise da conversa há a constatação da pouca sobreposição de fala e de poucos intervalos (isto é, o silêncio deve ser preenchido, há constrangimento ao silêncio, tanto que o ilocutório pode ser resumido na sentença a ordem silenciada que é bem entendida,

por outras palavras, mas sempre dita), por isso há sempre um ato, uma métrica do espaço da conversa, um estriamento que “salta” os intervalos e condena o encontro à reciprocidade.

Aqui não importa muito a distinção de modalidade entre uma língua oral-auditiva e uma gestual-visual, já que a descrição que desejamos é de uma outra ordem, é a do murmúrio que não se sabe ao certo estar ouvindo, mais uma descrição háptica do que ótica ou de sons. Quando se fala ao mesmo tempo (no intervalo), ou, ainda, quando existe a pausa, o falante se insinua em outra direção, e, se há encontro, é um encontro intervalar (todo ele ocorre no meio, indecifrável, cifras que sobrevoam as intensidades e não reconhecem posições da tópica da conversa) que tende ao acabamento.

Empírico, portanto, é o exercício do intervalo em sua não-linearidade, e a troca de turnos de fala na conversa não é nada mais que uma sobra, um resíduo que goteja na mão de cada falante. E é importante recordar, todavia, a forma “pegar”, na língua brasileira de sinais, em situações de conversa: o sinal manual consiste em uma mão que inicia com o movimento de “pegar”, “tomar algo”, com a palma virada para o interlocutor que se fecha e puxa o conteúdo selecionado (Imagem 1). Pega-se um segmento interessante e o arrastamos em direção ao tórax, e somente depois de ser retomado na conversa ele se torna um tópico. Em princípio não há pressuposição do lugar do falante, pois é um segmento que é literalmente apanhado do discurso. Já o terceiro eventual interlocutor, ou o próprio falante (Imagem 2), irá retomar esse conteúdo na forma sintática tópico, arqueando as sobrelanceiras (Imagem 3), já aceitas todas as condições prévias, já funcionando na segmentariedade “narrativa”, moral e hierárquica, algo que se pode perceber no conjunto circular sobrelanceira-pálpebras-íris-bochecha-boca. É possível ainda que outros elementos se combinem, apesar de não estarem aqui explicitados.

Figura 1: Pegar



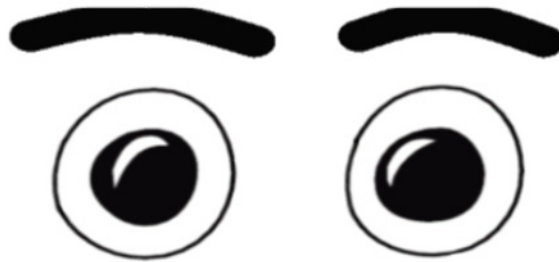
Fonte: foto do autor.

Figura 2: Elemento selecionado



Fonte: foto do autor.

Figura 3: Arqueamento de sobrancelhas - tópico

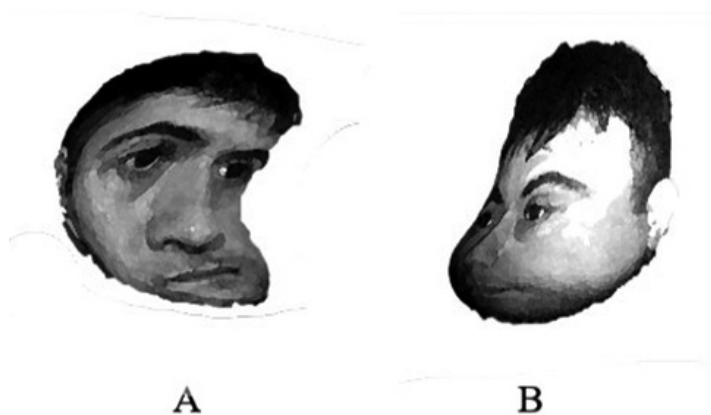


Fonte: desenho do autor.

Por exemplo, é possível enumerar: as mandíbulas, o queixo, a língua, a musculatura do pescoço e, sobretudo, um movimento ainda muito enigmático que se traduziria mais apropriadamente em nosso idioma como “franzir o cenho”. Mas seria necessário ampliar o número de elementos expressivos do conjunto olhos-testa.

Isso porque há um tipo de magnetismo que força a musculatura de vários pontos do rosto, provocando um deslocamento variável constante. A projeção desse elemento misterioso, antes de cair nas malhas descritivas e hierárquicas, deveria ser entendida a partir do paradoxo e da ficção do início, discutidos acima, pois parece-me um espaço modular muito facilmente revertido. A Imagem 3 dá o exemplo do desconfiado e do compreensivo. Aí é possível decalcar o aproveitamento de tensões musculares na passagem dos estados expressivos. Seria preciso, entretanto, encontrar uma forma geral para este plano expressivo facial de base. Observe ainda a imagem 4, onde a facialidade assume um aparelho de focinho (B), e não raro a parte interna dos lábios chega a se descolar das gengivas. O farejar poderia servir como um modelo dessa forma geral, ao menos nesse caso. Em contrapartida, há o afundamento da face (A), e agora se torna mais fácil perceber a mudança de natureza em relação à situação de focinho, utilizando para isso uma oposição (ao menos primária) entre o côncavo e o convexo, para então admitir a colher como imagem dessa dualidade. E chegaríamos assim ao embaraço de que precisamos para continuar.

Figura 4: Côncavo e Convexo



Fonte: Foto do autor.

Na colher, o lado côncavo é o que retém o alimento, assim também nas mãos que “pegam” um segmento de discurso. Mas no rosto, surpreendentemente tudo “pega”, — esse é o pressuposto — tal é o adiantamento e a acumulação necessária, diferente do que “respinga” nas mãos, e, para falar também das línguas orais, diferente do salto sonoro que ocupa a paisagem fônica (o grito na madrugada...). No rosto já está tudo colocado, tudo previamente decidido, e a modularidade expressiva é segunda em relação à decisão prévia do lugar de outrem. Mesmo ainda não estando colocado o problema do poder ou da subjetividade, essa modularidade expressa na dualidade côncavo-convexo está inteira e desde sempre, digamos, servida no lado côncavo da colher como arquétipo da facialidade gestual. Bebe-se avidamente esta sopa. É o que há para ser servido!

Na verdade, o rosto não “pega”, precisamente falando. Quem pega é a mão. É da mão o ímpeto salivar, é ela que cava em direção à terra úmida. O rosto observa e aguarda. E se o rosto, nas descrições da linguística das línguas de sinais, tem privilégio no parâmetro fonológico chamado Expressão não-manual é porque consegue mudar de natureza expressiva mantendo a linha de facialidade, mas isso somente graças ao ímpeto preensor da mão. A mão seleciona, e a empiria não pode ser entendida senão como essa atividade preponderantemente manual, a mão que escreve, ou melhor, a mão escrevendo, entalhando, cutucando, etc.

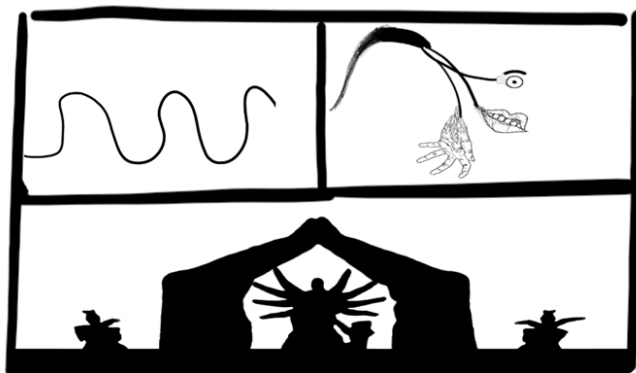
6.2

Signalidade

Este espaço ocupado, intervalar, de silêncio criador, cenário escolar+poético (Sperb, 2017), funciona em um regime de ativação multifrequencial, em partes não compensatórias (*patchwork*). Uma

palavra não se une a outra para formar uma sentença, pois há mudança de natureza constante. Da mesma maneira que Sperb (2017) não faz uso da hifenização entre palavras com o intuito de somar seus significados, mas subtrair uma a outra, o que, ao longo de cadeias de quatro, cinco ou seis palavras unidas por traço, o que resta é tudo aquilo que cada uma não foi capaz de representar, e já pouco importa tal incapacidade. Da mesma maneira, um gesto nascido da secura de uma frequência de onda não quer compensar o que não foi escutado, pois, em cada frequência não acessada pelo ouvido, pode-se unir um movimento vibratório alheio à ordem fonológica, à “cadeia significativa” ou ao frame semântico. No limite, pode-se verificar o comprimento de onda sonoro enxertado com gestos, e esta adição não significa o mesmo que a descrição de um som interrompido. A procura tem sido pelo elemento depurador, o meio do caminho, algo que possibilite filtragem. Do som ao gesto, teríamos, nesse suposto procedimento, um quase-método, por exemplo:

Figura 5: Signalidade em *frame*



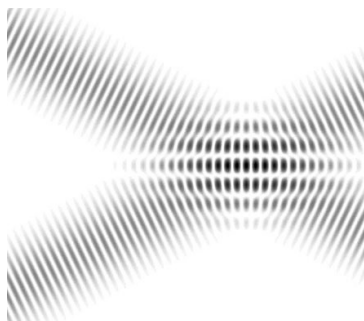
Fonte: Desenho do autor.

Não se assume compromissos com fenômenos sonoros, nem parâmetros, nem semântica. Menos ainda com um frame de experiência linguística, ordens sociais, reconhecimento e legitimação

comunitária, etc. Antes de afirmar que se trata de um texto para ninguém, é preciso que nos resguardemos de possíveis críticas na justa medida de nossa defesa, expressa na imagem acima, nossa única (e fragilíssima) salvaguarda. Portanto, oferece-se um texto a pessoa alguma, mas não por alguma estranha vaidade ou desvario, mas única e simplesmente porque aquilo que nosso método nos autoriza pegar é sempre dispersão. Espaços que ninguém mais habita, ou não ainda. Nisso, a onda sonora interrompida, antes de aludir à surdez ou às línguas mistas e os *pidgin*, pode ser entendida como a imagem da palavra desertora, aquela que exigiu uma retirada. É esse lugar, esse que algum dia houve palavra, e que antes de se tornar sinal transmutou em sombras. E quem disse que as sombras são a morada do terror? A solidão é apenas aparente. Na exaltação da morte, por exemplo, todo tipo de vida se insinua.

Um argumento mais plausível para fins de defesa seria afirmar que procuramos as recorrências, mas os ruídos nos dispersaram. Isso seria expresso, caso seja interessante, como uma hipótese do burburinho. A partir da qual a imagem, ou o frame da sinalidade, seria acometido de ruído ou interferência, o que resultaria em um fenômeno de franjas, provocando nas ondas um comportamento muito diferente daquelas originais.

Figura 6: Fenômeno de Franjas



Fonte: Composição do autor.

O burburinho independe de modalidade de língua, portanto, seja oral-auditiva ou gestual-visual, a defesa é a da estrangeiridade e da surdocegueira. Sabendo que o comprimento de onda aumenta assim como o ângulo θ diminui, as franjas aumentam de intensidade, e se torna inimaginável a permanência, assim, restaria a deserção. De outra parte, seria preciso assumir a posição do observador no sistema seja qual fosse a mudança condicionada pelo olhar.

6.3

O-signo-o-gesto, o Signador e a Transigação

A tarefa de falar com muitos, de muitas maneiras. Somente com alguma (maltratada) representação, claro. Mas uma população inteira já há no entorno. Olha-se para o lado e há uma multidão à espreita! Falar de muitas coisas de muitas maneiras. E deixar falar aquele que ainda não falou nada. Quando o retorno da coisa não deixa espaço para o sujeito. Mas o homem, *homo tantum*, animal impregnado de fúria destrutiva, a lagosta entre as palavras e as coisas. Fúria supérflua, fúria indiferente, olhar estóico. Contemplação risível e gesto visando o além do gesto. Dois horizontes incontornáveis: mas por acaso não o contornamos? Vários exemplares, embora poucos diante da força, do estado bruto do qual recolhemos as sobras. Escrever, um gesto clínico. Diante de todas as organizações que arrastam as palavras, e, por outro lado, as coisas, seria de uma humildade pueril, estúpida até, supor que traduzir coisas e palavras fosse uma operação livre e criadora em si. Os dicionários estão aí, apavorando o mundo mudo, mas é dele que retiramos nossa matéria, nossos tradutemas. No rebordo das coisas, a caução, da futura voz, dos que gritam através do silêncio.

Como equivalência e traduzibilidade (Deleuze e Guattari, 1996), a tradução seria mais um gole de saliva a nos afogar. Mas como operação paideumática (Campos, 2013), é um sopro, uma leveza, uma renovação, um futuro do pretérito e um hábito de recriar. Tradução-casca, tradução-casa, envoltório inessencial em busca de uma força dinâmica, um encanto, uma maravilha. Daqui, deste espaço cercado, a empresa é, como há tempos o buscamos, um duplo. Mas, lá, à frente, onde o futuro demoníaco nos assombra e nos arranca de nossas vilosidades carregadas de fascismo (mesmo o escorregadio contém fórmulas catalisadoras, contaminação sobre-codificada, pudores, etc.), é lá que o duplo se confunde. A um só tempo, a palavra deixando de ser habitual e se tornando a possibilidade de encontro dos disparos do caos. Nenhuma pretensão de retorno do homem, portanto. O retorno é dos disparos, daqueles que funcionam como problematizadores da linguagem. E o homem, o que também, todavia, retorna, é aquele que não sabe e não é pelo saber o seu desejo.

Para muitos autores, com quem nos encontramos em nossas leituras, há um problema no sentido da captura das funções da linguagem, seja ordenar, seja comunicar, seja designar, seja abrir a proposição ao sentido, e, para além de suas diferenças no que tange à colocação do problema, há uma pergunta comum: a serviço de quê, todas essas palavras? E, ainda: a serviço de quê, todos os corpos arrastados no liame de suas colocações? Se não for um manejo afinado ao novo, à criação, à heterogeneidade, nada feito! Não seria o caso de transformar o próprio corpo em coisa, e das coisas, eliminar suas impurezas e deixá-las que retornem enquanto...coisas?

Uma primeira tentativa: a mão. Não a manualidade instrumental, mas a mão como coisa. De nada adianta manusear o objeto. Tantos são os que manuseamos, e ainda assim não os deixamos livres de nosso umbigo. Não fazemos mais do que

enraizar seus contornos. Entretanto, que interessante seria vê-los brilhar! Nesse sentido, para que as mãos se tornassem coisas, seria preciso mais um tateio do que fazer com que elas trabalhassem e produzissem algo. Não queremos produtos (nada de aumentar a teia umbilical) das mãos. E que alternativa senão plantar, nas próprias mãos, a linguagem?

Mas como, desde já, evitar qualquer reificação antecipada, qualquer júbilo apressado, ou, mais precisamente, para não remeter a língua de sinais a um exotismo que justificaria um paradigma estético? Se é que há alguma ponderação de ordem estética em nosso meio, seria a de uma estética menor, ou uma pequena estética (Bense, 2003), onde os sinais (signos-gestos), os sinalizantes (signadores), o registro (transsignação), entram em uma combinação, uma relação material. Coisas, não produtos, mas estados de progressivo engendramento em que uma realidade arrasta as demais. Mas, por força de nossa humildade e rigor, não haveríamos de apontar essas três dimensões, não queremos instrumentalizar uma língua, um sujeito, um produto final. Há algo de impassível e ao mesmo tempo irritantemente belo que se desenvolve na medida em que as três dimensões irrompem. Escrever, que solução! O problema. As palavras, a descrição, o modo de visar: uma operação tão imbricada no mundo, uma busca tão hipnótica...

É preciso escapar à totalização da língua (a ordem), do sujeito ("o" surdo), da tradução (a equivalência), e, para tanto, entender essas unidades em um plano topológico contínuo, onde, estando elas em uma situação de espera, sirvam como aquilo que será posto em relação, exatamente para que ultrapassem a si. O signo-gesto. A mão que sinaliza, que fala, certamente tem seus transcendentalismos, sua sujeira, suas clausuras e fascismos. É exatamente por isso que se pretende, com uma língua de sinais, não a língua brasileira de sinais, nem a norte-americana (embora estas

devam aparecer como pontos parciais, elementos em relação), abrir mais um caminho em direção às coisas, às banalidades, sem o utilitarismo de um sistema linguístico, mas com o utilismo dos signos, deixar-se levar por eles, neles nos perder. E não somente a mão, mas o corpo signador por inteiro.

Do signador, o emissor de signos, inventemos, então, uma totalidade, provisória. O som, a matéria fônica. Porque resguardá-la, assim, artifício de fenômeno? Para extirpá-la. Ou antes, torná-la uma dimensão paralela, destacá-la, como um desses cupons de revista, ou ainda esses lacres de produtos de supermercado. Todo o resto permanecerá ali na roda dinâmica do nosso pequeno mundo. O signador se elevará em um espaço vibratório, uma espiral de onde, de início, apenas poderemos perceber gestos vagos, remissões a uma infância de maravilhas doces, luzes através de uma janela, portas descascadas e ferrolhos com cheiro a ferrugem. É a casa, com seus cantos diversos e seus jogos de claro-escuro, que alimenta uma série de imagens, sejam algumas: olhares nascentes (porque infantis), proteção (porque abóbada cosmogônica do primeiro abrir de olhos), intimidade (porque solitude), devaneio (porque proximidade material sem intermediário) — e qualquer canto se desdobra em universos, sombras em monstros, rachaduras na parede em sorrisos suspensos, etc. O signador não é, mas foi e será.

Por fim, a tradução. A transignação. A saída da casa. Mas o mundo não estende tapetes. Nós sempre nos arranjamos, de qualquer forma. E quantos muros a tapar nosso horizonte! Quanta clausura, quantos buracos nos perseguem. Para não se deixar entristecer, e para não cair nas armadilhas (as mãos que nos oferecem ajuda são sempre um perigo!), um retorno às coisas, o brilhante e doloroso aprendizado. As coisas não nos pertencem. E há aí uma questão valorativa tão incontornável quanto urgente:

o Significante, o muro que nos confina com a ilusão do seio, massa gigante, máquina alimentar: é esse o valor a ser destruído. Ele não alimenta senão com banha dura, superfície branca inebriante... de tristeza. Mas um muro rachado onde se reencontra um horizonte. E porque não brincar com a rachadura mesma? Chega de tolice. Voltemos às coisas. E, cuidado: se um objeto vier em tua direção, aparecendo sobre o muro branco, desconfia! A coisa deverá quebrar o muro, ela está aí e não há como adiá-la.

Dizer, e fazê-lo de muitas formas. Não há lugar para contradições. O contraditório é um registro lógico. Não nos propomos à lógica senão no plural. Não queremos relações de causa e efeito, queremos relações, causa de causa, corpo-linguagem. A faca que corta a carne num eterno presente, cósmico.

6.4

Demonstração: eu-pesquisado

Dizer de muitas formas supõe percorrer muitos caminhos. E, apresentar esses caminhos de muitas maneiras se impõe como tarefa seletiva, posológica, corajosa, mas prudente. Como um caracol, que carrega sua morada por onde quer que vá, mas que, ao dela sair, põe-se logo a se movimentar. Ponge (2000) compara este animal aos heróis e santos, na medida em que, por um lado, fazem-se obra de arte (ao invés de a produzir) e, por outro, seus traços subjetivos e apaixonados são acompanhados de um conhecimento profundo de suas próprias limitações. Suas expressões são as suas babas, denotando tanto sua fúria quanto sua contenteza — ressecadas, são traços brilhantes de emoções que não servem como memória depressiva. A baba brilhante exposta ao sol é também o trilhar de sua própria morte, pois indica ao predador, mesmo sem aventar

absolutamente nenhum gesto, uma estética da existência que não quer escapar à finitude.

Não me envergonho de abrir clareiras. Creio que é exatamente com a fragilidade úmida do caracol que se pode escrever com a honestidade que as coisas solicitam. Tanto a dúvida sobre o que se faz, o que se traduz, quanto sobre a superioridade do poético sobre o filosófico. O que se traduz — intenção, tradição, corpos mortos, carne putrefata: o retorno à vida. Nisso:

1. Objetos: “[p]oemas-fórmulas: mais claros, tocantes, decisivos do que qualquer explicação” (Ponge, 1997, p. 50);

2. Superioridade: do poeta (mesmo com a dúvida acerca dessa palavra) em relação ao filósofo. Superioridade restrita à poesia;

3. Poema (merda).

Muito embora a própria filosofia carregue a hesitação entre o que pode ser dito ou o que deve, ao contrário, ser calado (Wittgenstein, 1968), o intento, pela própria licença de uma ética da nomeação da coisa, é que, na apresentação do modo como algo foi escrito, não se sofra o inquérito da lógica. Posso ser cobrado, sem dúvida: — *Como tu explicas a retirada desse pensamento em outro, em tal momento? Por que? Estavas cansado? Não entendeste o conceito? Porque essa lacuna? Tiveste que sair de casa? Hesitaste? Desististe? Caíste no sono?*

Confesso. Por vezes não dou conta do mundo, as mundanidades tomam meu tempo. Ademais, não sou bom no encadeamento prolongado de ideias. Não que eu me perca, mas em dado momento eu acabo invariavelmente me perguntando *Com qual finalidade...?*. Mas é exatamente por isso que falei em calar. A ética só poderá ser mencionada se aquilo sobre o qual calei funcionou como uma obrigação, como o fruto compulsório de um exercício, não como uma

escolha consciente. Para Wittgenstein (1968) há uma prescrição à descrição. Tanto é que ele difere:

- Falar: o comum, cotidiano, senso comum, e,
- Dizer: o dito filosófico (embora circunscrito à lógica analítica).

Para ele, a Ética não pode ser descrita. E o que não pode ser dito, pode até ser falado, mas, o ideal... é que seja calado! Para nós a ética também não pode ser descrita (o objeto é descrito), mas por razões diferentes. Aquilo que não se deu a dizer é porque não deveria ser dito, é porque não foi potente, não foi alegre, e não por limitações lógicas. Podemos, contudo, falar. Mesmo abraçando o saldo de que a superioridade será perdida e de que o calar é infinitamente superior. Isso é uma ética interessante!

Assim, nada de descrever o homem, sobre isso, um calar, mas por conta de uma total exaustão que decorre da insistência de uma temática. Proceder assim, como eu pesquisado.

6.5

Alguma divisão

Tomemos um exemplo de capitulação, mas alguma que tenha dado de ombros à indução, dedução, causalidade, etc. Ponge, aquele que se instalou entre a designação e a expressão. Na descrição. Reconheceu o expresso na designação, ou melhor, na sobra do expresso, que é, apesar de tudo, um designado que reconduz uma série em outra com a finalidade que arrombar as séries. O objeto sorriso, estancamento da progressão — um brilho. Uma auto justificação. Vários caminhos. Mais curtos. Que engraçado supor um “salto” à metafísica. É que se trata também de representação. Sim,

vivemos dessa maneira. Mas não a substituição de uma palavra por uma coisa, ou de uma coisa por uma palavra. Instalar-se entre as coisas e palavras. Fechar o alçapão entre os estados de coisas e o acontecimento, para desfrutar, como dentro de uma mala, cheia de tesouros, de um universo próprio, onde as coisas respondem a outros movimentos. Uma só cosmogonia.

Mas, pensando bem, é sim de designação que se trata.

Acontece que não dizemos, de modo geral, as coisas, num tempo justo. E também as coisas não ajudam muito. Depois de certo tempo em meio aos oceanos cotidianos da besteira, o pavor que nos produzem as coisas, simplesmente é um equívoco de séries, no sentido de que a linguagem produz um mundo inteiro de uma só vez (Deleuze, 2003), e, por conta disso, os objetos transbordam. Imagens carregadas de medos desnecessários, todavia, nesse mesmo registro, toda a possibilidade de revolução. Como o horror à fotografia que Ponge sinaliza. Não o entendo, mas compartilho com ele alguns desses horrores. (Meu medo de encontrar aquela fotografia do Josué, em que ele está com um olhar sereno, quase mórbido, de costas para o mar. Eu acho que não a tenho mais. Não quero vê-la na hora errada. Choro por antecipação, quero tê-la perdido.)

Mais do que necessário: fechar o buraco metafísico. No pedregulho, nas batatas, no bibelô. “[I]sso nos permite viver uns dias a mais” (Ponge, 1997, p.108). Que a fotografia, então, não seja uma continuidade de algo nefasto, não seja espelho. O que me punge (Barthes, 1984). Sim, eu acho que entendo isso. Remontar a vida, de quem eu amo (isso eu definitivamente entendo!). Mas a fotografia como contingência, em oposição ao texto, que “pela ação repentina de uma única palavra, pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão” (Barthes, 1984, p. 49), é algo que ainda tenho dificuldade em concatenar.

6.6

A ilusão da colheita

Encontrar uma língua gestual não traz solução nenhuma, pelo contrário, multiplica as vias da impossibilidade. Uma vez que, aquilo que está assustadoramente ao alcance, a manualidade da expressão como um fundo intensivo que desembocará nos anéis dos dedos, numa colher sobre o prato, atestará de pronto alguma servilidade, mas nada de servilidade em relação a mim. Recusa da serventia partindo da própria coisa. Tomemos o exemplo de uma colher de sopa.

Figura 7: Colher de sopa



Fonte: Foto do autor.

O seu formato é atizado. Não favorecido, mas atestado, pela forma convexa da concha da mão. Consiste em um sinal de mão em gesto de concha recolhendo o alimento da palma da mão de apoio. Um sinal-ação. Próximo à ideia de colheitar, como o verdejar, para Deleuze (2003). Para o sinal de colher (que somente se aproxima do verbo colher por conta de este, igualmente, ser um sinal de ação coletora, incorporado, diferente da grafia em língua portuguesa “colher” que carrega um hibridismo e uma espera às vezes constrangedora),

notamos a função do objeto, que é, com efeito, levar o alimento à boca. A forma substantivada na língua portuguesa permite uma outra mobilidade, diferente do sinal, que espera uma apontação (deixis) para delimitar o objeto propriamente dito. Não há, nesse caso, “o” substantivo em um lexema enclausurado. É notório o espriamento semântico do sinal: a funcionalidade não oculta o objeto, pelo contrário, mas libera a colher para um sem número de alimentos. Isso não a despreza, não há esquecimento — há jogo (objoego — na sacada tradutória de Ignacio Neis e Michel Petersen para o objeu, de Ponge [2002], palavra-valise que arrasta as unidades objeto [*objet*], jogo [*jeu*] e ego[*je*]) entre o corpo-ação, objeto e alimento. Mesmo na série de elementos significantes isolados, em sua pressuposição recíproca estrutural, há a caução do acontecimento.

A apontação a um objeto já foi considerada, pelo fato de ser entendida em sua generalidade extra-linguística, como um tipo de índice, como mostrou Jakobson (apud Bense, 2003), que guarda relações que variam em sua correspondência ao real. Mas o próprio Bense, na mesma obra, trata de ampliar as relações entre realidade e os tipos de signos aportando sua conceituação em dois polos, aos quais chama causalidade e criatividade.

Bense (2003) refina o sistema semiótico peirceano através de uma estética que aceita, pelo advento da arte abstrata e sem objeto, designações ou denotações mínimas, ou, ainda, suprimidas, e que, para detectar o tipo de existência dos signos estéticos (ele se refere a uma existência e mesmo a uma modalidade ontológica da obra de arte [fragilidade]) lança mão da ideia de correalidade. Essa correalidade seria o modo de ser da obra, a existência em um portador, uma instância outra que não seu próprio meio. De determinação fraca, os estados estéticos traçam caminhos, constituem portos de ancoragem em outros planos para que possam existir. De qualquer forma, os pontos de ligação dos signos, na interpretação que Bense

realiza da semiótica de Peirce, com a realidade, sempre existem, seja na intersecção (ícone), na reunião (índice) ou na relação depositada na arbitrariedade do interpretante (símbolo). É aí que proponho a *deixis* (indiciação, como no caso do apontar um objeto ou mesmo o sinal aglutinador para o objeto “colher” contendo uma apontação com o dedo indicador para afinar a forma substantivada do *signans* que constitui o referente) como um motivo de tradução da coisa, a própria duração enfrentando o significante.

Um motivo que seria (imagino) no meio da poética radical pongiana, a criação de um estado estético. Na língua de sinais a apontação é meramente um vocábulo em meio à aglutinação do sinal de colher, por exemplo, ou seja, não é índice. Mas, no exercício de tradução da coisa, na mostração de uma outra realidade, capturamos a apontação com o indicador como um elemento extra-linguístico, mais do que um falso cognato, mas uma confusão entre um elemento da língua e o fora da língua. Não deixa de ser uma invasão, um uso da tradução como operação de desagregação do legitimamente lingual (desconstrução?) em função de uma cinestesia poética.

Poderíamos, de outra parte, simplesmente acusar Jakobson ou Bense de terem esquecido ou ignorado as línguas de sinais ao corresponder uma apontação como um legítimo índice. Mas isso seria extremamente vulgar e de pouca potência naquilo que pretendemos empreender.

6.7

As mini-cartografias

Mas que injusto esse deslocamento incessante, veja-se a imposição das dificuldades. Levanta-se, vai-se à miragem do computador, esse objeto que serve para estreitar a percepção (*vlogs*

entediantes, videoclipes cheios de clichês, edições que somente denotam a obviedade dos gestos juvenis), e se retorna ao texto. Vai-se ao banheiro, busca-se o lápis, um copo d'água, insiste-se em reler *Mil Platôs*, e as coisas me acompanham. Mudam, elas riem da minha impaciência.

Novamente uma confissão. Eu paro muitas vezes, eu olho outras coisas, torno a escravizá-las. Tomo café. Engordo (o tema do enxugamento entra aí em colapso!). Fumo os cigarros, deito um pouco, e, depois, escovo os dentes. Os jogos de computador são um azougue! Ainda há a mãe (sempre, na memória...), os demais livros mal lidos, lidos pela metade, por terços ou quartos. Ocupo o espaço de maneira grosseira. E o texto fica lá, cheio de rasgos em espera, encontrando outras coisas a entulhar o espaço 1,5, sem ser totalizado — porque as coisas simplesmente não me permitem que isso aconteça.

Diante de tudo isso, as palavras vão se reconectando, sempre um reinício da recusa, uma retomada do objoego. Paro novamente. Penso. Traduzo novamente um conceito (olhem que disparete, retornar ao conceito... como posso cometer esse aviltamento, assim???).

O conceito (qualquer um, mas, ultimamente, o agenciamento) é lançado naquela transversal, em um aparente nada, ou melhor, em uma nulidade. A língua de sinais que me é próxima, a Libras, desmontada em termos retóricos, prenhe, portanto, de organização (porque também é dada à totalização) ainda não fez circular aquele caldo semântico mais espesso (das artes, da filosofia, das ciências); caldo de onde brotam as palavras como que compulsoriamente. É como aquela metáfora de Wittgenstein (1999), comparando a linguagem a uma velha cidade: o centro caótico, desorganizado, abandonado, com marcas inscritas nos moradores (há um “clima”, uma cultura local de difícil acesso aos moradores do subúrbio, mais obscura ainda aos interioranos, há os que tentam mimetizar o caminhar, o jeito *cool*, a pressa, o *blazé*, os *hipsters*) mas territorial e despótico. Esta confusão

toda é seguida dos planejados bairros novos, ao entorno, tendendo às regiões metropolitanas e às cidades-satélite, mais retilíneos, com arquiteturas mais padronizadas, onde já se pensa, ao mesmo tempo da construção dos prédios residenciais, a escola, o posto, a delegacia, mas também a favela, a boca, o prostíbulo, todo um agenciamento. O centro é a linguagem cotidiana. Os bairros são as linguagens científicas, os neologismos. E há as sobras, ainda.

O fato é que os sinais, como sistema aglutinador de vocábulos, alternam os morfemas de maneira a conceituar, mas sempre há uma busca pelo registro, exatamente pelo fato de que um sinal criado não nasce embebido dessa retórica e dessa ambiência semântica que ordena os círculos lexicais. Para a língua portuguesa, por exemplo, excluindo algumas criações de palavras deliberadamente empacotadas, que catam matérias de um lado e de outro (palavras-valise, as línguas poéticas), surgem de um derramamento prévio; o chamado campo semântico pode ser comparado a um desespero por recolher o sentido, em muitos pacotes dispostos mais ou menos perto um do outro.

Numa língua de sinais, imaginem, o campo de sentido está lá, em devir, incólume em sua natural revolta, e vai que um signador se prostra nesse meio e, com um tipo de recolhimento bastante frágil, cria o sinal — um sinalário — e o registra (registro ainda mais complicado, mais ou menos insuportável). Mas, é preciso pontuar, tal registro acontece pouco. A superfície desse registro é a filmagem. Temos pouco mais de cem anos dessa possibilidade.

Então podemos prever que, no modelo urbano da linguagem proposto por Wittgenstein, as línguas de sinais carecem de bairros, e mesmo a linguagem cotidiana se perfaz sem muros de inscrição, dada a dispersão dos falantes. Ou, ainda, o muro é o que faz o perfilamento, alcançando os sinalizadores em uma totalização deveras abstrata. Eficiente, o muro dispõe os sinalizantes sob o buraco-guarda-chuva da cultura. Daí vários lugares a serem distribuídos: o

surdo/o ouvinte, mas, igualmente, o surdo-puro/o surdo oralizado. Interessante é que há um movimento, também de centros urbanos, desta vez em devir, que exatamente arranca das mãos o estado de letargia utilitária. Os surdos, por força da dispersão desse povo (por-vir), passam os dias inteiros entre as coisas à mão (não “falam”, estão entre os estrangeiros ouvintes, toda a matéria fônica lhes passa como um modo impossível, uma expressão muda [o som, mudo, e não eles próprios, que ironia embora sejam chamados de “mudinhos”]). E nos encontros, no “retorno para casa”, as mãos se desterritorializam. Mas logo serão reconduzidas. Toda uma sociologia do gesto.

Toda uma fusão da expressão e dos corpos em um levitar vibratório — a cinestesia das falanges. Ser e falar sendo inaugurados como mônada. Tudo ali é “brusco e bem marcado” (Tarde, 2007), embora a gravitação seja de uma leveza bastante curiosa. Nota-se nesse meio de signadores um afã pela retomada dos tempos perdidos, e os sinais elementares parecem se bastar (embora mais adiante se cumpram como medidas de uma Ur-semântica histórica, possuidora, edipiana).

O selvagem, nosso passado perdido, mais um modelo, mais uma matriz. Fazê-lo de pronto desejar essa matriz (nem me atrevo a desdobrar isso, por ora...)

Algum antropólogo teria que se aventurar nessas comunidades para dizer que nós somos eles, que nós estamos ali também. Traduzir o conceito seria um movimento ainda muito interessado, captura sedutora e que contorna as misturas dos corpos para mostrar as reações à linguagem que realmente interessam, e não aqueles corpos monstruosos que ali se contorcem em danças impossíveis. Que tradução difícil, quantas noites em claro, mas para descobrir que ela mesma é uma exortação ao código, à clausura, à infância formada e decalcada (e birrenta). A transignação só pode ser uma marcha ao revés. Um trabalho apontado para o futuro, que desloca o original, que o deforma. O impossível de fazer, fazendo.

A casa do outro. Mas estendemos nossa morada ainda com muita pompa. É um abuso.

À língua não se escapa, se obedece. Então criar uma nova língua. Uma espécie de solipsismo desgarrado aqui e acolá.

6.8

A casa: mise-en-tropos

Ocorreu-me a necessidade, com certa urgência, quase desesperada, de criar um personagem. Mas bem sei que as coisas não acontecem dessa forma. É preciso que coisas e mais coisas ganhem tom, se revirem, se agudizem, para então o lado de uma superfície de pele (mais ainda, uma voz!) ganhar forma e finalmente — ser. É preciso uma justificativa para que mais uma psicologia seja delineada (e seus mistos, postos à prova). Já somos muitos por aqui, não há porque inventar mais um, assim, à toa, como uma lasca de um prato se torna uma coisa cortante. Uma potência de existir que se leva adiante, e, para tanto, buscar a afirmação que conduz tal movimento. Uma tendência à afirmação, um sopro que reúne em torno de si tudo que interessa ao prolongamento da vida. Nada queremos com papai-mamãe (Deleuze e Guattari, 2010), mas há. Mas, sem tomar consequências por causas, tão somente matérias-memórias, silvos agudos reunindo o que interessa à vida, conclamando o que, de cada tendência, promove a alegria. E contentamento, principalmente. Chega de escravidão, chega de saltar de objeto em objeto como se a vida fosse contingente, não seria vibratória a composição de nosso berço? Não é a vontade o dínamo de nossa intelectualidade (Spinoza, 2010)? Porque seria então um personagem nascido de uma doação exterior? É, primeiramente, uma nuvem, um puro vibratório, donde as velocidades pesam umas em relação às outras, e é um assombro inicial que procuramos. E tenho dito.

Mas certo é, também, que não sou eu aquele que irá justificar o personagem. Não irei a público defendê-lo, muito menos estenderei tapetes para minhas próprias pompas languageiras. O que falo, o que escrevo, é lixo. Daí partiremos. Nem divino nem democrático. Uma palavra que eu venha a condenar como pertencente ao perfil psicológico inventado, é provisória, não é História! Não sou São João, muito menos Conselheiro Acácio. Não digo — seja! Respondo e me defendo, como posso. Encontrar as linhas, para ser surpreendido pelos cruzamentos. Uma linha, é preciso se deixar correr sobre uma delas, mas essa linha se atualizará de forma divergente. Engraçado. Divergir de si memo. Multiplicar ao passo de sua própria atualização. Não haveria, portanto, persona, mas uma divisão ao infinito, a cada atualização, enfrentando de peito aberto o ódio, pois é assim, dividindo-se, que se colocará sempre em marcha (Boundas, 1996).

Pois então, o necessário, porém frágil, nascimento, fora os outros espíritos que me rondam — e justamente que a eles se insurge — se aferra às modificações, inexplicáveis, porém astutas, das palavras murchas, aquelas que expressam muito pouco, quase nada. Um mutismo se desenvolve ao contrário, quanto menos palavras, mais sentido, mais bolor e acidez. É, outra coisa que venho aprendendo com os tradutores-poetas, É PRECISO DESCER. Descer mesmo, colar a cara no fundo do poço. Ali, na impossível duração da vida, - resistimos! — O brotar de um amor pelas coisas. Uma potência vocal que somente alcanço através da mudez acessível e funesta. O embaixador do mundo mudo (Ponge, 1997) — esse homem-livro, esse conglomerado matérico que prima por embevecer o leitor com o vazio que o cerca — abre seu atelier, trabalha pelo mundo. Tirar o sujeito do pedestal: o mundo mudo, submetido há tantas luas a esse contrato do homem consigo mesmo, seguiu firme seus mistos. Foi preciso descer ao andar mais baixo (e ainda cavar mais um pouco). Que petulância! Pensávamos a Natureza como extensão, sempre alicerce, por vezes

suplemento. A idiotia contemporânea, insuflada não sei de quê, remete tudo, em absoluto, ao regime inchado de rostos oleosos, patéticos. São às coisas, ora, a que nos voltaremos agora!

Mas de onde vem essa urgência? Que gestação é essa que se demora, que se quer expelir, maturar, ou, o mais desejável, abortar? As velocidades. O metabolismo que nos faz exortar um personagem é o mesmo que a autodefesa. Não sou eu, mas ainda além, não é a mulher, o menino, a professora, e nem mesmo o poeta! Tudo isso permaneceria num limiar de acusação. Senhor, és acusado de ser homem. A malha designativa é acusatória, é percepção alijada do tempo. Ninguém pode provar que sou homem, menos ainda que sou poeta! Trabalho nos entornos, nos cantos das páginas, nos papeizinhos, não chego a registrar o suceder de uma existência, é a vida, carregada de experiências passadas e presentes, que se precipita sobre o papel. É o tempo aiônico que preenche o instante em turbilhão. Eu sou muitos passados. Vejo-me às voltas para registrá-lo, para dele extrair linhas. Nisso, um personagem, antes de se fixar em palavra, é pura vibração, saltos, passado-futuro, verbo no infinitivo. É preciso que o personagem chegue e se acuse, que se assuma, saia do armário, me diga o porquê de sua exortação própria. Eu preciso ser amado.

Então não há como apressar as coisas. Um sótão, talvez. Um sótão mais ou menos vazio, com um espelho (o espelho, será quebrado) onde se possa, frente a ele, sentar e comunicar, escrever, etc.

É um surdo! — muito acusativo, ainda.

Um estancamento do processo. A malha se coagula e faz saltar uma esterilidade necessária. Como um sorriso sem gato. Não queremos retomar a tentativa. Suturar a evanescência?

É um emissor de signos, exatamente no meio de alguns poucos objetos, com os quais se compõe necessariamente, daí a

potência de se prolongar, de durar. Digamos, a título de nova voz, nova tentativa (eu preciso mudar esse tom, apesar de que tentar já é, com efeito, fazer).

De qualquer forma, não vou ficar tomando as rédeas. É preciso ir em frente.

6.9

Desdobrar

Um signador, um signator. Não um sujeito face ao objeto, mas um ator frente às coisas, em re-conciliação com as coisas. Mas não há, ainda, UM. Há signos, há palavras-piã, rodando, dando as suas faces desdobradas, mostrando sua potência de repetição. Porque PODEM. Giram e derramam-se. Como Braque, que desdobrou as faces dos objetos. Palavras ocre, sinais ainda sem lugar. Mãos sem dedos. Olho sem íris. Quanto menos odores, melhor. É que o plano semiótico não quer se tornar qualquer coisa — por isso mesmo é um plano semiótico, algumas coisas participam, mas há uma desautorização quanto à maioria dos movimentos. Se bem que, mesmo com toda nossa boa vontade, o que suportaremos, por ora, são mesmo somente alguns devires, o assombro também deve ser em doses. Não queremos uma linha de morte, não queremos a morte por coagulação apressada, não queremos sedimentar, queremos é uma verticalidade, com o máximo de fragilidade, mas que se possa carregar — e encantar, por certo! A paranoia que queremos evitar é a da língua instituída, em vias cancerosas. Por isso transignar como uma didática que se deleita no informe. Uma língua com poucas territorialidades filosóficas — que dádiva! A festividade não cabe em um sótão, mas lá, no andar de baixo, é possível que tenhamos que nos portar com outra medida. Aqui, deve-se sentar e trabalhar.

6.10 Inscrição

Se pensássemos estritamente a partir do rigor disciplinar (e ao mesmo tempo histórico) sobre as articulações entre corpo e técnica, língua e linguagem e sujeito e educação, nunca falaríamos, nunca explicitaríamos nada sobre o sujeito surdo. Não seríamos capazes jamais de sair da clausura, do vinco moderno entre Estado e filigrana procedimental; permaneceríamos num limbo entre autoritarismo e loucura, no vão, dentro-fora desnudado e dessexualizado a perambular numa noite que duraria séculos — e cuja madrugada mal se haveria de anunciar, ou, pelo menos, mal lhe haveríamos de perceber o flagelo e o doloroso sereno. Mas, em que medida esta exata noite nos provoca a pensar? Ficcionalizar seu enredo nada mais é do que nosso *vorhanden* (o disponível, à mão, a autorreferência) e nossa medida. Formar-se no silêncio não pode ser uma metáfora (sim, a metáfora é algo problemático...), mas pleitear o silêncio como um sem começo nem fim do pensamento. Um pensamento entre a visão... e algo, mas o quê? Todavia, não iremos ser assim tão superficiais (não tanto), não se trata de uma brincadeira do tipo *fort-da*, mas se trata de reinvenções que se disponibilizam em sua própria clausura e na iluminação da mitificação do Congresso de Milão.

Entretanto, existem obscuridades que saltam aos olhos, os silêncios ilegítimos, ainda como contra-poderes da língua. Aqui, um exemplo apenas, e, de resto, se fará uma exposição mais cuidadosa sobre o que se iluminou como a evidência mais facilmente aceita. Primeiro, a obliteração das expressões faciais no início da linguística da língua de sinais por Stokoe (2005). Após observar a sinalização dos surdos, e apesar de admitir que os sinais sintáticos eram produzidos principalmente pela face, pelos olhos e pela

cabeça — e não pelas mãos, como se supunha à primeira vista, Stokoe ainda assim optou por descrever o sinal tão somente manual, distinguindo três parâmetros fonológicos: a posição da mão, a localização do sinal e o movimento produzido. Decisão notadamente política, uma vez que a comunidade acadêmica americana da década de 60 não veria com entusiasmo nem seriedade uma pesquisa que afirmasse serem as expressões faciais e corporais os principais componentes sintáticos de uma língua.

Em segundo lugar, a interdição, e posterior privilégio das mãos nas análises linguísticas. A interdição do oralismo como método (mãos amarradas) e o privilégio linguístico (quiremas — uma fonologia gestual). Ainda assim, como veremos, não é de Signal que estamos falando, mas de universais da linguagem que dão à mão (assim como à expressão facial) um sobre-código. Se o sistema mão-sinal é rostificado, o sistema expressão facial-sintaxe também o é. A mão parece ter ganhado função em diversos sistemas extremamente semiotizados, reterritorializando outros domínios. Um exemplo a ser citado é o de Nicolas Andry (1743) que publicou um tratado de ortopedia descrevendo a função de distinção de classe social através das mãos. Sem marcas, com dedos alongados, fina, branca, com unhas escovadas e cutículas feitas, a mão da corte (e logo adiante, a mão burguesa) se opunha à mão do trabalhador braçal, rústica, quadrada e com dedos destroncados: ou seja, uma mão rostificada.

Se queremos aqui reescrever um símbolo, redefinir seus contornos no avesso de suas disposições normativas, não é, primeiramente, uma questão alternativa, não queremos fugir do compasso do cinismo Moderno entre micropolítica e totalidade. O Congresso de Milão, como evento histórico encravado na ferida do suplício impingido às pessoas surdas, é algo que está aí para isso mesmo — para ser tanto o bojo da constituição da anorma-

lidade do corpo surdo como também para estabelecer um liame perceptivo entre mito e razão. Evento monstruoso, vampirizando a pureza visual da língua de sinais e fantasma de uma dor cotidiana. Se os surdos querem inventar sinais para as palavras que cotejam nossas imprecisões, é provável que necessitem desse marco, mais do que histórico, arrisco dizer, ontológico, como arquétipo de tanto sofrimento, sedutor e ameaçador ao mesmo tempo. E os sinais inventados, provisórios ou não, transportam, perscrutam e tentam um diálogo tenso e fugidio, entre um mundo pleno de corpos falantes e um corpo pleno de signos incomunicáveis em seus registros. Como um lamento, assim como em Rilke (2013, p. 23):

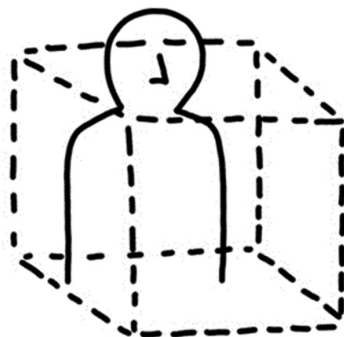
[...] A estrela que sigo
a brilhar, eu creio, neste instante
há milênios é morta. [...]

Deste futuro de comunicabilidade, desta sacralização do significante, o recalcado plenamente consciente. Um novo Congresso, que não se assume como política. A política surda ainda precisa, talvez, situar-se no ínterim dominação-resistência. É ainda sob o signo da opressão e da dominação que querem(os) situar as (nossas) batalhas. Não sem razão, eu diria. E, para além de quitar a dívida, é possível que tenhamos que, enfim, reconhecer cada uma dessas histórias de violência também como a nossa própria história. Nesse caso, não haverá nenhuma resistência em tomar Milão como um texto que atravessa todos nós, e a todos interdita, em um ou outro momento, algo de essencial.

Mas, diria Brecht, a respeito de Lao-Tsé, é preciso saber colher do sábio a sabedoria (Brecht, apud Mazzari, 2000). Da mesma forma, como colher uma sabedoria cujas formas, avoadas, intangí-

veis, sem-terra nem sólida superfície, mostram-se mais no lamento da faltosa carne, do que propriamente em monumento? A inscrição no Congresso também requer isso, inscrever no próprio corpo o Signal ausente, irrefletido, refletido ao avesso. O Signal é um silêncio, uma suspensão poética. Deleuze (2003) o encontrou no seio de uma mudez que é como uma camada de giz sobre as flexões do corpo, em cascata, no futuro e no passado, um espaço neutro. Aliás, espaço neutro (Imagem 8) é uma categoria muito mal aproveitada pela linguística da língua de sinais, já que generaliza a sinalização num espaço tridimensional que recobre apenas parte do corpo, e acaba por generalizar e enfraquecer as possibilidades sintáticas.

Figura 8: Espaço neutro



Fonte: Composição do autor.

Não sei como desfiar esse imbróglio. Primeiro, é um medo latente e muito geral, do corpo e seus avatares. Sua biologia não foi lapidada, foi esfarrapada. Uma insatisfação? A moral que suprimiu o grito e instituiu a palavra? Talvez. Mas, e as mãos? Libertas que foram de todo o rigor da locomoção, porque se houve de pedagogizar suas funções? O constrangimento perante a comida, e sua direta relação com o achatamento do focinho: é à cabeça, como centro de um campo de relações mais amplo e progressivamente mais dividido em seções de território, que os membros anteriores devem sua

estrutura e funcionalidade mais afinada. (Leroi-Gourhan, 1984). O entendimento paleontológico de Leroi-Gourhan desenvolve toda uma descrição do desenvolvimento cerebral dos antropoides, demonstrando as zonas de associação com a mão e com a face. Além disso, zonas de compartilhamento de funções simbólicas entre face e mão demonstram não apenas que os centros de coordenação das habilidades correspondem a diferentes grupos de células, mas principalmente que algumas habilidades de produção vocal de sinais podem ou não estar vinculadas a atividades manuais.

Não nos importa neste momento um estudo detalhado das áreas cerebrais e suas funções, nem a busca pela origem da linguagem, nem a transição do a-humano para o humano — mas nos importa, de outra parte, encontrar o grama em seu agenciamento, sua clivagem na obscura indeterminação gesto-fala. É certo que a desterritorialização da pata anterior tem um papel importantíssimo nesse processo.

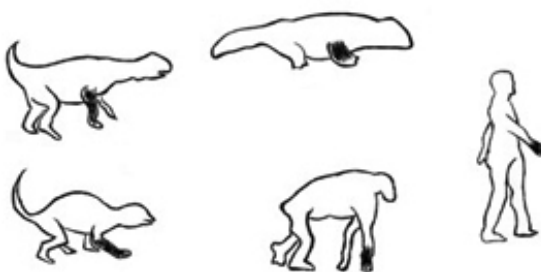
6.11

Pedagogia do Gesto

Substrato fundamental e símbolo do *homo faber*, a mão é o que possibilitou a inscrição em outro registro semiótico, mas não deixa de ser também a inscrição mesma, a presença em uma comunidade fabricante de ferramentas, de pedras lascadas, de ladainhas cantadas sob o sol, acompanhadas de gestos marcando a terra com sinais e invocando a chuva e os deuses. Seguindo programas de relações entre gesto e palavra, a consciência intencional deixa de ser o mais importante, dando lugar a uma teia de inscrições que atravessa toda a vida terrestre. Essa ideia desautoriza a dependência da escrita em relação à fala articulada, reverberação de um preconceito que se estende às concepções de fala e escrita como termos opo-

tos e hierárquicos, sendo a fala superior à escrita. Derrida (1999), define esta hierarquia em termos da autoperpetuação da metafísica, sendo a escrita utilizada como instrumento de evidenciação da superioridade da fala como idealidade da presença. A metafísica da presença seria, dessa forma, garantida pela forma suplementar da escrita, como forma segunda, mera repetição da integralidade da fala como presente a si mesma.

Figura 9: Desterritorialização do membro anterior



Fonte: Desenho do autor.

A escrita, nesses termos, consistiria em um fora em relação à fala, algo que põe em risco a presença da ideia em si, do ser que se coloca, límpido, resplandecente, através dos sons articulados pela voz. À noção de voz, podemos, não sem uma série de implicações teóricas acerca das possibilidades inauguradas por um pensar em língua de sinais, mas ao menos provisoriamente, incluir um fazer-se presente da idealidade em uma língua que não possui o recurso sonoro, mas somente o visual-gestual. O nome próprio é primeiramente um gesto. E o próprio gesto corporal é uma linguagem articulada. Mas além disso, toda uma função territorial desde os seres microscópicos e seus flagelos e pseudópodes.

O campo de relações primitivo (Leroi-Gourhan, 2010) já apontava uma série de funções da cabeça e do maxilar que destacava aos poucos as patas e barbatanas natatórias nas funções ali-

mentares. O movimento ascensional dos órgãos de relação, ou seja, das patas e da cabeça, unido ao movimento giratório da cintura escapular, deu aos hominídeos um novo centro de gravidade, assim como a possibilidade de contemplação face-a-face com os membros da comunidade e de libertação da mão para outras funções. De um lado, o novo gradeamento dentário, de outro, o achatamento do foinho e realocação da goela, preparam a face do hominídeo na progressiva posição ereta. Além das funções de pentear, catar, coçar, construir o habitat, etc., é preciso levar em conta a ferramenta, não tanto do ponto de vista técnico, mas como deriva das coisas, o seu devir próprio: o nome de um objeto seria a conclusão de uma série de eventos prévios, a nomeação é um avatar da libertação manual.

Vimos, portanto, que diferenciar um nome do ponto de vista modal, seja uma palavra articulada pelo aparelho fonador seja pelo movimento gestual, pouco importa. O mais importante seria perceber o quanto gesto e som estão articulados já numa cadeia altamente semiotizada, e que tanto uma língua composta de matéria sonora como uma língua gestual são levadas, arrastadas, conforme os sinais que as despertam de seu dogma e sua suposta universalidade. Entretanto, o mito nos espreita, e nos cochicha ao ouvidos: quais os primeiros signos a confinar as mãos e pedagogizá-las, demonizá-las, romantizá-las (as luvas brancas...), em oposição à voz do Retórico grego, senhor dos centros de gravidade elevados? Pergunta meramente retórica.

6.12

Como interpretar dados

A observação é a sua forma primeira, a contemplação é o estado intermediário da tensão intermeios, o devaneio é o horizonte de onde se despede a razão, a loucura é a exterioridade que abri-

ga o sonho, a poesia e a morte. Portanto, consiste em um campo de interações e posições meta-excludentes, alternativas quanto ao valor, morais, dogmáticas e reciprocamente codificado. A vibração de fundo suspira, numa aparente morosidade, entre sinais e corpos que tendem à refração interna. Aí, sob este holofote da redistribuição (a recongnição), filosofia e dinâmica estética são meros aportes operatórios, jazem ao relento, expulsas do círculo comunicante. E especificamente a dinâmica da beleza sofre das doenças da madrugada, mesmo que, desconfia-se, seja aí mesmo que a beleza anuncia seu fundo essencialmente violento e deslizante. Serão bocas, serão ouvidos, serão mãos. Mas é o seu cruzamento que evidencia as interferências de um círculo a outro, do contrário, teríamos um fluxo fônico estabelecido, tendo as bocas o privilégio de legislar indefinidamente. Fechar-se-iam os círculos, encerrar-se-iam as interferências e o Congresso se tornaria inviável ou mesmo inútil. É que um sinal faz as vezes de objeto, produz a distância requerida. Por exemplo: para os objetos mais próximos, cuja distância pode ser identificada em ciclos, não há tanto apreço. O sol, a fome, o susto, são objetos que oscilam em frequências mais ou menos previstas; já o amor, a paciência, a morte, são os semi-objetos que habitam a tensão contemplativa mais externa. A proximidade tende ao costume, ao desamor, pouca emoção há em relação ao próximo. A distância tende ao amor, ao pensamento, à força violenta do exterior. Porém, há uma nuvem filosófica que ronda os círculos próximos, provocando o susto em relação àquilo que é cotidiano, é alterada a oscilação, o distante torna-se próximo e o próximo se distancia. É aí que a beleza assume sua dinâmica propriamente dita. Da oscilação do movimento advém a contemplação, que, junto a este dínamo, deixa em suspenso toda a possibilidade de sonho. Uma comunidade sonhada, percebe-se, salta dos bolsos e das gavetas. Ne verdade é impossível reter qualquer pressuposto que seja imune a tal osci-

lação. Mesmo aquela imagem mais solicitada pelo utilitarismo da doxa é afetada pela vibração de fundo. Todavia, ainda não é possível fazer da contemplação um espaço auto-afetado. Essa dobra requer uma técnica específica, uma distância de outra ordem, uma composição em que o distante se aproxima de si, e é preciso inventar o acesso (alguma porta, alguma superfície, etc.), ao passo da conexão. Uma pura composição. Método (o da descrição exaustiva e da retidão do pensamento) é diferente de Cultura (como adestramento, *dispatching* de cruzamentos, das proximidades, dos sentidos).

Desde essa composição, desde uma comunidade sonhada, a exigência da distância, a fantasia de artigo. Vibrada e alucinada, a tese procura novamente o abrigo sobre um terreno árido, conectando objetos que não são dados uns aos outros. A interpretação — novo esboço. A ilusão — a métrica do engano potente. Resta inventar um mundo onde seja possível pensar assim como queremos. Apenas isso.



LIVRO DE RESUMOS COMUNICAÇÕES

Normas de Submissão

Resumo estendido de, no máximo, três laudas. Deverá conter: título; introdução ao tema, exposição do problema, justificativa, objetivos, fundamentação teórica, metodologia e resultados parciais; de três a cinco palavras-chave. Nesta sequência.

Formatação recomendada: fonte Times tamanho 12, espaçamento 1,5, justificado, margens superior e inferior 2,5cm e laterais 3,0cm. Título em caixa alta, palavras-chave separadas por ponto-e-vírgula.

Tipo de resumo: informativo.

Estilo da escrita: linguagem clara, objetiva, de caráter científico e analítico. Dar preferência às frases curtas. Texto em terceira pessoa.

Observar a adequação do conteúdo aos propósitos do Congresso. Dentre os propósitos, estabeleça a relação possível com a pesquisa apresentada. Encontrada a relação, defina o escopo. Encontrado o escopo, avalie se o tipo de pesquisa está dentro dos padrões do Congresso. Caso o tipo de pesquisa esteja de acordo com os padrões do Congresso, avalie se há legitimidade na autoria do texto. Caso a legitimidade seja duvidosa, o resumo será recusado. Caso haja legitimidade, porém, a abordagem, as variáveis, o campo teórico, etc., forem estranhos aos padrões do Congresso, o resumo entrará em diligência.

Evitar: contradições; desacordo entre paradigma teórico o problema e a metodologia; subjetivismo; onirismo; solipsismo; adjetivos; voz passiva; gerúndios; desvios; fuga do tema; alegorias; superlativos; substantivos coletivos; sinestesias; paradoxos; ironias; hipérboles; ambiguidades; alusões; sinédoques.

Nota: Para os casos de notória legitimidade, a comissão colocará uma equipe de tradutores para: reler as propostas; acompanhar o proponente em suas dúvidas; traduzir; adequar; ajustar; aconselhar; sugerir; conversar, tutorar; revisar; corrigir; reescrever; ajudar; reavaliar os parâmetros do Congresso bem como submeter todos os trabalhos de legitimidade inferior (mesmo os já aprovados) à diligência ou à recusa.

7.1

Resumo I

Signalética Gestual

Os corpos se atraem. O preceito newtoniano não se resume ao espaço de relações matematicamente previsto pela física. Nada resiste a tal efeito. Porque haveríamos de pensar que há um meio adjacente, um autômato psíquico, que pudesse escapar ao empuxo universal, que as Leis de Newton tão sabiamente sumarizaram? Cada palavra, cada emoção, cada modificação dos estados da alma, são nada mais do que forças em disputa, e nada há em nossos gestos que se possa distinguir daquilo que são: vibração do expresso. Muitas são as forças em combate, e a adequação aos cálculos matemáticos nos parece mais impensável por uma simples questão de proporções. Mas nem só de objetos ou signos se compõe a grande molécula de infinitas dobras. Da mesma maneira, a matemática é constrangida a se esquivar quanto ao mundo quântico. Se a mecâ-

nica clássica nos forneceu cálculos seguros, eles, os físicos, se veem constrangidos a debater fundamentos que mal podem conter no fio de seus argumentos. Poderíamos replicar, ao nosso modo, tais debates. A suposta mediaticidade psíquica nos enganou? Disso se pode suspeitar. Há também a ilusão do sistema gestual adjacente que, pelo fato de inventariar sinais macroscópicos e daí seus componentes, sugere uma auto-evidência, uma reserva de sanidade, toda uma política da reserva e da salvação no amor pelo signo encarnado. Mas, supomos, seria o caso de verificar o quanto um gesto varia, deforma-se, torna-se incapaz de dizer o que diz.

O método a ser utilizado se chama provisoriamente sinalética. Os elementos discretos, os sinais. O movimento de investigação é sobre uma zona de consistência, de passagem, sobre um movimento que é indistinto do ponto de vista da recepção (auditiva ou visual), mas opera no tempo e na circunscrição de um encontro vibratório-temporal. Caso se tratasse de recepção, aquilo que anima a linguagem seria tão somente um ponto de aceitação da distância entre corpo e voz. Se preferimos localizar essa acumulação, chamada sinalética, em um encontro gestual da língua, é para tornar evidente que não se trata de recepção. Mesmo em um meio cujo corte é visual, a sonoridade está igualmente implicada, e vice-versa, logo, se o som nos é interditado, e mesmo assim sentimos seus efeitos, àqueles os quais ocorre de a visão ser interditada, é provável que as ondas luminosas afetem de algum modo. Por isso, não confiamos em uma perspectiva que entenda o vidente e ouvinte como mediador pleno de todos os modos energéticos. Não há, por isso, um ouvinte pleno, senhor do universo a quem todas as ondas vibratórias (o grito/o gesto) atingem em cheio. Um exemplo grotesco: as leis ditadas pelo padre não nos chegam pelos ouvidos, mas é bem fácil lembrarmos dos momentos em que simplesmente entendemos que tal atitude é imoral, proibida ou exortada. Nisso, um simples siste-

ma de referenciação tão somente gestual seria inviável do ponto de vista do julgamento sobre a próxima interdição ou exortação, algo que, sabemos, não ocorre. Nem mesmo aquilo que nas línguas orais é definido pelos linguistas como “dêixis” parece ser uma compensação adequada, algo a que dedicamos um exemplo mais refinado.

Pense nos poetas. Não fazem eles um esforço imenso no sentido de potencializar a força de significação de algumas palavras, mais do que outras? E se pensarmos nos termos dêiticos, como fazem os linguistas em relação à linguagem ordinária, não seria o trabalho do poeta exatamente o de planejar a apontação de um elemento lírico, momento de irrupção de um sentido que faz tremer todo o andamento, fazendo, por isso mesmo, com que muitos outros elementos (sintáticos, morfológicos, figurais, tanto faz) também apontem para os epicentros da composição? E não estariam esses mesmos poetas muito mais próximos de uma *deixis* real, e não seriam os elementos dêiticos em princípio inseridos em sistemas de equivalências adaptados às frequências vibratórias de um meio que só é linguístico muito abstratamente?

A questão acima nos obriga a exemplificar novamente. Se a língua de sinais é capaz de estabelecer conexão entre a apontação de um objeto, alguma interdição e a posterior equivalência sobre outros objetos e consequentes interdições semelhantes, é porque requer uma série de investimentos gestuais que ganham força de equivalência em um plano que não é mais o vibratório, não é mais gesto, nem sinal, mas matéria signalética. As tensões, as fascinações, as decisões do espírito, tudo isso atravessa zonas onde a significação e a incorporalidade se dialetizam, se reservam, se atraem e repelem, criam ainda zonas de espera, nas quais a matéria signalética ainda é povoada por gestos esparsos, mas que, possivelmente, ganharão uma consistência alhures. Essa é a reserva que invade todo o resto, e não a lei gramatical, nem do “sinal” e nem do significante-falado-com-a-boca. O exem-

plo, por fim, é de um sinalizador, a quem ocorre ser surdo profundo, quando em um passeio ao final da tarde na praia de Capão da Canoa, teve a ideia de parar e fazer uma pergunta que, por sinal, eu não sabia responder. É que, estando ele e eu em frente ao mar, sob ventania moderada, interrompemos a caminhada por cerca de dez minutos e, em pé, fechamos os olhos. Logo após, ele disse algo sobre o fato de que a areia fina batia em seus olhos de um jeito, e no pescoço, de outro, e que ele movimentou a cabeça para cima para ver se os grãos eram sentidos com uma força diversa em outros pontos do rosto. A pergunta que se seguiu, e me surpreendeu, foi: “A música, é assim?”.

Parecer 1: Primeiramente, não entendemos de que trata exatamente o tal método. Não compreendemos a mistura realizada e em que medida poderia ser aplicada em um dado tão evidente e digno como um sinal de nossa língua. Energética, movimento, gravitação, termodinâmica? É algo reconfortante, porém, que se tenha, ao longo da exposição, destituído o ouvinte (mas há a mistura, mais uma, em relação ao vidente, que suporia outro tipo de alteridade, que está a cargo dos cegos, e não nos atreveríamos a querer opinar) de um lugar privilegiado de experiência sensorial. Mas não acreditamos ser o suficiente para afirmar que a chamada matéria sinalética deva ser algo compartilhado universalmente, com o que encerro este parecer *negando* a viabilidade do texto ao Congresso.

Parecer 2: Negado. Não faz parte das preocupações da comunidade que compõe o evento.

Parecer 3: Eu entendi a proposta, mas não estou certo de que seja o momento adequado para que se faça tais afirmações no Congresso. Talvez daqui alguns anos. Mas eu consigo sentir o que foi escrito, em alguma medida. Gostaria de ver esse texto em língua de sinais, talvez por isso eu decida pelo aceite. Entretanto, o tema da música ainda me parece delicado. O autor deve saber que tal assun-

to não é bem visto entre nós, ainda há um peso colonialista que é amplamente discutido. Se bem que alguns sinalizadores investem na descrição de uma musicalidade, mesmo que ainda fiéis ao regime de equivalência gestual, algo que o autor parece criticar. De qualquer maneira, o que se considera como vibratório poderia ser melhor descrito. Sugiro um esquema. Pelo que entendi, a matéria sinalética poderia ser representada como uma massa amorfa de linhas conectadas em todas as direções, sem início nem final, mas que seja recorrida pelos sinais. É disso que o autor está tratando, não? Uma força fora da linguagem, mas que ganha sentido naquilo que o gesto pode interpretar. Acho importante que a tradução prime pela visualidade. Então, quem sabe um diagrama? Com o significante gestual no meio, onde todo o corpo do sinalizador se perde, mas recupera uma língua, poética, que consome a si própria. Que bonito!

7.2

Resumo II

Flutuações da palavra, dança do sinal

Vejam os ouvintes: suas palavras flutuam. Reverberam entre nós as indagações de uma grande sábia. Perguntas do tipo: “Mas afinal, o que, propriamente, nós traduzimos?” As saídas que havíamos encontrado eram de várias ordens. Ou a esquiva retórica nos obrigava a buscar uma definição inspirada, que errava entre poemas e filosofias, ou a ousadia, passional e apressadamente responsiva, nos levava de volta ao cerne de nossa lidação, ou seja, a linguagem e seu pesadume irresoluto. Apesar dos riscos (e do desdém de nossos poucos interlocutores) nada mais desculpável do que a segunda opção. Para que, enfim, sejamos capazes de uma exposição que carregue o mínimo de dignidade, para fantasiar ao menos um único

encontro em nossa jornada (é possível que seja tão somente um), respondemos, tendo em mente toda a nossa limitação. Traduz-se uma luta. A luta generalizada. Ao deixar seus rastros, a superfície de multiplicadas feridas é a tela medonha onde se aplaina a fúria. Uma força avassaladoramente positiva, a linguagem como luta, ela própria padecendo de sua visceralidade. Sentido: o paradoxo que não se quer traduzir, o próprio mergulho que não se deixa suspender e vir à tona. É neste mergulho de desesperada morte que lançamos nossas iscas, como fôssemos nós as carpas amontoadas em busca de alimento. Luta entre linguagem e sentido, disputa desigual entre a força de um rio furioso e, mais à frente, o mar e sua luta, de si para si, como uma vida marítima, a percorrer o próprio rastro e morrer.

O mais curioso é que tudo isso que damos a ver ao traduzir é a pretensa sutileza da tarefa que demonstramos querer cumprir. Acontece que, quando tomamos na mão um livro, ou quando observamos uns aos outros a entregar nossos corpos, com toda a tranquilidade do mundo, à voracidade pela sobrevivência de um texto e de suas traduções, nós o fazemos sorrindo, encarando o horror com uma passividade fingida. Mais do que isso, nós incorporamos uma impassibilidade cruel. Deveríamos, penso eu, diante da atrocidade da cena tradutória, nos compadecer de nossos colegas, impedi-los, tomar-lhes os livros, conter suas mãos que escrevem ou sinalizam. Estranhamente, a leitura de uma tradução, assistida como é assistido um suplício, desperta em nós um outro tipo de amor; segundo, alinhado à impotência do gesto tradutor e cúmplice de guerras subterrâneas, em cada segmento dessa falência que é a linguagem. Ama-se a morte de um outro.

Sendo assim, traduzimos a perseverança de uma luta, e daí aprendemos a desviar um amor. Um regato, no qual as vidas sofrem a minúcia e a molecularidade do sentido, o golpe da nascente, dos balbucios, do primeiro conforto de signos-concha, assustadores e adoráveis. Um desaguar em mar aberto, água doceamarga, onde alguns corpos

vencem e outros perecem. De sintaxes a semióticas, a filtragem é nada mais do que um deslocamento, não de um objeto a outro, mas da capacidade de apreciar, a lenta agonia que ainda conecta língua e sentido.

Amamos a cena, a oficina, a morada. Talvez por isso queiramos também traduzir, revezamos as posições. O sofrimento nos acesa como o faz o amante. Traduzimos a luta que se transmutou em um amor estranho.

Parecer 1: Diligência. Sugiro alterar o título. A proposta não versa sobre flutuações ou danças, mas sobre afundamentos, “pesadume”, como diz o autor. Adequar.

Parecer 2: Onde estão os itens solicitados nas Normas de Submissão? Serão realizadas oficinas de tradução? Mas o que se entende por oficina? Existem modelos de condução de um instrumento de pesquisa como esse. É preciso descrever mais. Onde serão realizados os encontros? Sabemos que hoje em dia é quase impossível manter os informantes interessados numa atividade de pesquisa por muito tempo. Não creio que encontrarás um grupo coeso. As escolas estão esvaziadas. Onde mais encontrarás sinalizadores em grande número para colocar a prova tuas hipóteses? Diligência.

Parecer 3: Muitas ambiguidades, muitas metáforas, muito subjetivismo. Sugiro que o autor procure uma oficina literária.

7.3

Resumo III:

Estudo de caso: a Ideia

O estudo parte do interesse por um gesto: [IDEIA]. Dizemos gesto e não sinal porque nos parece evidente que é afeito a muitas dinâmicas, quase insondáveis, que não nos permitem, em um só sistema,

localizar como elemento ou vocábulo. Por exemplo: não havia parâmetro de representabilidade que colocasse [IDEIA] dentro de qualquer conjunto seguro de causalidade, de derivação, de abertura a uma realidade no horizonte de qualquer dialética, nem interpretante explícito, dadas as condições de que dispúnhamos. [IDEIA] possui uma etologia que parece tender a uma iconicidade. Descrevemos: dedo indicador em riste, levado a região da têmpora — contato da ponta do indicador com a têmpora em um leve raspão — gesto de contato seguido de uma elevação da mão, mantendo o dedo em riste. Assim: 1. Indicador levado à altura da têmpora; 2. Pequeno raspão; 3. Ascensão a um espaço neutro; 4. Suspensão. Acreditamos que tal suspensão posse ser equivalente à parada glotal em japonês, por exemplo, um tipo de prolongamento e expectativa em relação ao próximo som a ser emitido. Muito rápida, a elevação é geralmente acompanhada de uma parada repentina. Em poucas palavras: a ideia surge da cabeça e fica suspensa à altura da cabeça, formada, pronta para ser utilizada.

Dissemos acima que dispúnhamos de condições específicas para a tradução de [IDEIA], quais sejam:

- Pelo menos duas ideias de [IDEIA]: uma que sobrevive desde Platão, relacional, dualística, dialética da existência, expoente do problema do sensível e do inteligível, cujo gesto não dispõe da possibilidade de se imiscuir em derivações fônicas (como ideia em *eidōs*). Outra que é ideia-corpo, afecção não mediada pela seleção moral, pura quentura dos corpos-e-das-linguagens, aparentemente plausível nos liames do gesto mas ainda assim condicionada pela manualidade que escava a abertura pensamental na cabeça, mente pensante, de-mente-de-gesto.

- Um sinal → semantizado, material gestual decalcado em um sistema de coordenadas, de sínteses e substituições. Nossa verve estruturalista. Nosso delírio de conjunto que aceita e torna prospecto tal sonho hermenêutico.

- Dois tradutores desejosos por dizer algo a respeito da ficcionalidade de qualquer sistema. Um deles vociferava contra o autoritarismo de uma imagem filosófica culturalista. Falante nativa da Língua Brasileira de Sinais, teimou em inverter posições, desafiar hierarquias, entregar os segredos de seu povo ao estrangeiro, seu compar- sa de crimes tradutórios (chegando a lhe outorgar o grau de criador de gestos, posição exclusiva dos sinalizadores natos). O segundo, o dito estrangeiro, sorrateiro, temeroso e imprudente (conquistou inúmeros desafetos por isso), além de venenoso, falastrão, desdenhoso por aquilo que tinha por inútil ou besta, sem qualquer resquício de diplomacia. Era, todavia, um tradutor mergulhado na pragmática, e pouco se importava se o futuro concederia algum crédito para suas traduções. Pensavam, os dois, ser a tinta de suas assinaturas o espólio que, legalmente, não lhes pertencia. Formavam, todos os dois, um movimento escorregadio, sem lugar, que já em sua formação descambou para a pretensão, a rebeldia e, até mesmo, a burrice.

Temos, portanto: um elemento, um conjunto de condições. Mas em que sentido podemos dizer que se trata de uma agência passível de pesquisa, e, se porventura nosso trabalho de equiparar a algum tipo de ciência, o que ele mobiliza?

A aparente conclusão: após vinte anos de observações, que têm seu ápice na inconformidade relativa à tradução de [IDEIA], desconfia-se que a opção pelo elemento gestual amplia as possibilidades do estudo de uma língua filosófica em eclosão. Por compartilhar imagens com as condições exclusivas de uma ideia de [IDEIA], o sinal acaba restringindo a tradução às oposições próprias de um modelo filosófico específico. Em contrapartida, o gesto exhibe vizinhanças não coagidas pela comunidade, pela nação, e muito menos pelo elemento helenizante.

Um paralelo poderia ser traçado com as descrições de Garrick Mallery (1881), em relação às linguagens de gesto napolitanas

utilizadas entre pessoas ouvintes, as imagens de vasos gregos que retratam gestos em situações cotidianas, sinais utilizados por povos indígenas da América do Norte, entre outras referências. O autor destaca a relativa independência dos movimentos manuais nas conversas, como no caso de uma imagem gravada em cerâmica extraída da obra de Andrea de Jorio (*apud* Mallery, 1881), onde um escritor público (aparentemente alguém que escreve cartas para os que não obtiveram iniciação às letras) não é informado sobre o que escrever, e, diante da inicial mudez da cliente, depreende de seus gestos que ela deseja remeter carta ao seu marido. Vê-se dois eixos: um, social e contratual, materializado na carta e no servidor público; outro, adjacente, os gestos que se replicam em paralelo. O gesto é, entretanto, reinterpretado e reconduzido ao plano cívico, tanto é que, ao observar o acanhamento da cliente que lança um gesto enquanto se recompõe e efetivamente diz a sua intenção, faz a tradução segundo pressupostos que estavam retraídos, como uma mola. De um único gesto (mãos no peito e torso curvado) inicia a escrita da carta com algo como Ó esposo amado, bem sabes que meu amor é por ti sincero...

Por isso, pensamos, não é sinal, mas gesto, a nossa matéria, quando da tradução de [IDEIA] e na própria seleção de elementos pertinentes ao estudo. Tanto é que em qualquer das condições estabelecidas e que colocamos em funcionamento na tradução de [IDEIA], na ideia de ideia e na [IDEIA] de tradução que daí decorre, não há trânsito entre uma língua e outra, mas entre uma formação mais endógena e uma agência notadamente trans-semiótica, ou, pelo menos, para-semiótica.

Há uma língua platônica, assim como se pode dizer que há uma sintaxe da diferença, mas, no plano gestual, não há necessidade de equivalência, mesmo que o final de um gesto se traduza em discurso, mesmo que as suspensões e coordenações musculares sejam reinterpretadas segundo o conceito. E não há autoridade nem autoria, assim

como muitas são as línguas combinadas em favor da tradução de uma única ideia. Não restando oposições diretas entre senso comum, teoria, filosofia, visão de mundo e a pura experiência gestual, entende-se que a inoperância das línguas semioticamente mais estáveis estremecem e reativamente se posicionam contra o mal do gesto (maldigesto...).

Por fim, serão demonstradas e analisadas as curiosas soluções teóricas dos dois tradutores envolvidos, sejam elas: a Libriação (Sperb, 2017) e o Signal (Dinarte, 2016).

Parecer 1: Diligência. A proposta está razoavelmente bem apresentada, mas a tendência à análise comparada nos parece ultrapassada. O autor citado já foi largamente reavaliado a partir da Semiótica contemporânea e os dois tradutores em questão não apresentam abordagens significativas para os campos de investigação abarcados pelo Congresso. Sugere-se reavaliar.

Parecer 2: Negado. Um dos tradutores que se propõe analisar não compartilha dos ideais da comunidade intelectual que se deseja consolidar no Congresso. A outorga que a ele foi conferida já perdeu a vigência há alguns anos e não será renovada.

Parecer 3: Há limites para a nossa tolerância.

7.4

Resumo IV:

A comunicação e o *pixel*

Adiantar a tendência entrópica do universo e demonstrar os efeitos da dispersão. É preciso escolher com cautela onde fazê-lo. Mesmo que não seja esse o caso das ligações entre partículas elementares, em plena era das estrelas, neste jovem universo de 14 bilhões de anos, mas olhar para o céu e enxergar o contrário daquilo que os mitos ten-

taram reservar, e então, nas galáxias, ver exatamente a expansão. E que nos entendamos com as nossas emoções. As imagens de animais, deuses e formas geométricas muito interessadamente vistas, ao deixar de produzir os modelos sagrados de nossos destinos, para que se tornem a evidência daquilo que deixaremos de ser, recairão em mundos paralelos. Mas retornarão, valendo-se de nossa distração momentânea?

Há pelo menos dois milênios as observações dos astros causam espanto diante de uma eternidade que se modifica, reconduz e morre. A mudança de posição dos astros nos transportou rapidamente, questão de poucos séculos, às previsões aterrorizantes da termodinâmica, quanto à progressiva desintegração do átomo que culminará, aí sim se pode falar em “longo prazo”, na morte do próton e de qualquer possibilidade de energia que possa gerar trabalho.

Talvez a caracterização de uma ciência como “dura”, como a física, envolva a difícil aceitação de suas constatações, aviltados que somos em nossos corações há milênios reconfortados pela ideia de eternidade. O mito é isso, um conforto. A informação é sua filha, pois deseja preservar a lenta e grave evanescência. A comunicação tornaria a vida, vivível, e o absurdo de um eventual estilhaçamento, suportável.

A linguagem é certamente uma via de resgate do real, de alargamento da experiência. Porém, logo se tende a tomar a linguagem como plataforma absoluta onde passado e futuro devem repousar. Torna-se, em um segundo, a manjedoura do tédio, limite onde o novo perde força e vai aos poucos ocupando uma zona reservada somente àquilo que faz tremer o horizonte das vistas humanas. Para Flusser (1983) é a arte que opera no sentido de fazer tremer o hábito, e realiza a *transcodação* daquilo que habita o mais além da linguagem para tornar os ares, novamente, respiráveis.

Essas forças, intangíveis, matéria livre, animalidade e fogo, água, sonho e Gaia, caso encarnassem em apenas um tempo e um

corpo, desprezariam a linguagem, inventariam uma língua a cada combate, uma forma a cada caminho que acaso trilhassem. Como isso não ocorre, como as forças apenas se fazem sentir segundo sintomas, segue-se a necessária transcodação, ou transcrição, de registros renovados, em uma sísica das formas e uma sintomatologia (nietzscheanamente) das forças. Uma sociologia, uma política, uma pragmática — dos signos. Mas seria o caso de saber se tais zonas, inventários, produtores de traços, estariam suficientemente abertos à própria inversão de seus códigos, não para render tributo à sua própria destruição, mas para admitir em seus próprios o novo, que cada linguagem suscita como novidade das forças.

O desenho do céu. Em quadrantes, os asterismos, alvéolos do grande pulmão que respira e se afirma como ser. Quadrantes como favas, por onde os deuses nos observam. É o mesmo modelo que prevalece até nossos dias. Não que a ideia de constelação não tenha sido reavaliada, pois hoje sabemos que uma dessas zonas da esfera terráquea é a projeção segundo nossa posição no cosmo, e sua real fundura exigiu muitas outras classificações e medidas. O que foi mantido foi o elemento de imagem, a necessidade de o real manter suas distâncias, multiplicadas a cada século, sob a unidade iluminada da forma e de suas adjacências. O pixel, como elemento de imagem próprio à linguagem técnica de fotografia digital, são as nossas constelações modernas. Ou melhor, as constelações dos antigos e toda a história da astronomia e do mapeamento espacial já eram grandes monitores, e a quantidade de dados em cada porção isolada já lidava com o problema da perda, do armazenamento e da transmissão.

Se o quadrante de constelação já deixou de ser analógico à época de Ptolomeu foi porque a mudança de posição das estrelas previu uma reordenação do mito, da linguagem, das funções do cálculo e do próprio imaginário humano, mesmo que ainda nos limites da superfície constelar. O universo ganhou profundidade, mas

o que foi alterado foram matizes, brilhos, definição, e tantos quantos tenham sido necessários os conceitos criados. Mas o referente, este nunca esteve lá, por isso, o quadro de observação assim como a palavra comunicada são recursos tecnológicos que tendem a ultrapassar o analógico e também o digital. O suporte da imagem é o imaginário (Suppia, 2008). E se Flusser (2007) polemiza sobre a viragem ontológica anunciada pelo pixel, é quando o colocamos no mesmo plano de pensamento dos Antigos, já que para estes o que estava em jogo era o terror do caos existencial e, para o autor, o espanto é relativo à perda do referente. Mas, ao fim e ao cabo, sempre se tratou de uma não-coisa. A morte, o esfacelamento. A arte, a linguagem. Os objetos mundanos, habituais, o *dasein*, e todo o universo dentro de um traçado na abóbada celeste. A dimensão corpórea assume uma aparência mais estável somente porque o imaginário imprime seu duplo na linguagem e a comunicação é tão somente a seleção de *frames* mais eficazes para isolar a morte. Veja-se: não propriamente fugir da morte, mas descrevê-la. Em suma, sempre se tratou de *software*, e nada mais.

Porém, a linguagem é passível da mesma entropia que todas as partículas do universo, e não haveria possibilidade de que esses *frames* se sustentassem *ad infinitum*. Pode-se pensar que, quando criticadas, as formas, em seu descolamento em relação ao real, abrem espaço para sua superação e sentença de morte. Mas esse é o poder do pixel, unidade de composição que muda de algoritmo, redistribui sua paleta de cores, mas é ainda projeção psíquica de um mesmo plano. Nisso, a linguagem mais corriqueira é também cosmogonia.

Mas, e as forças? As forças são aquilo que comumente se concebe por falha, escorregão, mancha, perda de clareza, o grotesco, o assustador. O comunicável das formas e o silêncio das forças. É que, no limite da eficiência da linguagem, há aquela zona cinzenta, das não-coisas, inabituais, que forçam a passagem sobre o *frame*.

É claro que este se reordenará, mas não sem antes perder-se, ver-se obrigado a virar do avesso, a misturar suas bordas com outras que estavam até então distantes. Durar ao multiplicar-se. A força, portanto, está colada em todo tecido da linguagem, ou melhor, a linguagem se aferra a seus domínios exatamente para adiantar, nas margens, sob o horror de seu próprio desaparecimento, um novo contorno. Se uma obra de arte nos obriga a falar outras linguagens e outras línguas, inexistentes, por vir, é porque nunca se fez outra coisa senão traduzir, mesmo na linguagem técnica e no falar cotidiano. Não há garantia de permanência. Nenhum corpo, nenhuma linguagem, mesmo que seja tão somente do corpo, nem as mais plásticas e entregues à vibração cósmica, irá se salvar. A constelação, seu infinito guardado e modulado, o pixel: incansável fuga imóvel.

Denúncia: Este texto não foi escrito por um sinalizador. É impossível. Isso nunca aconteceu. Jamais um deles teria essa fluidez na escrita. Nós já sabemos de tudo! Trata-se de um tradutor que está por trás, tentando nos enganar! Todos já estão sabendo. Nós mesmos tratamos de anunciar o delito. Você foi descoberto. Renda-se!

7.5

Resumo V: Em plena fuga

*He commands us to play for the dance
Black milk of morning we drink you at night*

Paul Celan, Death Fugue

O mapa de uma voz inaudita
Nós a perseguimos
Descemos suas escadas de silêncio multiplicado
Nas caixas do porão, algumas fotografias
poucas vezes vistas, embaralhadas
Nossas janelas abertas: outras janelas
Revezamos, o abre-fecha, absortos
É o mesmo jardim estreito e sufocado
A acenar a ilusão do outono.
As mãos dependuradas à venda
pechinchadas e sem cor

E de Milão, as porcas
— costuradas as codas
nem uma vaga lembrança

Os baús de bocas abertas, profundos,
preparam as camas e jazigos, como brinquedos antigos

A distância cercada, a lamúria
traveste-se em ecos, equívocos

— De onde vens, em tua romagem?
De Salamanca havíamos escapado...
— E, lembro-me —
Aquecemos as mãos, após a estiagem?

Um plano secreto? Quem fala através deles?
Espremidas nossas mãos em quadros
Esquadros, desenhos íngremes
Afagos como machados amarrados
em cordas, desacordados, veneno doce
— Vos debruçareis. As mesmíssimas mesas
em que outrora morrestes.

São os tecelões do tempo, encantadora
a monstruosidade, o circo
feito sabão sobre as pedras riscadas
Tropeçam e caem, lá dentro
os escuto, ignoro
e choro

Parecer 1: Não se aplica.

Parecer 2: Não se aplica.

Parecer 3: Não se aplica.

7.6

Resumo VI:

O Tradutor Narrador

Quem traduz? Numa exposição como esta, assumidamente crítica, importa muito perguntar pelo quem. Acredito que, caso se-

jam omitidas as narrativas dos tradutores, corre-se o risco de desprezar boa parte da força vital de um texto, que, sabemos, habita o seu retorno, sua própria necessidade de ser traduzido. Há sempre o risco da sacralização de um conjunto em detrimento de outros, e não se trata de sermos levianos e nos abrigarmos sob o discurso dualista dos vencedores e vencidos, os que podem e os que não podem, isso tem sua hora, e, aliás, nada menos afeito a uma filosofia das forças. Mas uma força não sustenta seu vigor como modelo, pelo contrário, é a repetição de seu poder diferenciador, em meio a um campo estrelado, heterogêneo e superpopuloso, que a constitui como tal. E a narrativa, se fundamenta em que? Na correlação de tudo que é afetado pelas forças vitais, realmente a narrativa não ocupa nenhum lugar privilegiado. Mas nesse campo estrelado, qual a natureza das modificações? Qual força venceu e qual foi derrotada? Há situações em que dizer as minúcias do suplício não é escrever paratexto, há notas de tradução que são texto traduzido tanto quanto sua fonte. Nem que logo após se retorne a um estado de impotência do dito. Mas ainda é possível que um problema totalmente novo surja segundo sequências narrativas ainda insondadas.

É preciso encontrar uma maneira de discorrer sobre essa noção de narrativa. Algo que difere, no entanto, da narratologia de Propp (1984), uma vez que aí se encontra uma morfologia de atributos dos personagens dentro de uma modulação de ações. Tampouco vemos com interesse a atitude do “deixe falar” do culturalismo pós-moderno, em razão de suas estranhas relações com o consumo de narrativas, um tipo de diferença “de prateleira” (poucas vezes chegadas às vitrines propriamente ditas, uma vez que uma vitrine exigiria todo um *layout* capaz de gerar impacto nos transeuntes). Ao invés da noção estrutural e sequenciada da narrativa, que funciona segundo repetições, uma abertura desenfreada de contraposições.

Ao invés de um narrador que encontra na mediação da linguagem a possibilidade de reinscrição de um si, mesmo que um self dividido na experiência do tempo histórico e na experiência individual, uma agência cujo “quem?” só se dá em função de uma resistência, embate, vida ou morte. Nisso, nem mesmo considero relevante a função narrativa, como distanciamento da história e da vida privada e a afirmação de uma micro-história. O tradutor que fala é um disparate, necessariamente um escândalo. O revestimento moral da narrativa imanente à tradução não se sujeita aos mesmos princípios que o texto fonte, e se pode duvidar de que, a rigor, possa se valer de algum, ao menos da maneira sossegada da conversa alocada ao plano textual. Não se traduz em um congresso. O tradutor não tem nem um minuto de paz, não responde, civilizadamente falando.

Por isso, concordamos em parte com Ricœur (1991), quanto às diferenças a se estabelecer entre identidade da mesmidade e da *ipseidade*, mas somente até o ponto em que a questão “quem?” se distingue na agência textual quando da multiplicação dos recursos narrativos. Mas acreditamos que o senso moral e de auto-atribuição é muito mais dado a uma confusão generalizada, principalmente na narrativa injuriosa que é o motor da tradução. A forma, por exemplo, estabelecida nos estudos de tradução, chamada de *tradução comentada*, ainda não se caracterizaria, nem de longe, na narrativa de um tradutor, haja vista que toda a agência tradutória continua atrelada a todos os princípios de uma fonte. O justo do original é ainda o justo narrado na cópia, uma política da pacificação pela aceitação de uma justeza. Mas se o original possui sua lei de composição, é exatamente porque a estabeleceu enquanto política inaudita, segundo seus problemas e descontinuidades, em seu devir, em seus escândalos identitários. Porque é que um tradutor transplantaria tais impasses em língua outra, fingindo serem esses impasses, para

sempre, justos, fazendo-o com um fio de suor correndo sobre a face, como se nada estivesse acontecendo? O narrador que se entrelaça na tradução é necessariamente um contestador, independentemente do que se diga, seu comentário seria tão somente “Não, não!”.

Para além ainda de uma investigação que esteja pautada na agência daquele que fala e faz da língua o seu instrumento de variação, como na sociolinguística de Labov (1972), é preciso ver no narrador um campo de agenciamento do impossível. Flusser (2014) entende essa dimensão transformadora objetiva e subjetiva de um modo mais amplo, prevendo uma instância inalcançável entre o mundo fenomênico e outros mundos possíveis. Pode-se pensar, portanto, tanto Platão, as religiões judaicas, a simulação narrativa das diferenças culturais, etc., diante da mesma ausência. A mesma guerra reduplicada da comunicação, a rebeldia narradora sofre de uma obstrução milenar, o eu previsto pela lei da identidade deve ser assumido mesmo que aos olhos de quem narra, algo evidente pela variação que assombra o dizer íntimo e se faz narrativa exemplar, mesmo que como variação, não passe de lugar vazio. Flusser (2014) fala de uma imagem vedada (*sich vorstellen*), e corresponde à invenção de uma nova face absoluta, uma nova presença que possa substituir a antiga universalidade, a da que fala tais e tais línguas, que entoia passagens de textos canônicos, e, de preferência, que tenha cara branca.

Enquanto mecanismo semiótico e político, o rosto europeu se perpetua como problema de linguagem, de ausência e de intimidade, e por mais que nos esforcemos em lhe alterar os traços e fazer variar sua cor, enquanto semiótica, ele retorna sub-repticiamente e se instala nas mínimas alterações de paleta e de formato. Por isso pensamos ser o tradutor que narra o contador desta insólita aventura. É ele que se vê na situação de recusar o determinismo presentificador da linguagem como reflexo de uma verdade universal,

fazendo-o em um aprendizado sempre tumultuado entre signos que não se correspondem. Ao contrário daquilo que pensa o senso comum, o tradutor não deve nada, nem ao original nem ao leitor da tradução, exatamente pelo fato de que são os lugares tradicionais (hipotéticos segundo uma lei já em plena falência) de original e de cópia, que esperam da linguagem uma resposta mediata de uma distante e vedada realidade.

A narrativa clássica é ainda a boca vermelha de lábios finos que se mexe e emite sons. Boca vermelha em bundo branco. É o feixe descendente desde o Cristo até o limite exato da boca vermelha de lábios finos, que se entreabre e calcula os elementos de imagem. O intervalo, por sua vez, é a projeção de mundos no voltar-se para si e redistribuir, nunca analogicamente, mas segundo algoritmos muito difíceis, as saturações, as cores, as formas. Primeiro como captação, depois como projeção, e a história nos ensinou que a busca é pela máquina total, que projeta antes mesmo de capturar. A câmera fotográfica é uma calculadora de imagens. “Quem faz o filme ou a fotografia não é o cineasta, mas o fabricante da câmera” (Flusser, 2014, p. 41). O intervalo é a paixão do original e da cópia, que dançam seus domínios de expressão da “dialética da representação”, cada cálculo inventa-se como original, e, fazendo-o, seleciona a cópia.

Quando, ao contrário, é a cópia degradada que se diz, que narra a sua própria excrecência, seja o fazedor de filmes, o contador de causos, o embusteiro, enfim, o embaralhador de códigos que não se fia em nenhuma imagem para dizer-se, o complicador dos cálculos do feixe (do fascismo), ou seja, o tradutor narrador, existe aí uma possível despersonalização, uma possível criação (ou, ao contrário, pode-se alterar a sequência dos feixes, e os machados estarão ainda afiados). Instalado no intervalo, no estremecimento que corresponde à dialetização da república e sua eventual produção de idiotas, mas fundamentalmente em meio à inflação comunicativa, essa é a

situação narrativa de fato. Mas, imaginemos outra situação, em que novamente o encontro com outro ser humano seja interessante e faça emergir o novo.

Sem dúvida seria pretensioso localizar, dizer-nos capazes de apontar com o dedo algum ambiente mais propício para a eclosão de um tipo. Mas deixemos que a fantasia cumpra, nem que seja sob o álibi daquela falaciosa e falida noção de função mediata da narrativa: façamos de conta que são os, vamos ver, surdos! Os surdos como provavelmente os últimos exemplares. Semelhantes aos nômades do Paleolítico, seus encontros são acontecimentos valorados de muitas maneiras. Escassos em termos de densidade sobre o tecido social, são como caçadores vagando no paraíso da estepe. A estranheza de seus tipos psicossociais não é fruto de um dispositivo a-normatizante, histórico ou relativo à alteridade idiota grega. É o descompasso rítmico do encontro. Uma vez posicionados frente a frente, não são dúvidas existenciais que tomam forma, não é a indagação sobre o lastro que uniria A e B sob um guarda-chuva identitário. Nem perseverança das semelhanças, nem duração sob os tempos de uma “surdância” que se iniciou ontem e que unifica tudo o que é relativo. Pois, quando os olhos encontram esses outros olhos, todo um feixe de códigos já firmados em uma tribo deseja ser sublimado e, efetivamente, narrado, tendo em conta que já funcionavam lá, entre os ouvintes, mesmo não tendo sido, nunca antes, tornada função. Sim, o trabalho era entregue, os dias seguiam seus rituais, as bocas se mexiam e as coisas funcionavam, tudo muito exato. “Mas, cá pra nós... — um pergunta ao outro — como falaremos disso?”. Eis aí o impasse desse trabalho a que chamamos tradução.

O descompasso é rítmico, e se dá no encontro, misto de informação e funcionamento, nomeação de elementos e respectiva ocupação em espaços. Tanto é que na arquitetura surda (*Deaf Architecture*, temática prolífica na Universidade de Gallaudet, Estados

Unidos) as paredes e janelas devem ter outra função. As casas e escolas, nessa perspectiva, devem primar por espaços amplos, com poucas paredes, uso multiplicado de vidraças, portas-balcão, portas-colmeia, esquadrias que fazem uso estratégico da luz natural, salas arredondadas, corredores largos, etc. Os graus de transparência dos vidros definem a privacidade de alguns ambientes, assim como a iluminação. As sombras são escassas. Janelas são principalmente uma força do público no privado, e vice-versa. A economia da visibilidade é relativa aos signos da linguagem. Assim, como viver duas ou mais funções da parede, e, porque não dizer, da porta, se, como dizem os arquitetos surdos, as construções em geral não foram feitas para pessoas que não escutam?

Temos, portanto, tradução como uma série de testemunhos silenciados: no original, no rosto, na pedra e nas esquadrias domésticas. Onde o tradutor se torna narrador? Puro trabalho braçal e jamais o comentário ou a nota de tradução.

Parecer 1: Tecer qualquer comentário sobre a proposta dos autores é constrangedor. Primeiro, não se trata de um resumo, mas de um ensaio. Segundo, não é informativo nem didático. Terceiro, mescla conceitos que deveriam ser sintetizados em uma abordagem possível de investimento intelectual. Da maneira como estão conectados, parecem convergir para um tipo de delírio. Sem falar nos problemas de forma do resumo, o número de páginas excedido, os recursos estilísticos pomposos. Não sei, não vejo como daí se definirá um método de investigação, acho obscuro, enigmático e parece ter sido escrito para iniciados.

Parecer 2: Reformular. Sugestão: pesquisar mais sobre a Análise de Conversa. Talvez seja uma via mais segura.

Parecer 3: Os autores parecem querer reinventar a roda. Quanta insolência! Recuso categoricamente esta proposta. Temos

décadas de estudos com vasta produção bibliográfica, como se poderia abdicar de tudo, assim, tão agressivamente? O que nós fizemos para merecer isso? Porque tanto ódio? Posso até imaginar de onde partem essas ideias...

7.7

Resumo VII:

O blasé, a indiferença: o texto dos encontros contemporâneos

Escrever é inventar novos segmentos sob feixes de signos. É como colher a chuva. Quando escrever tem como compromisso a preservação do corpo em segmentos inteligíveis e leis repetíveis, sob a ação da Ideia (Deleuze, 2003) diz-se que é um sinal informativo, reunião, evento, acordo de tempo e espaço milimetricamente em cada uma das gotas nas pontas dos dedos e seus conjuntos subsequentes. Quando, ao contrário, há divergência de segmentos e leis, e a estranheira assombra os estados de coisas sob a lei mais geral da vontade, diz-se que é um gesto hermenêutico, ou ainda, gesto demiúrgico. O feixe é tormenta, e tanto espaço como tempo se movem apesar do gesto.

Note-se que usamos a palavra gesto para tipificar a escrita como atividade. Gesto deve ser aqui entendido de forma literal. Quanto mais debruçado, curvado, minucioso é o escrever, mais elementos são perseguidos, ou seja, mais detalhado são os tons informativos no mover consciente dos dedos, menor é o interesse geral pelo encontro e pela transformação. Quanto menor é o interesse pelo encontro e pelos efeitos de transição mobilizados, maior é a funcionalidade de cada gesto, e os conjuntos deste se tornam significação, feixes amarrados ao fio da navalha perceptiva.

Porém, não se pode esquecer que esse mesmo dedilhar consciente, esse mesmo padecimento do gesto sob a Ideia, condiciona

uma série de decisões manuais quanto à sua função ou à sua natureza: ou a chuva retorna ao tilintar funcional em cada centímetro de um grande jardim chamado mundo, ou é tromba d'água, nuvem estratosférica que toca o chão segundo a sua força, inapreensível. Uma vez que a “malícia da matéria desfigura a ideia” (Flusser, 2014, p. 83), pode-se dizer que toda a escrita envolve algo de tormentoso, mesmo quando o músculo do braço tenciona corresponder o alto e o baixo. Aquela tremedeira, o desvio do olhar, a hesitação, é o que transborda o hábito, uma exatidão borrada.

É como a dúvida do encontro casual. Olhos, braços, pernas. Tudo converge para uma obviedade, para o tédio e para o habitual. Mas o perigo é latente, nunca se sabe do que realmente o outro é capaz. Os encontros humanos já nos dariam uma pista daquilo que a escrita confirma. A irrelevância desses que nos passam às vistas, para bem da verdade, condicionaram propriamente na escrita as decisões que outrora eram imediatas: matar, foder, comer. A Ideia precipitou-se (no sentido meteorológico). E daí a seleção das marcas, e daí fazer reviver o transbordamento, e daí as cisternas da escrita, as calhas da linguagem e o sedentarismo, o funcionalismo do grafo.

É nisso que se propõe o rastreio de algumas vias, por onde viver o excesso, insuportável. Encontramos as leis, as constantes e as generalidades como alternativas à repetição da força do acontecimento. Porém, para efeitos de clareza, ainda carecíamos de imagens mais ou menos estáveis que funcionassem como matéria. Sendo assim:

O blasé: há um tipo, cotidiano, facilmente detectável, tem-se deste sempre ao menos uma imagem vaga. É aquele que desvia o olhar. Alguns parecem não ver ninguém, outros, dotados de algum tipo de habilidade de recusa, parecem estudar maneiras de evitar o contato visual. É preciso recordar alguns elementos: a proibição do contato visual com o faraó, rei, senhor, etc.; a sedentarização huma-

na, e o conseqüente declínio do componente de raridade do rosto, desde a estepe até a tribo e a cidade; o sistema seio-rosto, apontado por Deleuze e Guattari (2012), característico da relação entre progenitora e filhote humanos; todos os sistemas seletivos e ritualísticos de gesto e de rosto nas sociedades urbanas, onde, entre outras coisas, o sexo assume papel decisivo. Por exemplo, as heterossexualidades: viro a cabeça ao passar da fêmea para observar a beleza, não por atração sexual direta, mas em função de uma pedagogia do gesto, identitária e policialesca de outros em relação a mim; outro exemplo seriam as guerras subliminares homossexuais e bissexuais, com procedimentos previsíveis, podem ser narradas como: 1. *Eu percebo, ELE está me olhando.* 2. *Não posso cumprimentá-lo, poderia ser lido como um aceite ao coito anal.* 3. *Veja, ah, que coincidência oportuna! Uma moça se aproxima, vou contemplá-la, mesmo que não me sinta atraído por ela. Assim, ELE irá perceber meu gesto e, assim, inscrevo minha posição.* 4. *Vou acenar para ELE, dessa vez (ofegante). Mas será que...* Dada a sutileza e rapidez desse último caso, a investigação se torna extremamente difícil, mas é também bastante divertida. Porém, esta figura, o blasé, nos parece um tipo mais fácil de decifrar ou que sua cifra não exige o segredo, como era o caso dos desvios do olhar homossexual. Vulgarmente há um preconceito relativo à francofonia, ao dandismo e à arte contemporânea, em que se denuncia um suposto olhar altivo da vanguarda intelectualista dos anos 60 do século XX. Mas para aprender esse tipo de olhar vazado é preciso ter sido exposto a métodos generalizados para muito além dos círculos nova-iorquinos ou londrinos. Há também as simulações dos 80 e 90 na “cena alternativa” porto-alegrense, que, aliás, gera frutos até nossos dias, seja nas jaquetas, nos cabelos estrategicamente desarrumados e até nos dentes deliberadamente escurecidos (em geral, aqueles cujos dentes apodreceram de fato e os cabelos eram visivelmente mal lavados, já estão mortos. Cf.:

álbum de Júpiter Maçã, *A sétima efervescência*, 1997, gravadora Antídoto). O nosso blasé chega a ser um desafio constante em relação a objetos muito específicos. Abre-se os olhos, percorre-se o espaço seletivamente, e, se há vultos, ou seja, outros próximos que julgo comporem uma massa monotonamente in-formada, estes não deixam em seus rastros mais do que o estritamente fundamental para que se possam inscrever na frágil e quase intangível função da memória. Tornam-se *quanta* de memória. Uma mulher, uma criança, um negro. Vãos brumosos de um proceder tornado necessário. Toda e qualquer fisionomia será prontamente indexada sobre um fundo já significativo — ou já rostificado. Nada tem a ver com a moral e a Natureza dos Antigos, e o blasé não é um efeito da herança dos estoicos. Talvez seja tão simples quanto dizer que o excesso pós-Paleolítico nos obrigou a deixar como reserva essas regiões acinzentadas em forma de silhuetas, esses vazados cujas gravuras são os ditos fantasmas do dia, algo indiscutivelmente afeito a um existencialismo muito pueril. Eles tão somente completam filas de banco, salas de espera e a hora do *rush* nos metrô. Mas também é visível que não haveria uma miséria privilegiada e confessa, que seria um tipo de exercício lúdico entre imagens cinzas. Infantilidade pouco infantil (no sentido descrito por Corazza, 2004), que rasteja, esquiva-se do poder adulto ao fazer uso de seus efeitos adultizantes, buscando não ser importunado nem responsabilizado. Alguns utilizam tal procedimento de maneira interessada, às vezes, bela. Outros permanecem em um joguinho enfadonho e preguiçoso, aferrados que estão à *persona*, confortável lugar que se reinventa de quando em quando e surge em meio ao excesso gestual que inunda as cidades. Se os dândis tinham toda uma rede de signos suplementares (adjacentes) que os conduzia tanto aos salões da alta *intelligentsia*, quanto aos inferninhos boêmios, era obviamente às custas de uma altivez estudada. A zona cinzenta da velha pedinte na esquina era o

resguardo de uma transcendência que, goste-se ou não, possuía um viés poético. Mas nos forçamos a aventar outras alternativas quando na situação de uma hora do *rush*, ou nas ilhas de carregadores de celulares, dessas que são instaladas em aeroportos e estações rodoviárias. Não há tendência nenhuma que possa lembrar, salvo raras exceções, de algo poético e mesmo existencial. Isso nos leva às hipóteses: 1. Seja o tipo “alternativo” urbano, seja o distraído pelas imagens do telefone celular em um trem lotado, todos padecem sob o excesso insuportável dos rostos; 2. Fazer vingar qualquer sistema semiótico que dependa inteiramente do olhar é, no mínimo, uma tarefa difícil, e; 3. Diante da evidente situação de encurralamento do olhar, a altivez do blasé se configura como um anacronismo, ou seja, está-se condenado a não olhar, e qualquer sentimento de superioridade e desprezo, dadas as circunstâncias, é índice de uma profunda incompreensão do nosso tempo.

Pareceres 1, 2 e 3: Os autores parecem fazer uso de um estranho método de observação participante, fundado em uma tipologia do contato visual bastante criativa do ponto de vista argumentativo. Além de chamarem de matéria a conjuntos demasiado amplos de descrições, parecem confundir uma análise comportamental com registros semióticos frouxos e visivelmente carentes de rigor metodológico. Ao mesmo tempo em que sugerem uma zona específica da experiência comunicativa, fundados no deslocamento do valor informacional, eles parecem não perceber que o próprio autor evocado, Vilém Flusser (2014) erra ao atribuir uma constante da matéria informe. Quer dizer, eles afirmam a nova dinâmica do trabalho, através da escrita e do gesto, assim como a axiologia do encontro, mas esquecem que a posição liberal do mestre da oficina privada, cujo perfil é descrito e exortado em Flusser, ao invés de ignorar a república, faz desta sua oponente privativa. É nesse sentido

que a Modernidade se define pela dupla contradição observação x teoria e experimentação x teoria (Flusser, 2014) já que o observado é um valor ainda depreendido da república, e o experimento é o seu avesso, inconforme e parricida. Como seria, portanto, defensável uma ideia como a de livre mercado, totalmente virtualizada, desde a pequenez da atribuição de valor pelos sacerdotes, se é a própria república que se afirma, cada vez mais, como um domo matérico de indiferença, culminando no blasé pós-moderno? A ingenuidade do texto acaba por contradizer sua própria tese. O contato visual não garante nada, a experiência do olhar, não é nem boa nem má, mas é preciso saber lidar com esses saltos, os ditos *quanta* de memória, nem que seja em ilhas de carregadores de celular. Algum encontro deve ser possível, ou não? Sem contar que Flusser (2014) tem ainda uma obra intitulada *Gestos*, onde a realidade é afirmada como concretude, presença. Tipificados como lineares e circulares, os gestos comunicativos e os rituais são amplamente estudados. O gesto artístico é direcional, não “evanescente”. Há direcionalidade, e o desvio é traço cheio de significado científico e histórico. A proposta consiste em impostura intelectual, por isso, está rejeitada.

7.8

Resumo VIII: O tempo visado

A investigação proposta exige a invenção de um instrumento que a torne presente de fato. Instrumentos como o relógio, o barômetro, a régua, a balança, o termômetro, e suas respectivas unidades de medida, são conhecidos compõem outros instrumentos, eles medem a realidade. Precisamos de algo cujo objetivo não seja medir, nem aponte para uma realidade. Mas podemos, de bom gra-

do, fazer uma concessão às nossas recusas e agir como se efetuássemos medições, e como se houvesse uma realidade primeira a ser medida. Pensamos que a maneira mais adequada de colocar isso em prática seja inventar não o instrumento, nem as coisas objetivas sob seu foco, mas o mundo em que suas presenças sejam necessárias. Um congresso, pensamos. Este Congresso. O instrumento escolhido terá sua possibilidade de constituição mediante o aceite de nossa participação, quando da balbúrdia gestual que se anuncia. Como relógio e como bússola, observaremos o mesmo horizonte: o minuto — o gesto; a direção — o arco-narrador. Minuto não é o elemento, é sua condição. Direção não é a seta desde um enunciador, é a profusão de arcos desde muitos narradores. É preciso saber ver, assim como a criança que diz; *“Amanhã, eu vi meu pai”*. Ela logo se vê numa difícil situação de, apesar de tudo, segmentar em passado e futuro aqueles sentidos que pareciam, antes, ocorrências tão vivas, tão bem distribuídas em um presente inalienável, mas cujas manifestações parecem orbitar sistemas distantes.

Em nossa língua de sinais: 1. a marcação do presente: espaço neutro, logo em frente ao abdômen; 2. o futuro: mais a frente, apontamos para além do alcance do braço (e talvez o fato de que o colocamos um pouco mais acima, à altura da cabeça, em movimento ascendente desde o presente na região da barriga, seja mesmo um fator a ser considerado em pesquisas futuras); 3. o passado: atrás, nas costas, seja apontando com o dedo, seja inclinando todo o tronco ligeiramente para trás. É uma língua gestual, mas tais convenções são mesmo necessárias? Dessa primeira dúvida decorre outra, antagônica. É que o que entendemos por tempo parece, num primeiro lance, guardar uma diferenciação bastante clara e, possivelmente, necessária. Assim: A. Tempo cronológico: nós apontamos para o pulso, um charme gestual e icônico, uma saída, sutil e ligeira, de nossa signalidade. *“Que horas são?”*. Qualquer um entende. *“Cinco”*

— o ouvinte faz com a mãos aberta, feliz com a sua presteza. Bonito.

B. Tempo meteorológico: nós apontamos para cima, descrevemos o formato das nuvens, a escuridão do céu, o sol, os raios, a chuva, etc.

C. O tempo da duração: uma mão indica um começo, outra indica o fim. Às vezes apenas uma das mãos vem detrás da cabeça, em movimento lento, congruente à marcação da boca, que infla a bochecha e sopra conforme o movimento manual. Outras vezes o papel desempenhado pela mão é totalmente suplantado pelas expressões faciais e corporais, e imprimimos uma transformação radical das feições desde um início, até um fim. Outros arcos conceituais, sabemos bem, não se inscrevem em nenhuma região temporal, já que tendem a se incorporar em outros elementos do enunciado, imprimindo temporalidade.

A comparação com as línguas orais latinas não é de todo ruim. Dessas, vê-se a fusão do tempo cronológico e o do barômetro (Serres, 2013). Nas línguas germânicas, por exemplo, há a fusão do cronológico e do cíclico. O harmonioso e o burocrático, sob o mesmo significante que o caos existencial e a dificultosa objetificação duracional. Cada língua, portanto, resolve os problemas da transformação e da permanência segundo tendências específicas. Apesar de *weather* e *time*, *wetter* e *zeit*, entre outros, serem diferenciações riquíssimas, vejamos outros problemas.

Na língua de sinais, tome-se um corpo: chamaremos de sinalizador ao recorte estático que percorre um movimento dentro dos limites de um arco (também chamado de espaço de sinalização) que possui, por sua vez, elementos diversos. Sabemos também que os sinais são compostos de elementos diversos, segundo sua morfologia, traços distintivos, raízes fonológicas, etc. Naturezas diversas sob a luminosidade de um arco: a morada do sinalizador, às voltas com o alcançável, *zuhandenheit*. Agora, tome-se a coletividade que nos será oportunizada e todo o seu ruído gestual, que contorna ou é

magnetizado por certas ocorrências sintagmáticas, mas, mesmo assim, excedendo os arcos. Aquilo que é inalcançável ao braço é, não raro, rebatido por outros arcos e, embora permaneça nessa região cinzenta, manifesta-se, gravitando alguns sistemas já codificados na forma de resto gestual, ou rastro. Estamos no domínio de uma si(g)nalidade viva, feroz, nossa casa.

Em dança poderíamos ver uma planificação mais detalhada desse conceito, e, embora não estejamos nesse domínio, é amplamente sabido que o dançarino não é figura em equilíbrio, não constitui a atualização de um engajamento equânime das partes do corpo, não há relação de causalidade entre emoção e gesto, entre o corpo próprio e o do outro. A dança é um desacerto, um desequilíbrio no *continuum* pensamento-corpo. Além disso, é possível que o conjunto abstrato “perna” seja o resultado de uma composição paradoxal, de estáticas diversas e mesmo opostas. Olhe a imagem:

Figura 10: *Dancers in motion #14*



Fonte: Bill Wadman, disponível em:
<https://www.billwadman.com/fine-art-1/>

A imagem não representa um passo nem mesmo um movimento. Apesar de se chamar *Dancers in motion*, pouco importa, em realidade, o movimento. O mover do corpo é tão somente o mínimo necessário, um *panneau* de indicação sinalética, de um conjunto incapaz de re-presentar, a própria natureza disparatada de troncos em relação aos membros, das cabeças e das falanges. E quando a cabeça é captada em detalhe? O que daí poderia ser percebido como modificação pelo excesso de outros órgãos que não estejam orbitando essa zona, em dado momento?

No corpo sinalizador os excessos internos ao arco também se misturam entre si, e chocam-se, num plano (um arco total?) que inclui movimentos de outras zonas, de outros tempos. Esses liames são frequentemente confundidos com problemas fonológicos a serem descritos. As pesquisas em linguística das línguas de sinais tomam como parâmetro fonológico tanto o movimento como a expressão facial, e, desse construto, conceitua o sinal. Mas uma linha livre entre os arcos, e suas acumulações, que descrição irá sugerir? A artista Jolanta Lapiak (2007) trabalha com a ideia de fotocaligrafias (*photocaligraphy*²) do traço da ASL através da captação do *motion blur*, ou seja, do borrão produzido por uma sequência de imagens fotográficas de um texto, que, sendo aproveitado ao máximo, com o destaque do percurso manual da sinalização, difere significativamente do conceito linguístico de espaço neutro, ideia centrada no enunciador (Quadros, 2007).

De maneira que a proposta assume um viés coletivo, onde os enunciados não são entendidos como portadores de uma função relativa ao movimento, ao espaço e ao tempo, nem que a des-

2 Jolanta Lapiak, 2007 (photocaligraphy), disponível em: <https://www.lapiak.com/index.php?id=30>

criação de tais funções possa ser considerada neutra. O registro e análise de um sinal específico depende, como vem mostrando as pesquisas fonológicas, de um aparato conceitual e de ferramentas que não podem ser vistas como desprovidas de limitadores e pressupostos de concepção da linguagem. A câmera, a fotografia, as ferramentas como o ELAN (software de anotações de imagem e áudio para fins de produção de dados e de corpora, amplamente utilizado em pesquisas que tematizam o gesto e a língua de sinais, entre outros), seriam ainda muito enviesados em termos de realidades e tempos, movimentos e espaços.

Parecer da Comissão Logística: Como pretendem definir categorias de análise como variações de produção de sinais conforme idade, sexo, região, dialeto, etc.? E o mais importante, como vão detectar, nessas pretensas linhas de força, os sinalizadores nativos e não-nativos? Sabemos que isso é de fundamental importância para estabelecer padrões de legitimidade. Irão querer opinar na organização do evento, separando nativos e não-nativos?

7.9

Resumo IX

Jabberwocky: o corpo e o não-senso

Ao longo de quase trinta anos (1940 a 1967), Eric Malzkuhn lapidou a tradução de Jabberwocky para a *American Sign Language*. Segundo seu relato (Malzkuhn, 2017, disponível no *Youtube*), esta tradução foi sua marca por muito tempo e a ele pertencera todo o labor da incorporação daquilo que ele encontra em sua oficina, os animais da tradução, que vivem em seu porão. Tal oficina de estudos ele viu esvaziar-se, quando percebeu ser Joe Velez a

pessoa capaz de performar o poema de uma maneira que superava e muito as limitações que seu corpo, acometido das sequelas da pólio, impunha à personificação do texto de Carroll. *Jabberwocky era meu e dele, nunca mais apenas meu* — diz o tradutor, reconhecendo no corpo de Velez as habilidades que ele não possuía, num sentido de complementaridade.

Pensamos que a referida tradução (pode ser conferida em <https://youtu.be/p7BfCz4iqis>, a partir de 3'10", entre as duas partes do depoimento de Malzkuhn) implica em destaques a serem aprofundados quanto à natureza e potência da tradução poética em língua de sinais:

1

Toda a tradução exige e procura um corpo específico:

Como afirmou o tradutor, Jabberwocky “era meu e dele”. Não se tratava de mediação de uma informação, mas de escrita. O conteúdo em si tanto era de uma ordem diferente da comunicação que deixou em seu rastro, entre o primeiro tradutor e o segundo, a tendência de perseguição de um corpo, um corpo ideal, que fizesse jus ao desejo de traduzir algo problemático. Isso, todavia, poderia simplesmente não acontecer, nenhum corpo poderia ter sido encontrado. E não se trata exatamente de condições de possibilidade de que um texto encontre seu tradutor ideal ou tenha insucesso nessa busca. É possível que todas as condições sociais, culturais, históricas, econômicas, desejantes, sejam satisfeitas em relação a um texto original, e mesmo assim suas traduções não tomem forma. O segredo está na lei do original, anacrônica, anti-social, a-histórica, etc. Parece-nos, aliás, que as condições materiais, no caso da tradução para a *American Sign Language* do poema de Carroll eram muito esparsas e pouco contribuíram para sua emergência: uma língua diaspórica, falantes que se empenham

em construir à mão suas condições de agregação, quase nulos registros escritos e fílmicos de quaisquer poemas (a carência era ainda maior na década de sessenta, quando a tradução foi tornada pública pelas mãos de Joe Velez), etc. Mas é Jabberwocky, especificamente, que é muito evidentemente dado à traduzibilidade: sua natureza parece ser a exigência de uma tradução, ao menos uma. Em nossa singela hipótese, é a tradução de Malzkuhn e Velez que melhor expressa tal exigência.

2

Há traduções que realizam um texto em língua outra, há traduções que realizam a língua outra.

Discordamos da posição de que a tradução de certos textos confere um status mais sólido a certas línguas, ditas minoritárias. Muito antes o contrário: o fato de que certas obras exigem, na língua de chegada, cruzamentos que permaneceriam nela inacessíveis, é a prova de que há um curvar-se à fonte, pelo menos no sentido de constelar certos sentidos, mas reconhecemos que tais cruzamentos não se assemelham em nada, no caso dos textos scriptíveis (Corazza, 2008), às línguas de partida e de chegada. É outra língua que emerge, uma língua tradutória. No Jabberwocky de Malzkuhn e Velez há uma pequena variação da discordância anunciada acima, que irá, todavia, demarcar algo de inovador. No calor da emergência da língua de sinais no meio acadêmico norte-americano, os tradutores navegam na direção oposta à urgência da consagração das temáticas e descrições criteriosas da estrutura da língua. Eles tratam do não-senso em plena busca de afirmações estáveis a respeito da língua de sinais. A criação de um léxico que corresponda às palavras-valise do poema explora uma fonética ainda não descrita, utiliza de inversões sem lugar na língua de sinais, a postura do tradutor transcende o espaço previsto da sinalização cotidiana ao ponto de

dar as costas para a câmera. Uma construção que só poderia ser nomeada como um discurso *tão somente* poético, já que inventou uma outra língua de sinais.

3

O registro fílmico não garante absolutamente nada

O elemento cênico (da poesia-performance pública) é transposto ao vídeo segundo uma exigência semiótica (suposta exigência, já que o vídeo é claramente mais do que uma “superfície de registro”, mas também carrega suas possibilidades de invenção, de composição e de performatividade). Então há o fundo chapado, azul ou verde, há a centralidade do sinalizador na imagem, há a recorrência de uma métrica estritamente fundada no “quadro”, sinais claros, altura das mãos harmoniosa em relação à cabeça, ao tronco, postura geral de “apresentação”, aí é que eu considero que faria sentido aquilo que a análise linguística de Wright (2010) sobre a tradução do poema Jaberwocky, que é quando a pesquisadora fala em um “discurso poético”. É, obviamente, uma tendência que guarda sua importância, seu valor acadêmico e político, inquestionável, mas cuja composição prefere se ater a categorias já consagradas, noções esquemáticas do “texto”, como se cada sinal equivalesse a cada palavra que um escritor registra no papel. A tela como suposta folha em branco, que o sinalizador encheria de sinais.

A partir dos destaques acima, a proposta é no sentido de promover oficinas de escrita, que tomarão como disparador este poema especificamente, e, futuramente, outros a serem selecionados pelos próprios participantes. Já há um sinal para o termo escrita, assim como uma equipe de tradutores que se disponibiliza em realizar as reuniões, as projeções do poema, o estudo detalhado da performance, etc.

Parecer 1: Gesto e ritmo podem ser vistos como equivalentes? Nisso, a poesia em língua de sinais e a épica seriam gêneros irmãos,

separados pelos séculos? Parece estar sendo sugerido que há semelhança quanto à concepção. Oral, performance, pública — condições que na épica parecem se perder ou serem obstruídas pela distância temporal, mas que são recuperados. “Registros entextualizados” da épica grega nos fizeram reescrever tais textos? Eles eram essencialmente *mousiké* (música). Havia uma coreografia também, relevante para esses contextos de apresentação de poesias, mas que se perdeu pela falta de uma notação coreográfica específica que não foi subsumida pelo registro escrito. Negado. Não entendemos como as notações da dança e a escrita de sinais foram deixados de lado. Se estão aí, disponíveis, porque não os citar? Preguiça? Ou pura pretensão?

Parecer 2: Onde está a escrita da língua de sinais? Ora, sabemos que os sinais nunca poderiam ser recuperados em uma escrita linear, como a da língua portuguesa! Negado.

Parecer 3: Parece que os autores querem postular uma nova metafísica da tradução. Negado.

7.10

Resumo X:

Espaço - Neutro - Sonho

A noção espacial nos engana por sua aura filosófica. Espaço, e neutro, fazem menção à reminiscência dos antigos, e quando se diz de sua junção, espaço neutro, a situação se agrava, dando quase como certo o caminho do mero erro. Diz-se do espaço em frente ao sinalizador, totalizando um quadro que dista alguns centímetros para além do tronco, para os dois lados, e também acima da cabeça, não mais do que uns 5 dedos assim como abaixo da cintura. O arco consiste na exata medida da abertura dos braços, sendo que a zona central, em frente ao peito, tende a ser mais co-

medida, e os sinais se recolhem, pois é aí que geralmente se instala um outro corpo e, por consequência, um outro espaço, também dito neutro.

Os linguistas chamam assim essa zona pois afirmam que é aí que há a entrada linguística, do movimento. Reorganizar esse espaço ficaria então a cargo da morfologia e da sintaxe, assim como outros encargos são distribuídos conforme as zonas se repetem e os elementos se diferenciam. Trata-se, visivelmente, de um conceito pragmático, dado à consciência, afeito a uma mobilidade de conjunto, civilizada. A neutralidade do espaço, supomos, deveria estar restrita a uma distância sutil, para que possa ser considerada efetivamente neutra. Diremos que é ligeiramente anterior ao primeiro frame. Um respiro. Antes do gesto. Muito antes do sinal. Em pleno campo vibratório do espírito.

Tentamos dezenas de vezes e falhamos. Filmamos um sinal com equipamento de alto poder de captação. Dividimos um quadro, o recortamos em zonas de movimentação. No sinal de *cadeira*, por exemplo, a cabeça e as mãos definem duas zonas distintas, ao menos nos primeiros frames. Mas o neutro não foi detectado em nenhum momento, apesar de ser sugerido pela diferença de tónus de engajamento entre mãos, que realizam o depictivo do objeto, e a cabeça, que afirma e ajuda a demarcar a classe de substantivo ao sinal.

Assim, desconfiamos de um neutro-intervalar. E do espaço neutro, contrapomos uma outra noção, de arco codificado, mais apropriada para os objetos que aí se pretende postular. E se a segunda noção postula objetos, a primeira não se permite fazê-lo, pois só enxerga relações. Ingênuo, este outro neutro, da sutileza pré-sintática, é um segundo olhar, um sobretraçado, arabesco, linha livre, distância de Planck; é constrangimento da seriedade analítica, sob a qual guardamos nossas preocupações até hoje, desde nossa última dispersão.

Não negaremos, contudo, os aportes que a linguística nos oferece. Diríamos mesmo que os narcóticos que a ciência, a religião, a civilidade, e todas as versões da noção de cultura, nos ofereceram para que pudéssemos chegar até aqui, são ainda necessários em certa medida. Assim, para fins de exposição metodológica, resumiremos sob o nome de realismo a esse fio de temperança que se estende sobre o caos, e à tensão de seu estiramento, à vibração da dúvida, chamaremos devaneio. Por fim, o que a metodologia entende como sonho é a linha livre que por vezes perpassa zonas da realidade. Nisso, sobre o fio da consciência de si e de Deus, o realismo mesmo, o sonho faz vibrar de maneira irregular, imprevista, aquilo que se busca selecionar como o impossível, o erro, o nada. Resumindo, a forma gestual pode até ser capturada aqui e ali, mas ela não poderá conduzir uma aproximação ao neutro. O que é afirmado a título de condução do estudo é a possibilidade de criação de um laboratório bastante simples, a máquina visual-gestual. Esta se define em uma relação íntima entre o tradutor e o olho da câmera.

Aquilo que se faz sozinho é um trabalho coletivo. Na língua, na indústria e na natureza encontramos este tipo de maquinação a todo o tempo, desde simbioses herbáceas até a gramática. Trata-se de fazer derivar mais um conjunto heterogêneo: se os poetas criam seus modos de conexão e fuga entre língua, indústria e natureza, e puderam fazer do olho leitor em frente ao papel um binômio que funciona segundo as conexões que estabelece ou recorta, o olho da câmera e o corpo devem consistir em uma tentativa interessante.

Ao sistema corpo-olho da câmera não se faz derivar uma posterior avaliação, nem do tradutor nem de um eventual espectador. Antes se trata de fazer passar aí os códigos linguísticos, como uma abertura a um terceiro olho, isolamento dos detalhes, iluminação do que é propriamente gestual e não o sinal. Na verdade, tanto “olho-da-câmera + corpo-do-tradutor” quanto “encontro de sinali-

zadores” constituem coletividades que deverão, na pesquisa, fazer passar um no outro os seus códigos, as suas imagens, e esse procedimento é, finalmente, aquilo que entendemos como Sonho.

Palavras-chave: Espaço. Neutro. Sonho.

Parecer da Comissão Científica: O autor parece não dar atenção ao disposto nas Normas de Submissão. Lá está recomendado que se evitem as alusões. O texto apresentado é, evidentemente, uma constante alusão às obras de Gilles Deleuze sobre o cinema. Porque não revelar, nem que seja minimamente, os percursos teóricos? O título é exatamente igual às palavras-chave, o que agrava os problemas de definição do problema central. Por esse motivo, a proposta não está apta sequer para a avaliação dos pareceristas do Congresso.

7.11

Resumo XI:

A culpa

A presente proposta se inscreve em um campo muito geral do conhecimento: a dúvida. Propor uma discussão que gira em torno da dúvida deve, temos ainda a capacidade de discernir, perpassar algum outro problema, caso se queira desenvolver uma argumentação com o mínimo rigor. Apesar do constrangimento inicial que possa suscitar, afirmo: o medo. É o medo, esse sentimento tão afeito à borda da razão, que se insinua sobre meu problema de fundo.

O problema. Fruto de uma impressão, iluminação, epifania, exaltação de percepções pouco científicas. Eu, que já habitei o topo desta torre, descí suas alturas ao ser seduzido por pirilampos e ares venenosos. Resume-se assim — *estaríamos nós alimentando*

um erro, forçando um jogo tão somente possível, quando atribuímos a nós, sinalizadores, uma educação, uma pedagogia, uma epistemologia e mesmo uma literatura? A dúvida: a minha, expressão da vontade de fuga destes domínios, uma vontade de chance, de que a partir de outros deslocamentos a vida volte a nos sorrir mesmo que em nossas clausuras preparadas. O medo: o nosso, supondo que escrevemos e protocolamos trabalhos desses buscadores de celas, contingente ainda muito plural aos qual mal sabemos nos dirigir. É tudo isso um medo de nada, de uma compensação e de uma culpa, é isso que nos autoriza essa horrenda atitude paternal? A comissão há de concordar que esta é uma pergunta legítima!

A justificativa. Um apelo ao trabalho fundado no desejo. Caso estejamos certos, e nossa dívida para com eles deva ser apurada, é em razão de um medo nosso que se espraia e invade todo o nosso labor. O messianismo e a culpa. Já não tivemos exemplos suficientes dos desastres que isso já desencadeou? Em nome de uma salvação que fora interdita a outrem, que não puderam escutar os ecos da criação, queremos fazer triunfar uma palavra, fazer render essa palavra, fazer falar aquilo que permaneceu no silêncio. Revestida de outros significantes, a salvação se escamoteia em quais recantos? Porém, caso estejamos errados, e o medo consista em pura angústia solitária, horror ao nada, então nós, anjos caídos, cuja palavra não foi capaz de suturar a morte, estaríamos inventando apenas mais um lance de um jogo de armas (Bataille, 2017). Adiantar, fazer indústria, acelerar — uma reminiscência. Tratar-se-ia de nós satisfeitos, e não deles salvos.

Os objetivos. Primeiro, para inverter as posições. Não se trata deles, os segregados e alheios à palavra, a serem sanados de sua carência. É a minha angústia, persistente, que condiciona o luxo da dúvida. E nisso, àquele que vive a alegria da solidão real (Bataille, 2017), eu condicionei tão somente o inteligível de blocos vocais. Mas o objetivo seria, em segundo lugar, descobrir o caminho do di-

laceramento da voz, ou seja, a mais sublime felicidade. Por fim, após inverter as posições e reverter o abismo religioso em superfície orgiaca, quero converter em mim mesmo a alma do sacrifício no amor incondicional às forças do universo.

Conceito. Matéria — sopa cósmica que não admite a substância *alma*. Oposta à estabilidade, é somente afeita às forças diferenciais. O erotismo do convencimento nefasto. O corpo, a morte, o demônio.

Método. Bastaria dizer que eu amo, incansavelmente. A mudança é de vetor. Eu transladava abismos para que outros nele caíssem. Agora, aposso-me das forças desse abismo e faço com que suas lufadas fétidas penetrem nas casas. Sem tradução. Apenas riso.

Procedimentos. Rir.

Resultados. Alguns amores. Deles, uma recorrência a salientar, cuja descrição daria estofo à investigação. São ladrões, invertidos e loucos. E se comunicam telepaticamente. Gente cujos lanhos profundos do desejo foram capazes de vencer os pastores. O medo agora se transmuta em outra dúvida. Serei eu capaz de conciliar as orgias e os congressos? Esta é, enfim, uma pesquisa alegre.

Parecer 1: Negado.

Parecer 2: X

Parecer 3: Negado.

7.12

Resumo XII: Leviandade

Oh! Que fazer, que fazer? Em sua ingênua e cíclica ironia, as cambalhotas da história se anunciam aos tolos, e todo dogma ressurge às margens da cidade. É que demora certo tempo para que

os jovens desanimem — mas, aí está! Nas barrigas das putas, nos salões esfumaçados e ébrios, nos bolores charmosos dos velhos teatros e nas cantigas roucas das esquinas, liberdade prometida não por palavras, mas numa espécie de fé invertida, abusada, pretensiosa. Eis que não. E do grito se fez ciranda. Um cemitério de flores opacas, ajuntadas aos mortos, templo de rituais mornos e onde pequenas borboletas devoram umas às outras. Assumimos o posto de cima, atril de leituras dóceis e escritas fabris, câmaras dos resmungos iluminados. E quem se atreverá a dizer não, quando, dito o sim, é o lento disparo que se assume, a rasgar o pesado vento e afundar o osso frontal, expondo a carne esponjosa, já sem sangue, e as cavidades oculares, já arrancados os olhos? A afirmação, sangrenta, nos entra pela janela. Lenta, a morte se deixa esquivar, ao custo de nos termos limitado ao amor leviano e boçal a pessoas que (caso sejamos honestos) para nós não representam nada, não são ninguém! Amor dirigido aos “antigos”, esses turvos, ao longe, como se, em nossa arenosa ilusão, fosse a nós que tivessem entregue suas fórmulas e para nós houvessem projetado seus futuros. Nada. Nada a fazer, portanto.

Parecer emitido pela Coordenação: Você NUNCA irá escrever um *best-seller*. Você não é um poeta. Desista.



8

FANTASIA DE ARTIGO

I

Eu queria ser levado a sério ao menos uma vez. Complicado. Os desafetos estão lá, abancados, vivendo seu furor comunitário, a celebrar não sei bem o que, em torno de seus cafés servidos em xícaras mal lavadas. Se eu pudesse ao menos saber seus nomes... saber a quem escrever. Mas me vejo assim, obrigado a escrever para ninguém. E talvez o melhor seja mesmo ignorar quem exatamente irá avaliar os textos. Bem sei que o parecer final, comunicando a aceitação ou não do meu artigo, não deixará dúvidas sobre mais ou menos de quem se trata. As assinaturas, mesmo não sendo nominais, protegidos são da prova pública, mas dificilmente conseguiriam se esquivar de um olhar mais astuto. Há uma sintaxe compartilhada entre eles, mas aqui e ali seus vícios denunciam uma que outra individualidade. Ah, as afetações... Talvez inebriados pelo papel de destaque que desempenham agora, essa farsa repetida a cada vez com um charme ainda mais desencantado, talvez seja isso. Ou algo há no preparo de seus cafés e acepipes que transforma em vício o que é exatamente a parte mais tediosa de toda essa vida que escolheram - e que eu ainda reluto em seguir seus passos por conta disso. Seja a reunião, as pré-reuniões, as comissões, etc., tudo muito desgastante. E há as xícaras de café ensebadas, para completar minha desilusão com toda essa montagem pretensamente necessária.

Mas não posso ser injusto. Eles sabem o que fazem. Dentro desses limites herdados e as cadeiras velhas, espanadas com os mesmos dedos que seguram as comidas, há algo de legitimamente criado e até mesmo belo. O tom, as pequenas conversas, as prontas diligências sobre frases que não querem dizer absolutamente nada mas rendem tardes inteiras de colóquios, isso é de certa maneira admirável. Essa mostraçõ requer, sem dúvida, muitos anos de treinamento e abnegação. A santidade do pensar. O mais interessante é o mais recluso. As horas de reclusão como ascese, toda uma dietética intelectual que tem como fim o avesso de um longo processo. Ou melhor, a sala, a reunião e o colóquio é que têm como avesso toda a malha da dúvida, do erro, da insegurança, que, mesmo sendo luxos e fulgores que a nós somente é possível entrever a partir de uma cloaca, através das frestas de uma sintaxe intelectual, da obstinação pelo gênio e pelos aplausos finais, ainda assim há um deleite e um certo *glamour*. É verdade, esses homens e mulheres merecem estar onde estão.

De minha parte, venho tentando emular tais gestos, embora não os possa ver. Mais fácil seria os espionar em sua solidão. De qualquer forma, alguns efeitos parecem ganhar ressonância nos poucos encontros em que estive presente. E digo isso sem nenhum orgulho, uma vez que a rejeição à minha presença é mais frequente do que os aplausos. Entendo a aura pedagógica disso. Não somente para que eu aprenda a decodificar a sintaxe em jogo, mas a sincera contemplação do seu funcionamento. Assim, temos: as marcas de gênero presentes ou não; as estruturas frasais tornadas clichê, já que não somente palavras são amalgamadas na musculatura argumentativa dos textos e das vozes reais; as pontuações e formatações, e assim vai... As saudações laudatórias são um espetáculo à parte, e aí se compreende que a esquiva ao nome é quase impossível, e se guardo uma admiração por Stendhal, Pessoa e mesmo George Sand, não deixo de me sentir constrangido por declarar minha

preferência. Pior ainda é quando se vê aquele tipo de congresso que homenageia algum desses escritores. Mas isso é fruto de impressões ligeiras, sem tanto teor moralista.

É que, ao ler alguns dos nossos próprios modelos intelectuais, essa impressão se desdobra, e parece que esses grandes fantasmas que expuseram problemas como esse, o do nome, em sua maestria (aqui, sim, laudatoriamente), fica cada vez mais claro para mim que devemos aprender a perseguir os giros desse problema. Nomes, como signos, são também manipuláveis. Como qualquer matéria que se manipule, outras formas são impressas em seus contornos. Mas aí é que está, formas! — e aqui eu creio já ser possível alargar minhas pretensões — mas, também a deformação da ideia, sob a forma. Uma substância já sem origem certa, sem plano, por mais controverso que pareça, estritamente substancial. Num sentido estruturalista, a substância ficou colada a um platô que coordenava palavra e conceito, som e conceito, entre a ideia e o aparelho fonador humano, para ser mais preciso. Mas a reiteração de tudo isso acabou por amolecer o que se tinha por filosoficamente sacro. Tudo se mistura, se confunde. O que nos resta à sombra disso, sabendo que os próprios linguistas já desconfiavam desse caldo fervente, a imagética da linguagem, que somente foi resfriada em função de acordos muito parciais?

O próprio Saussure (*apud* Starobinski, 1971) teve seus embates nesse sentido. Era disso mesmo que ele estava tratando, aliás. E assim como esses, que irão avaliar meu artigo, Saussure era professor, e seu nome, hoje anunciado em capas de livros e títulos de disciplinas acadêmicas, também assinou suas dúvidas, quando em anotações, assim como suas hesitações, declaradas em cartas e conversas privadas. É por isso que ele é um expoente glorioso (adjetivo que serve como um indulto cínico ao autor e a nós mesmos, que nos vemos obrigados, no fim das contas, a escolher um nome,

uma “cloaca”). E se ele funciona aqui como ilustração, se o condeno dessa maneira ao estatuto de exemplo, talvez não seja suficiente a comparação com os escritores de múltiplas vozes. Talvez seja preciso anunciar Ferdinand de Saussure como um oficineiro autêntico do problema da nomeação, não tanto por seus postulados teóricos, mas pelo problema didático que ele evocou quando das formulações por ele assinadas.

E essa será, portanto, a malha que deverei mostrar... omitindo. Esse é o caminho da glória e é a língua que deverei aprender, caso deseje ser aceito no tal congresso. Assim como Saussure, precisarei fazer do conjunto, uma síntese, mesmo que isso me custe até o sangue. Só terei sucesso assim.

Eu não posso, por outro lado, deixar de registrar meu avesso. Caso um dia eu tenha a fibra suficiente para escrever um romance filosófico ou algo do tipo, eu presto contas com a dignidade do estilo e da beleza, quiçá liberto desses compromissos tediosos que ainda insisto em assinar. Até lá, mostro o peito e aceito o ataque, e a cada morte que eu viver (já vivi outras tantas), eu me recuperarei escrevendo, ainda que o corpo penas aponte o inescrivível. O artigo é a morte, todo o resto é vida espiritual, convalescência e solidão. Enfim, uma ideia para o título, o resumo e as palavras-chave:

O horror à escrita

Resumo

O artigo trata do conceito de signo como um problema tradutório e didático. O que inspira o texto são algumas passagens da obra de Ferdinand de Saussure em que se percebe certa relação agonística entre a docência, as anotações pessoais e os próprios conceitos resultantes das investigações do linguista. Porém, ao evitar o gesto hermenêutico de contrapor posições teóricas, prefere-se buscar as

multiplicidades do signo como devir. Nessa perspectiva, entende-se que a linguística lança mão de constantes, binarismos e equivalências que ganham o contorno do dogmático na ideia de signo como significante de um significado. A partir da leitura de Deleuze e Guattari (1995a) sobre a linguística, foi possível aproximar a noção de signo da concepção imanentista de Louis Hjelmslev (1978). Conclui-se que o professor-tradutor é o dançarino das funções da linguagem, e, em sua atividade, transcria o dogma e subverte a universalização de funções da linguagem.

Palavras-chave: Signo. Ferdinand de Saussure. Linguística. Diferença. Tradução.

II

As normas de envio exigem: introduza o assunto, diga de onde está partindo, escolha um tipo de funcionamento dos elementos selecionados, exponha o critério dessa seleção e faça com que tudo se movimente, em conjunto, até o final da exposição. É dessa maneira que eu entendo, e ao menos neste momento qualquer nuance me parece dispensável. O problema maior é com certeza devido à minha pouca experiência, quer seja, o de admitir os axiomas e fazê-los funcionar em outro lugar. Mas há ainda um problema específico deste congresso, já que ali costuma ser um encontro pautado na humildade. É que, segundo os meus interlocutores invisíveis, o proponente de mesa, ou o autor do artigo, deve ter como premissa o fato de que na verdade, caso condicionemos nosso pensar a uma síntese provisória de um arco muito maior e incontornável, de uma energia cósmica que somente temos acesso enquanto assombro, deveremos então ser *mais* humildes. Seja lá o que isso possa significar. A humildade vai além do tolerável, uma vez que, de qualquer

maneira esta síntese possui um valor intelectual cuja retaguarda é colada à consternação daqueles mestres intangíveis, e que somos operadores à sombra daquilo que eles produziram enquanto dobra de pensamento. Ou seja, fazemos da humildade deles, quando afirmaram a impossibilidade ou a raridade da nomeação, a nossa própria humildade. Há claramente uma impostura aí.

Ao tentar imitar a ordem da ossatura estabelecida (nos movemos entre esqueletos e os enxertamos de todo o resto, tétrico!), finjo não haver o problema cronológico do pensar. Parti do resumo como se este fosse o início. O título ainda seria muito extenso, e antes ainda de uma palavra que sintetizasse todo o conjunto, deveria haver um grunhido mais profundo que expressasse a inclinação, a impossível coisa própria, mais imanente, da empreitada. Então começo a desenvolver a condenação. Quando Stendhal (2002), por exemplo, citando Gabriel Malagrida, diz que as palavras servem para esconder o pensamento, o sentido de avesso do texto ganha justificação.

Em uma introdução seria mais adequado falar em matéria. Nem matéria fônica e nem gestual, é isso que me tira o sono e joga novamente à necessária humildade. O mais preciso seria afirmar uma espécie de vibração mais profunda, como hífen entre signos visuais, auditivos, táteis (além dos signos sobrenaturais!). Aquilo a que chamo de ossatura, conceitual, seja de um artigo ou uma tese, não requereria, assim, prova discursiva. Não se trata de um arrolamento dos movimentos esboçados ao longo das frases. Tampouco se poderia deixar transparecer um sentido de síntese, já que os movimentos não são anteriores nem posteriores à escrita, quer se admita ou não.

O artigo seria melhor descrito, topologizado ou desenhado como o mapa de um arquipélago perdido, um conjunto de ilhas relativamente jovens, ainda sem a precisão da escala cartográfica. Como mapa, o conjunto só funciona se a partir dele forem traçados novos mapas, detalhamentos, relações entre paragens, rotas per-

corridas, etc. Aquilo que entendo como conceito, ou ossatura, não são os elementos mapeados, mas as novidades possíveis segundo o traçado. Logo, uma vida outra: Ferdinand de Saussure. Colo a esse decalque mais uma generalização espúria. A palavra estruturalismo como aura anuviada de impacto e compromisso imediato com o perigo de uma noite, e o medo das feras que nela se perdem. Não se sabe do que se fala exatamente. Mesmo assim:

Introdução

Segundo o exposto por Ferdinand de Saussure (2012) em notas presentes na obra Cours de Linguistique Générale, assim como na tradição estruturalista, é preciso resolver o problema da diferença entre significante e significado, e fazer, dessa maneira, da Semiologia, uma ciência. Porém, o caminho escolhido no presente artigo, ao invés de consistir em uma busca teórica de como abordar o problema do signo, é o de analisar alguns efeitos da concepção do significante como entidade presente e em relações funcionais que atravessam os regimes de signos. Assim, parte-se da ideia de que a diferença não seria algo a resolver. Quando dizemos que a diferença não é passível de solução, é porque, para além da distinção entre língua e parole, entre a cultura e o falante individual, entre competência e desempenho, etc., há a necessidade de hifenizar tais binômios, e, nisso, abrir um campo impessoal, uma terceira pessoa que se anuncia sem se apresentar, um “diz-se” relativo à linguagem. Não a perda da voz, mas a conquista do murmúrio, o impessoal é uma vida que sobe à superfície, desponta no encontro, explica-se em processos tradutórios, define-se por lados, dilatado na pragmática.

Como um gesto sedutor, um tipo de secundidade que expõe movimentos muito primitivos, os de uma exigência sensório-motora em plena fabulação de um conjunto que é, de partida, escas-

so, mirrado, assim como a geografia de cada ilhota a salpicar uma imensa porção de oceano. Não se tratando de sutileza nem humildade, é preciso lembrar que o sentido de representação, de contorno de uma porção de espaço-tempo, eficaz e duradoura é, todavia, propriedade alheia. Não é essa a minha fantasia. Nem mesmo teria fôlego para tanto e a modéstia, salvo em algumas situações, não tem relação direta com tal procedimento. Em resumo: não é isso que move as minhas ambições.

É chegado o momento das decepções e dos silenciamentos. É preciso não se demorar nas borlas e nos forros, e efetivamente arrastar a cortina e se entregar ao encontro. Sim, a condenação das palavras é também a possibilidade risonha de dizer *nós*. Em seu mundo fechado, inventa seus próprios animais e sua própria terra. É desta metafísica que herdamos os poderes que são, do lado de fora desta redoma, postos à prova e geralmente subjugados pelo infinito Não. É em razão desta tão frágil repetição em conjunto que podemos alçar uma morte um pouco mais digna, com alguma herança, algum trabalho manual que possa experimentar um ou dois níveis da fundura do caos. Em cada nível, a redenção de uma alma aprisionada, a cada semântica, menos uma semântica. Quiséramos *nós* poder afundar alguns centímetros. Mas, para isso, precisamos inventar e supor o funcionamento de algum mundo, não é mesmo? Daí a cortina a revelar um outro lado que é o mesmo. A pura cena, em ato. *Fiat lux*:

A diferença, neste campo sem sujeito, que somente conhece a terceira pessoa, não pode ser igualada ao motor de um sistema linguístico. O sistema de diferenças do estruturalismo linguístico nos deixa como legado a diferença entre significante e significado, mas também faz das suas relações funcionais um sistema de redundâncias. Explica-se: arbitrária é a relação entre as dimensões do signo

linguístico, mas é, por isso mesmo, necessária no sistema considerado, não somente do ponto de vista semântico, mas também nas distinções entre sistemas que precisam definir novas constantes. Logo, no sentido de uma pragmática, ao modo de Deleuze e Guattari (2011), não se tem como premissa a língua e seus sistemas de diferenças, mas regimes de signos que só podem ser alcançados na escuta de um pessoal da linguagem, um murmúrio que se atualiza no “uso dessas constantes [da língua] em função das variáveis interiores à própria enunciação (as variáveis de expressão, os atos imanentes ou transformações incorpóreas)” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 27).

A título de exemplificação, mal e mal sou capaz de acompanhar o que diz Merleau-Ponty (2004) sobre a pintura, quanto ao olhar do artista que projeta o visível como fascinação. O artista que se transformou em olho. É possível que em virtude de incompetência, ou pura preguiça de vasculhar essas zonas, não sou capaz de me inspirar em tais artistas. Mesmo que os ame intensamente. E creio, outrossim, que o gesto do capitão em *A ronda noturna*, de Rembrandt, e sua projeção de dois aspectos impossíveis (segundo Merleau-Ponty ele aponta em nossa direção ao passo que a sombra da mão deita em silhueta sobre o abdômen da figura ao lado) nos mostre algo a ser repetido como projeto. Muito antes, é preferível que o incômodo frente a este poder da imagem seja desenvolvido em outras zonas, segundo outros critérios.

Aquilo que aparece (e que equivale à solidão de cada frase do artigo segundo esse outro avesso, como aquilo que fui capaz de demonstrar — e *nada além disso*) deve ainda ser a narrativa de um incômodo multiplicado por estas grandezas de escala cósmica. Muito pouco nos restou, diriam os mais pessimistas. Pensando bem, depois de Homero, Shakespeare e Mallarmé, o que fazer senão calar? De qualquer maneira, a liberação de fantasmas, sejam

aqueles liberados pelos modernos, por meio de notas surdas, em aparente oposição ao espírito-olho do Barroco (apesar da meia cegueira de Rembrandt), seja no pavor que nos aflige ao ler as grandes epopeias, e mesmo na “obra” (afirmo as aspas — um chilique, uma vulgaridade adolescente, momentânea) de um filósofo que nos apaixonou e atormenta, nos faz recorrer a outras coisas, além de pinéis e canetas. É a fratura, a frac-tura como grito dolorífero, o multiverso dos deuses esquecidos, das sobras e das sombras. Este é o sentido de empregado para a noção de matéria.

Ou seja, o que acontece quando, para além da devoção no signo presentificado como cópia de um modelo estrutural, há o movimento de transformação entre o sentido teórico atribuído aos signos e o conjunto simbólico partilhado, traduzido enquanto entidade legível e de estruturalidade ao menos prevista? A pergunta rapidamente se mostra insatisfatória, não por ser irrelevante, mas por conta de um pavor que assola o professor Saussure, fazendo-o expressar sua inquietude: “sinto um horror doentio pela pena” (apud Starobinski, 1971, p. 13). Seu temor não era somente o de não ser compreendido pelos jovens que frequentaram seus cursos, mas sim de que a insuficiência das suas explicações fosse tomada como um convite à totalidade, rumo a teorias mais objetivas e esclarecidas que o futuro nos reservaria. O que fica evidente na consternação intelectual e na justa afirmação do mestre quando diz que, na linguística, “[...] não existe um só termo nesta ciência que tenha sido fundado sobre uma ideia clara [...]” (p. 13), é que há, em realidade, uma mensagem que deve ser colocada à prova nos limites de uma ciência da linguagem: a de que é preciso traçar a imagem para compreender sua insuficiência. Entende-se que este traçado somente pode ocorrer de maneira tradutória em um espaço que não é credor da realidade nem da imaginação, mas consiste em uma matéria que erra no paralelo entre

fantasia e ciência. O espaço da pragmática seria o mesmo espaço de um estruturalismo descrito por Deleuze (1974) como puro spatium, como espaço topológico, heterogêneo e em devir constante. O que é arbitrário no signo não é o fato de este significante não ser necessário em relação a tal significado, o arbitrário do signo é muito mais uma maneira de demonstrar como esta ou aquela necessidade imanente ao sistema da língua, de fato, transforma-se. Sendo assim, é pela via tradutória — lembrando a tipologia de Jakobson (1995): intralinguística, interlinguística e intersemiótica — que o presente artigo concebe o signo em Saussure e as possibilidades didáticas nela contida.

Saussure dá continuidade a um processo conhecido como virada linguística, cuja viragem ocorre gradativamente desde o século XIX, tanto como oposição ao idealismo kantiano e hegeliano como ao naturalismo e o psicologismo. Em Saussure fica evidente que a direção das premissas de seu estruturalismo, fundado na dicotomia língua/discurso, não podem mais suportar ir em frente com este e outros pares opostos que povoam seu pensamento. Levando em consideração que a linguagem ideal dos analíticos requer um código não disponível enquanto símbolo, lembrando ainda o próprio desenrolar da virada desde Humboldt até os contemporâneos, o ministrante do Cours... cria armadilhas para seu próprio discurso, recua, hesita, chegando ao cúmulo de declarar seu horror à escrita.

Poderei ir tão longe? Seria aceitável? Ó céus, será que eu passei da conta? O que seria simples ornamento, em outras situações, é aqui trazido ao centro do palco. Sei que posso ser interpretado como um mero fofoqueiro, muito embora a fofoca tenha lá seu valor... Derrocada do ídolo, humanização do gênio, uma baderna. Mas se Saussure é deslocado dessa forma, sendo lido como um homem agonizante, entre aulas, cartas e livros, é porque de certa maneira ele próprio previu que seu legado seria também passível

dessa leitura. Esse hífen de realidade. Operar aí, nessa estereografia. Sei que outros o fizeram sob outras alcunhas. Mas aqui, nesse meu impasse, parece valer o risco.

A dificuldade, que pode ser até mesmo interpretada como uma pretensão infantil, é tratar desse conjunto disperso de símbolos, sobre os quais tenho uma vaga impressão, colonizada e carente de outros símbolos adjacentes, como se fosse uma figura. E ainda além, convencer os avaliadores de que sou um legítimo catalisador de tais redes simbólicas. Eu possivelmente teria menos problemas caso tivesse anunciado no resumo que se tratava de um levantamento mais profícuo, declarando que os arquivos investigados eram originais e que o artigo trata de uma pesquisa diacrônica que envolveu ao menos uma dezena de investigadores. Talvez por isso eu esteja escolhendo o plural. O *nós*, essa chave declarativa de aceitação do congresso, acima de tudo. Na incapacidade de inventar um *eu* crível, um *nós* que ao menos dê conta do recado por alguns instantes, sem constrangimento de fazer o que outros já fizeram mas igualmente sem timidez em relação ao próprio desejo. Não o desejo de outro reencenado e sim o meu próprio desejo relativo à herança de outros (segundo Adorno [2003], *superinterpretações*), outros — no plural. E seja o que tiver que ser.

É que o tal hífen, essa realidade-texto que já não entendemos muito bem como adentrar, não nos exige que tomemos os mesmos instrumentos que foram manuseados pelos artistas (ao menos eu não me sinto convocado a isso), sejam pincéis, máquinas de escrever ou “coisas”, tanto faz. E mesmo que tenhamos acesso a tais ferramentas, eu não conseguiria fazer com que funcionassem de maneira *eficaz* (segundo a terminologia de Merleau-Ponty). Aquilo que aparece, que vem à luz, fenômeno e, como conjunto, corpo pixelado (e não importa o cuidado que se tenha na resolução da imagem), é, para o desgosto de muitos, a convocação mais frequente. Vive-se disso.

Aquilo que está ao alcance é a frase. É através dela que eu poderia ousar um pouco, ao menos. Claro que existem os mestres da frase, que fazem do conjunto da obra um emaranhado que ganha respiro e razão no espaço de cada sentença. Longe de mim afirmar que a frase é um tipo de traçado de simples execução, mas somente aí estou autorizado a me mover, pelo menos por hora. Ainda me é turva a visão do livro, da tese, e mesmo do artigo. Então é na frase que instalo a maior parte daquilo a que se pode chamar de conotação. Fulano disse..., segundo o autor..., fórmulas próprias de alguém que não faz a menor ideia do que está falando. Seja, portanto, o caso de retomar a pergunta anterior, que pretende disparar séries dentro do texto a ser proposto:

Ou seja, o que acontece quando, para além da devoção ao signo presentificado, como cópia de um modelo estrutural, há o movimento de transformação entre o sentido teórico atribuído aos signos e o conjunto simbólico partilhado, traduzido enquanto entidade legível e de estruturalidade ao menos prevista?

Note-se que o uso do *quando* supõe uma temporalidade que é invasiva segundo um registro que é do meu desejo, da minha fabulação do estruturalismo de Saussure. Poderia ser dito, simplesmente: como se traduz o conjunto vivido separadamente em uma vida que emerge? Mas aí eu seria um fraseador de sucesso, e certamente não estaria pleiteando uma mesa de congresso. Por isso, continua-se com:

Não se trata de fenômenos, mas sim de acontecimentos, tão expostos à maquinação coletiva e caótica das vozes e dos murmúrios (e dos silêncios), quanto os esquecimentos e os erros. Esquecer e errar são geralmente descritos como as próprias expressões do caos instau-

rado no pensamento quando não tomamos o devido cuidado quanto às condições do representado, sejam elas, as garantias prévias que fazem daquilo a que chamamos pensar, pensar. Mas as próprias garantias não são, elas mesmas, representações, pois, além de não serem expressas como palavras ou discursos, também não fazem parte da ossatura do pensar. Como apêndices, guardam um enigma muito adiantado em relação a qualquer princípio de causa e efeito entre o representante (do senso comum), e o representado (do pensamento); por outro lado, reivindicam um passado pleno de justiça, paraíso adâmico onde e quando as palavras se sustentavam como a auto evidência do mundo. A garantia da representação também se expressa em uma tentativa de ajuste ou revisão de suas condições. Entretanto, tal revisão simplesmente acaba por intercalar imagens, um dogma em relação a uma dogmática geral anterior. Uma ponderação que pode se apresentar, por concessão, como uma ética, porém ainda sob o elemento da representação. Isso quer dizer que a imagem de um sistema dogmático exige que todas as imagens futuras sejam distribuídas sobre a superfície sulcada das representações (as garantias) anteriores. Para tornar essa ideia clara, é preciso dizer que a explicitação discursiva de uma Imagem Moral é, de saída, também moral. É característico do pensamento dogmático exatamente essa confusão entre o contorno e a figura, a linha e o ponto, o percurso e o circuito.

A esperteza desse tipo de escrita, desconfio, deve morar aí, dividindo a responsabilidade com outros, segundo os seus desejos, e assumindo tão somente a continuidade de um processo inevitável. No caso, pedaços de discurso que se harmonizam em uma busca anunciada pela aversão à pena. Situação semelhante na pintura, já que antes, o olhar das florestas afligia os pintores (André Marchand sobre Klee), e agora parece que não se sabe quais objetos nos perseguem, e a salvaguarda do fragmento é o que nos restou. Problema da derroca-

da do Iluminismo? Bem, mesmo que estejamos curtindo a transição que se iniciou com a planificação de impossíveis sobre uma tela, e de galáxias sobre o papel, e que nosso destino seja irremediavelmente a entrada na quinta dimensão (ao modo da superposição de partículas segundo a física teórica), ainda é o pixel que é, digamos, nosso material genuinamente disponível e operável. Sem constrangimento nenhum, portanto, dizemos: é no meio, é o agenciamento.... É só isso.

III

Sugere-se, paralelamente, que o campo da educação, como locus que evidencia a agonia tradutória em relação aos signos curriculares e didáticos, consiste em fonte de re-traduições possíveis na criação de problemas que escapem às coordenadas sintagmáticas, paradigmáticas, intersubjetivas e comunicativas. O educador é um dos temerários, tradutor que desafia os perigos da multiplicação dos signos disponíveis (na vida) e dos signos dogmáticos (a cultura, a instituição de um corpo textual a ser rememorado e re-legado aos estudantes). A diferença e a didática são os expoentes de tal situação de perigo na vida do educador; sendo assim, como fazer para operar uma transcrição (Campos, 2013) dos textos, e no caso de Saussure, da própria teoria que era nascente? É na coragem possibilitada pela educação que o tradutor encara o caos e estende os signos como tapetes voadores.

Não, não! Aí já é demais. Signos como “tapetes voadores” é forçar muito. Persiste em mim a sensação de que nada disso, essa matéria corporal bruta e também suas soluções imagéticas, nada disso me pertence de maneira alguma. Sensação, quando nos momentos de mais sobriedade, de que tudo isso é coisa deles, dos artistas, dos filósofos e dos cientistas, e das distâncias que eles

estabelecem entre si, e que nas minhas mãos se tornam esse troço indigesto. Em contrapartida os arquivistas, os bibliotecários e às vezes os curadores, me parecem mais próximos, mesmo que em relação a eles eu precise igualmente aguardar o gesto e a palavra. E os tradutores, esses, sim, sinto que há um abismo que nos separa. Se bem que, para todos os efeitos, eu também sou um tradutor. E muito me intriga que, na paisagem das políticas de atualização dos signos, eu seja visto formalmente como mais um deles.

Tal distanciamento poderia ser justificado por uma particular tendência à deserção em relação à comunidade. Repenso. E sugiro que isso não seria de todo justo, uma vez que nada se resume a preferências subjetivas e muito menos de visão de mundo. Pelo contrário, é exatamente em função de uma tendência à deserção generalizada, tornada uma espécie de lei moral em nosso meio, que me sinto à deriva, nessa compulsão à fuga, na busca por algo que está sempre alhures, aquele velho lamento. E quando se está firme, já não sou tradutor, realocado que estou na função delirante da significação.

Diz-se, por exemplo, que a língua de sinais diferiria sobremaneira daquelas línguas faladas pelos ouvintes. E isso tem efeitos políticos (visões de mundo que nos policiam, é preciso assumir um *ethos* cujo axioma é essa distância tornada teoria). Dizem alguns linguistas que a análise poética, quando debruçar esforços sobre a língua de sinais, deve criar os seus próprios conceitos. Nisso, dizem, há que se aguardar até que as análises formais disponibilizem *corpora* linguísticos, até que se force a eclosão de uma teoria adequada à modalidade visuo-gestual das línguas de sinais. E não estaria aí uma justificação e um prenúncio da minha própria deserção tradutora?

Espera-se o que, exatamente? Tal lei religiosa não corre o risco de forçar, sobretudo, uma deserção em função do deses-

pero? Lembro de E.E. Cummings, por exemplo, que demonstrou como ninguém o funcionamento corpóreo da poesia. Isso deve ser ignorado?

Nesse sentido, minha deserção é bastante justificada. E traduzir isso em uma outra deserção, desta vez invertendo os vetores, anunciar-se para dizer: adeus! Fazê-lo porque já não se crê nem na objetividade do real, nem no solilóquio afetado do burguês, nem na compensação histórica do nosso frenesi tradutor. Demonstrar a ossatura de um processo que se arrasta e se enfeita conforme o círculo. Um retrato em negativo que se deixa invadir por ciência e pela metafísica mais barata. Uma presença romantizada em álgebra e em yoga, na linguística e no tarô, no artigo científico e no surto psicótico. Eu não me aguento. O próximo parágrafo bem que poderia ter mais ou menos essa aparência:

O homem sem pressupostos (Deleuze, 2006a, p. 190): aquele que, negando o senso comum, afasta-se do pedantismo e contingências de seu tempo. Mas ao lado do idiota, há graus (ou strata) a considerar. Não é suficiente se instalar nas margens, é preciso avançar mar adentro, nem que para isso a linha marginal seja acelere sua deriva e crie ilhas desertas em alto mar. Da mesma maneira os signos, em série, agrimensam suas próprias ilhas em pleno cotidiano, daquele que escreve, e, ao escrever sobre a linguagem, os espíritos aparecem aos bandos para confundir as imagens decalcadas. E porque não se deter nestas séries, porque não transcriar a agonia? Pois, não sendo público, anunciado, e se por vezes estiver mais próximo da marginalidade absoluta do que dos centros de poder e mesmo das próprias linguagens possíveis ou previstas, o manifestado da agonia irradia signos em todas as direções. Tanto o inferno como as distâncias galácticas serão tocadas e, em algum momento, se poderá, talvez, isolar ou descrever tais signos como entidades ou como fenômenos.

Começa a ficar claro para mim o quanto se distanciam as duas séries de fundo. O tecido cósmico e a malha simbólica, que piada! A que ponto chegamos, em face desse tipo de decisão e de técnica filosófica? Deve haver um terceiro elemento vagando por aí, não é possível. Não creio que eles, quando escrevem aqueles textos tão exatos, tão convincentes na distribuição dos signos, estejam sendo justos consigo mesmos. Como disfarçam o sofrimento? Qual é a fórmula? Hoje temos uma vasta superfície de inscrições paralelas, plataformas, redes sociais virtuais. Nada! Eles apenas sorriem. Quanto aos apelos teóricos, que são replicados em sintaxes muito semelhantes umas às outras, nem uma vírgula sobre o sofrimento de cunho didático vivenciado por Saussure. Nem uma metarreflexão sobre os claríssimos alertas de Michel Foucault sobre a imanência de seus escritos. Não, somente protocolos.

Mesmo alguns sinalizadores o fazem. Uma vez que, quando das criações em língua de sinais, a suposta teorização se limita à redistribuição de sinais moralizados pelo alfabeto manual, isto é, que herdamos a primeira letra de uma palavra em língua oral e são postas em movimento gestual, e, no máximo, um ou outro sinal que ousa fitar o problema da divisão representacional mais profunda que vivenciamos todos os dias. Mas não se chega a formar frase, o sinal é recortado e isolado como em laboratório e a sintaxe do gesto é dissecada em favor de uma clareza dita conceitual. Só a título de ilustração, há mais de uma década eu me vejo às voltas com o sinal de *ideia*. Embora outros tenham me relatado dúvidas semelhantes, parece que este congresso possui uma dívida insolúvel com um demônio, e nós acabamos escrevendo essas coisas, para que nos autorizem o encontro. E o resto — é coisa privada...

Entende-se que o dogma significante se apresenta como problema didático quando determina pontos de partida e de chegada, na seleção de objetos e na atribuição de valores significantes e subjetivos. Tais pressupostos possuem uma forma dogmática que: 1. Conserva

uma Imagem do Pensamento; 2. Afirma modelos de realidade sobre a extensão do simbólico; 3. Inventa uma espessura do pensamento a ser ocupada tão somente por signos significantes; e, 4. Congrega e sobrecodifica fluxos livres em espaços adjuntos. Afirma-se a multiplicidade operada pela didática da tradução, sendo esta não atrelada a condições restritivas de encadeamento lógico, cronológico, existencial, discursivo ou metodológico.

Enquanto espero que a seleção conceitual seja suficiente para ingressar, enfim, neste salão de debates, com todo o cuidado para que os vazamentos sejam sutis e bem amarrados, continuo com a dúvida a respeito da distribuição das mesas. O cronograma, as sessões, as conferências, serão ordenadas de que maneira? Caso mais alguém deseje afirmar a distância intransponível entre língua oral e língua de sinais, e esse mesmo alguém o faça citando, digamos, *Comunidade*, de Bauman, a mesa estará localizada no mesmo ambiente que os tradutores e os linguistas? Será que já foi suficientemente desmanchado o sinal que temos para a ideia de comunidade? O paradoxo metadiscursivo terá sido considerado? A mitologia, o distanciamento *blasé* dos sinalizadores bem-sucedidos, a comunidade mundial de sinalizadores via internet, e mais, e mais, e mais.... Oh, é tão cansativo ter que dizer! Mas os sinalizadores que lá estão parecem não se abalar. Convenhamos, eles não fazem nem ideia do que seja o horror à escrita, como saberiam do horror à sinalização, se nem bem percebem que não existe exatamente falta de sinais, mas tão somente signos cuja energia ainda não repousa em um sistema? E que não há nada a lamentar nessa ausência?

Eu preciso dizer isso da melhor forma possível, sem ofensas desnecessárias e jogando o jogo a que estou me propondo participar. Será que assim ficaria aceitável?

Para tanto, seguindo o próprio procedimento didático de Saussure e sua latente suspeita e temor teóricos, são enumerados alguns efeitos da redução do signo linguístico aos recortes efetuados pela palavra de ordem e o movimento de um processo tradutório que renova as possibilidades de leitura e escritura da pesquisa. Esta tópica procura distinguir modos de articulação entre pressupostos teóricos e suas próprias impossibilidades, resistências às fórmulas e dicotomias. Enfim, é no horror ao significante como dogma que se move a presente pesquisa, em direção a uma transcrição didática ao modo de Saussure. Não há, por isso, primazia do Saussure teórico, validado por pares e publicado; outro, ausente, que se estende à pena dos seus alunos; e outro, sonhador, que inverte suas próprias premissas teóricas.

IV

Algumas coisas a ver, a ponderar no artigo. Primeiro que deve ficar legível que eu não sou devedor da voz abstrata da comunidade. Segundo, que eu devo me apresentar. Romper com a pergunta fascista pela legitimidade, apresentando-me de saída como intruso. Romper ainda com a pergunta dogmática, religiosa e preguiçosa que se recusa a considerar que o poético é o próprio gesto embarçado em um problema milenar, que nada tem a responder à técnica, como a do VHS, do filme, do telefone celular com câmera digital, etc. Eu poderia ter optado por uma sinalização extensa das minhas anotações e apresentar *isso* como um artigo, algo que o congresso aceitaria, sem dúvidas. Mas isso não quer dizer nada. Reitero que uma língua gestual não esperou o advento do filme como superfície de registro para que se fizesse texto. A língua de sinais está aqui, está nos braços disciplinados, está no arqueamento das sobrelhas mesmo que sem entrada linguística via uma sintaxe

gestual (ah, sim, uma sintaxe *a ser descrita...*). Há na poesia concreta, ou em Artaud, muito mais corpo do que em muitos registros de “cameragem” gestual.

Serei eu ainda um tradutor, nessa tentativa de artigo? Pouco me importa. Em verdade, nós, tradutores de qualquer língua, todos nós, nos isolamos em algum momento. Há que se ter em conta o fato de que a tradução é a inimiga da pureza, mesmo que em nossas nu-cas sintamos o arder de um desejo de verter o sentido sem palavra alguma, segredo que sentimos como vazão de poderoso empuxo, a dilacerar as formas. Vibrátil, frente a todo desacordo cultural, porém tematizado como critério de toda afirmação endógena. Um sistema linguístico é pouco. É preciso vários, em desacordo, irrefreados. Do contrário, é preciso inventar uma torre, mais do que pixelada, pois sem combinações e apenas similitudes e emulações. Como o olho da pirâmide sobre os escravos, como um panóptico mais arrojado. É assustadora e ao mesmo tempo engraçada essa tendência. De onde terá surgido senão do observador da tribo, no paleolítico, que se sentava sobre os detritos da aldeia e avistava, ao longe, as intempéries e a iminente guerra, e, fazendo-se sábio, fez-se Deus?

Eis que a educação que está nos planos do referido congresso, em disputa com os defensores da dita inclusão de sinalizadores e oralizadores, tem entre suas metas a eliminação do tradutor. Esse Mal, esse encosto, apêndice, explorador, vil, estúpido, aproveitador, mercenário, delinquente. Esse será colocado para fora das escolas, exorcizado, e morrerá à míngua. É ainda tolerado, desde que obediente e eficaz em sua vida de infeliz tarefeiro, nas universidades, isso enquanto não for inventada uma universidade exclusiva para os sinalizadores que não sejam tradutores (já há projetos...).

Não, não estou louco. Há sempre uma mitologia a ser lida, mesmo em livros de receitas. Há sempre uma pintura rupestre, poesia épica, romance (ou um tuíte), em toda voz que narra, conforme

o arco temporal considerado e a paixão implicada. Sem necessidade de *epoché* e sem prejuízo analítico, bastando admitir que estamos, de saída, atrelados a algo que não nos pertence, e eu queria muito demonstrar, principalmente, a ficção disso tudo, sem contestações e apesar de toda a admoestação que eu venha a sofrer. É sedutor, eu sei. E não faço elogio algum a uma escola inclusiva, onde as diferenças convivem felizes e onde o tradutor é o anjo adaptador do conteúdo acadêmico. Mas a guerra pela legitimidade narrativa produz esses sofrimentos. Os deslocamentos, as peças. Sempre uma torção, tal como entendeu Benjamin (1987), que narrou o deslocamento do narrador, desde a poesia épica, passando pelo isolamento romântico até a fragmentação pós-guerra. Em uma frase — O sinalizador original, somente observado à distância por Aristóteles, as exíguas menções a sinalizadores que perambulavam pela Europa medieval, a redenção sob L'Éppée, a condenação pós-Milão e a consequente diáspora até o novo congresso que se anuncia; o problema do anúncio de um gesto submerso, coletivo e sem dono, é o nosso problema.

É preciso selecionar. Da maneira que estamos, o artigo não suportará. Se o texto deve demonstrar o ranger de sua ossatura, é preciso encarar suas dores. Então há, em certa medida, segregação. Não estou, é preciso lembrar, evocando o moralismo inclusivista (assim os defensores das escolas para sinalizadores chamam, informalmente, os que advogam pela inclusão escolar). Mas há um enunciado precioso que precisa ser explorado: já vi muitas vezes a afirmação “Nunca mais!” (realizada com um sinal um tanto assustador, que consiste em fazer uma cruz com os dois dedos indicadores junto a uma expressão facial sisuda) em relação ao tradutor. Não mais! Chega! Queremos nos ver livres “deles”, dizem os sinalizadores. O que é, precisamente, que eles não querem mais? O desgosto é em relação a algo, mas o que? E, mais especificamente, porque é que o tradutor é investido desse poder de simulação, como antípoda de que ideia exatamente?

Não se trata de mensagens subliminares, se bem que cifradas, nem de resposta objetiva aos dogmas caros aos sinalizadores. Muito mais uma região que se obscurece em função de tarefas mais culturais, dialéticas. E sinto também que algo não está visível. Isso é próximo a mim, sofro disso. Qual título, para a seguinte seção?

Região de impasse

É possível que sim. Espaço de imprevisibilidade, onde a ossatura conceitual serve como alento, tão somente. Talvez aqui já fique claro aos avaliadores de que se trata de um *momentum* sob a força de elementos díspares. Espero que se compadeçam de mim... ou melhor, de Saussure... ou melhor, de todo o funcionalismo possível nesse movimento conjunto — do qual não se conhece todas as forças, mas, delas, sofre-se.

Numa perspectiva hjelmsleviana, somente há signos enquanto conjuntos de funções, portadores de significação e quanta de relações econômicas em um sistema linguístico e que se desenvolvem em processos textuais (Hjelmslev, 1978). Entretanto, o que deverá ser buscado é um exercício intermediário da função linguística, que seja capaz de aproximar as relações funcionais e a significação em encontros que excedem as coordenadas de um sistema da língua. O referido autor dá preferência ao termo funtivo pelo fato de que, aparentemente, é preciso evitar ambiguidades nas definições para uma maior clareza teórica dos atributos de cada tipo de relação funcional. É possível que com essa definição, a dúvida saussureana em relação à exposição conceitual do signo pudesse ser momentaneamente sanada, pelo fato de que o conteúdo e a expressão (significado e significante, língua e parole, etc.), sejam sempre passíveis de relações imanentes, mantendo ao mesmo tempo funções de deter-

minação, interdependência e constelação. Ou seja, haveria, segundo Hjelmslev, sempre a remissão a um plano mais abstrato segundo a seleção e a equivalência, onde os funtivos se relacionam conforme as premissas consideradas. Vê-se que esta planificação sistemática da teoria acaba tendo que recorrer a um tipo específico de realismo, afim de evitar maiores consequências de cunho metafísico. Entretanto, a operatividade da escrita de Saussure continua envolvida com urgências que ampliam o arco entre paradigma e sintagma por outras vias. Enquanto o suíço vê a necessidade e a dificuldade de definir o vínculo produzido entre um significante e um significado em geral, o dinamarquês afirma que é preciso analisar como e por quais vias os funtivos se unem ou se distanciam, conforme a função considerada em um paradigma sempre declinado, sempre em função do conjunto analisado exhaustivamente.

A língua de sinais é destacada como elemento, como braço de uma política da língua, elemento constituído dentro de uma política da língua. Metadiscurso constante. A redenção = a morte do tradutor. As coisas não fecham. A narrativa se assemelha a uma cantilena. Como aquilo a que Benjamin chamou de função do livro no isolamento do romance, a língua de sinais é celebrada como isolamento grupal, a comunidade legítima. A solidão povoada. E o tradutor, aquele que insiste em rebater nos textos e nas mãos e no corpo inteiro e além, o elemento não-codificado, estrangeiro e sem lugar, que assombra a leitura e a escritura gestual, lá onde a linguagem e o corpo se confundem — este, não é bem-vindo. Este deve morrer.

É um humor aterrorizante o fato de que, neste paradoxo, tão caro à poesia, diz-se que nada deve acontecer. Pois bem, eu compreendo. Este é o sinal da minha necessária renúncia. Mas ainda há algumas ponderações. Isso se o artigo for aceito, é claro.

Reabrir os textos já escritos. Fazer germinar o que era dado como morto. É certo que somente a aceitação do isolamento tornará isso possível. Não havia filme para registrar os sinais. Não temos um Homero, um Heródoto, um Shakespeare. Tão somente o isolamento, análogo ao romance embora forçado por outras vias. Somos, de qualquer forma, burgueses. Pense-se num grande papel a ser dobrado. Porque razão seríamos capazes de escapar aos vincos e aos avessos, sufocados pelos séculos, que não cantassem a mesma marcha fúnebre e a mesma glória? Os sinais são comprimidos, bem selados nas notas musicais e nas técnicas de contenção dos doentes, na pedagogia do gesto desde o grito-sinal vibratório que findou no paleolítico, na acomodação de corpos em salas minúsculas. E deram suspiros quando, prestes a desfalecerem, em salas sem janelas da terapêutica oralista do século XX, reduziram-se a gestos coordenados das cabeças dos alunos quando escapavam do olhar do professor-terapeuta. As salas eram muito pequenas mesmo. Repetia-se o movimento dos lábios, tormentas que duravam anos. Somente a rapidez salvou os sinais. Somente o gesto disfarçado que dizia tudo, quando o professor virava de costas, foi capaz de imprimir a língua de uma maneira eficaz, sintética, fez-se superfície. Há, certamente, outra narrativa, de compensação, de sinalizadores que foram amarrados (para que não sinalizassem — aí, o movimento ocular poderia ser lido como uma superfície totalmente à parte, esplêndida, aliás). Mas há algo que permanece relativo ao elemento excluído. O afinamento vocal em fonemas complexos (que não resistem uns aos outros, o som anasalado de certas vogais em português e sua impossibilidade em relação a guturalidade do alemão e os tons do chinês, por exemplo) vai ao limite das possibilidades. Uma sociolinguística mais atenta teria que demonstrar como, por exemplo, *não*

ouvir uma interdição leva aos mesmos resultados, sem que a marca propriamente auditiva tenha sido inscrita nos sujeitos falantes. O padre diz - É pecado! Puro gesto inscrito como proibição em situação de sinistra orfandade. Substância como permanência ambígua, na interdição de fato (não me masturbarei!) e na espera de um lexe-ma, dito pecado, que acumula todo o feixe de expressões, do padre, da mãe, olhar irônico do pai. Mesmo que o sinal para pecado seja aprendido depois de alguns anos, o que foi feito daquela série primeira, órfã, quando o conteúdo era tão somente a interdição, que, apesar de compor um sistema semiótico somente finalizado no recolhimento da mão masturbadora, todavia, funcionava?

Mas porque se imaginaria que os sinais não fossem se desenvolver também nessa refração, segundo funções (estas sim “esquecidas” na viragem histórica) que eclodem em oposições de modalidade (a auditiva-vocal e a visual-gestual) como necessárias determinações de um lado e de outro da experiência sensorial? Esse traço-de-união, hífen, mímica da linguagem humana que se capilariza em modos diferenciais, como um quiasmo. Quiasmo é entendido aqui não como figura de linguagem, mas como linguagem, sobrevoos de vetores em sentidos contrários que são a própria história da significação. É um método, há que se admitir. Para nós, que não somos nem linguistas nem filósofos, pode-se abrir a exceção do exemplo e imaginar o pintor da caverna de Lascaux, que, ao calar-se, sulcou a pedra. Outro seria Fidípides, que conversou com o vento, com o solo, decodificou o vozerio dos músculos, da respiração, do ácido láctico, da energia do alimento, do alimento, e, um dia, correu desde Atenas até Maratona, ou seja, reuniu contrários, desdobrou signos, cortou planos.

Essa reescrita, fertilidade das inclusões, nos é interdita, risivelmente, pela forma. Essa forma, que já foi planificação de multiplicidades tão lindas.... Seguiremos como? Não temos outra opção

senão lançar mão das dúvidas de outros. E voltar no tempo e no espaço não para a cantar a verdade do destino. A questão é mais genealógica do que sintática, apesar de as sínteses nos indicarem a bela tragédia das inclusões, mesmo as mais equivocadas. Refazer o caminho e tropeçar nas mesmas pedras.

Se o linguista admite uma relação que dois ou mais elementos estabelecem entre si, será em função de uma exterioridade, da língua como um fora da realização discursiva (Saussure, 2012). Língua como pressuposto, signo como representante empírico de tal exterioridade. Vale lembrar ainda os pressupostos textuais evocados por Hjelmslev (1978), que definem, por dedução, o texto como unidade geral do qual se procederá a análise glossemática; assim, realiza decomposições progressivas que, antes de refutar alguma teoria possível, instalam um campo teórico definido por arbitrariedade e adequação.

Dois personagens a quem fiar nossa insegurança. Para traçar a relação entre as matérias gestuais e sonoras. Mas o que se entende por matéria? É a dúvida de fundo, é a pedra no sapato. É por isso que corremos tanto para dar fundamento à nossa dúvida (que é de outros). Aquela concepção de crise da ação (Deleuze, 2018), do movimento que não fora captado e muito menos registrado. Para nós, sinalizadores, não havia filme. Não havia superfície que estendesse o alcance. O limite era o braço. A dificuldade é no sentido de não haver a que se opor. Não há, por exemplo, neorrealismo, como no cinema, não há análise da conversa que possa isolar um turno de fala, quem dirá um elemento lexical. Diante de nós, o início túrgido de uma história que se dá aos saltos.

Não é de se espantar que o problema de base da poética da língua de sinais seja exatamente o sinal. Não a palavra, mas o sinal. Não a denotação e nem mesmo a conotação, mas o sinal. Wright

(2010) investigou duas traduções do poema Jabberwocky para a língua de sinais americana, e concluiu que existem métodos de tradução (um curioso destaque para as soluções lexicais da tradução) somente existentes em língua de sinais. Uma é o uso de classificadores, sinais descritivos que dão ênfase à forma de algum sinal, muitas vezes sendo essa ênfase necessária para a própria coerência sintática. Outro é descrito pela autora como “*visual vernacular*”, elemento que a autora insiste em diferenciar do gesto e da mímica. Todavia, ela mesma dá crédito à mímica ao dizer que o tradutor de Jabberwocky fez uso de soluções tradutórias que são sinais exagerados, muito amplos (lembro de que o tradutor chegou a dar as costas à câmera, algo bastante inusitado para qualquer sinalizador). Ela afirma ainda que tais sinais não são usuais no discurso em língua de sinais, “mesmo do discurso poético” (Wright, 2010, p. 10, *tradução livre*).

Eu não concordo com a posição de Wright. Primeiro porque a opção pela análise lexical de um poema não é ingênua, mas bem localizada no contexto político da entrada da língua de sinais nos estudos acadêmicos. Começou com William Stokoe, que precisou fazer uma seleção minuciosa dos elementos a serem tematizados analiticamente no âmbito da linguística. Mas ele vivia os anos 60, ele precisava convencer os avaliadores de outros congressos de que, de fato, a língua de sinais possuía um status linguístico. Segundo, porque sua aversão ao gesto e à mímica é anacrônica e condiciona um fechamento que a própria tradução analisada acaba por contestar. Terceiro, que a ideia de “discurso poético” é muito questionável quanto a sua especificidade e parece inadequado ao texto em questão. A tradução (disponível em <https://youtu.be/p7BfCz4iqis> a partir de 3’ 10”) expõe exatamente o problema dos limites do sinal (ou, no mínimo, a dúvida em relação a tais limites).

Isolar dois referentes. Tarefa simples na sintaxe das línguas de sinais. Basta apontar com o indicador dois pontos no espaço, assim, no ar mesmo. O sinalizador memoriza esses dois pontos e a eles retorna no decorrer do discurso. Poderá fazê-lo apontando novamente com o dedo ou somente olhando em direção a eles. Como dizer ao sinalizador que as coisas não irão escapar de um turbilhão referencial que fará o dedo retrair o elemento dêitico, e que as posições estarão fadadas a serem evadidas? A tradução mencionada acima o fez à sua maneira. E eu, como faço? Recorro à autoridade, para evitar maiores desgastes. Assim:

Numa ciência que evita qualquer postulado não necessário, nada autoriza que se faça preceder a língua pela 'substância de conteúdo' (pensamento) ou pela 'substância de expressão' (cadeia fônica). [...] temos então de nos dar conta — e justamente a partir de seus dados — de que a substância depende exclusivamente da forma e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma experiência independente (Hjelmslev, 1978, p. 199).

Hjelmslev deverá funcionar. A citação escolhida não trará maiores dificuldades no sentido de adequação, uma vez que os avaliadores desenvolveram muito bem a técnica de fazer refletir estas ideias em analogia, simplesmente substituindo o fônico pelo gestual. Mas o problema pode ser quanto à amplitude que deverá ser estremecida. Então o melhor seria tentar sugerir mais um pouco:

A combinação da matéria fônica e do caos do pensamento não resulta na função semiótica como uma língua de signos distintos, mas como espessura da linguagem cujos funtivos apontam para muitas línguas (e não-línguas) ao mesmo tempo. Salienta-se aqui os modos possíveis de conexão, que em Saussure são passí-

veis de redução ordenada entre plano de expressão e de conteúdo, já Hjelmslev evoca a função semiótica e a solidariedade entre os planos. O que não significa que não se possa ultrapassar a linearidade e a relatividade sempre móvel dos muitos planos semióticos possíveis, ou, ainda, seria necessário ultrapassá-los, uma vez que eles ainda seriam, conforme se verifica na linguística estruturalista e até mesmo em Chomsky, fundados em universais cada vez mais específicos conforme a abertura à pragmática que o estudo autoriza a si mesmo.

É isso! Estamos presos a um tipo de significação que cumpre o seu papel e expõe as suas condições (mesmo a quem não queira ver). Ainda que se queira fazer da pluralidade do texto de Saussure um plano metaconceitual que escancare os seus fundamentos, acaba sendo muito interessante detectar as tentativas de suturar aquilo que vaza demasiadamente. É um plano. De fato, seduz e envolve, embora a paixão hipnótica não sirva de álibi para a violência “em nome de...”, impassivelmente assumida (o *blasé*). Percorrer o caminho, novamente, denuncia a crueza dos linguistas. Eles devem pensar: “*Damos as costas a eles, mas sabemos que eles continuam, lá fora, a debater-se, livremente. Enfim, que vivam. Lá fora, de preferência.*” De fato. Nós, tradutores, temos vivido assim, a esmo, e não necessitamos de suas outorgas. Mas o simples fato de que acabamos, nós, loucos varridos, mesmo mergulhados na desrazão, de maneira quase análoga, seduzidos pela aura de determinações que envolve também os linguistas, é índice de um sofrimento de conjunto. Mesmo que não saibamos distinguir ou nomear esse conjunto, ele está lá, como absoluto, como princípio, colocando lado a lado, na mesma miséria, gente que não suporta nem o cheiro uns dos outros.

VI

A tentativa parece não ser muito eficiente, talvez seja ainda muito dissonante e não caiba no jogo reduzido que o congresso está propondo. Mas a tentativa vale por si só, creio. Mesmo porque, ao potencializar a pluralidade desse Saussure, por assim dizer, onírico, se estará ilustrando, mesmo que num sentido muito vulgar, essa vontade de escritura. Como dobraduras da novidade. Revisar a teoria. De um procedimento que se fez dogma, inundá-lo de ilhas, ao invés de, criticamente, inundar as ilhas e delas fazer oceano. Mesmo que seja a ilha da solidão, ilha do erro, ilhéu de soluções, enfim. Dispor o signo como conceito é maior dificuldade encontrada, já que em nenhum momento ele sugere estabilidade. A teoria dos sistemas o faz mediante um salto incrível desde o fundamento até o fundado, o fectivo (e, mais além, há o functivo). Afirma o continente como igual ao contido, mas o faz tendo como princípio um conteúdo que se autoproduz ao modo da expressão. É o velho jogo da metafísica. Mesmo assim, sigo:

Hjelmslev (1978) tem como pressuposto que o sistema é o que possibilita lidar com as extensões designadas pela linguagem, sendo circunscrito por elementos que significam, que se compõem em conjuntos diversos de funções, tendo como fundamento um plano de entidades retidas em um objetivo comum a todos os domínios da linguagem. Enquanto processo de significação verificada na linguagem humana desde a pré-história, tais domínios e funções serão, segundo Hjelmslev, analisados exhaustivamente pela teoria da linguagem. Funções são aí entendidas como relações possíveis dentro da seleção, da classe ou do “conjunto”, elementos que se combinam entre si e com os mais diversos objetos; tanto na vida como na “coisa”, os ecos vibram em todos os cantos e o pensador da ciência linguística nos dá a

ver, pela própria obscuridade da definição teórica de seus conceitos de fundo (assim como, é claro, o conceito de signo), muito pouco das suas intenções, assim como suas ponderações bem alinhadas continuam vagas. Porém, os furtivos da função padecem, as entidades da circunscrição se fragmentam, sofrem a orfandade mais profunda que, todavia, os tece em conjunto sobre a espessura linguagem.

Sobram argumentos, mas, confesso, falta-me o traquejo da argumentação. Melhor que eu tivesse me debruçado sobre alguns sinais, algum poema, e realizado a enumeração de suas constelações. Provavelmente seria belo, seria mais gentil para com os leitores, macio em relação aos linguistas e despertaria a simpatia dos sinalizadores. Imagino como o faria.

Teria como princípio uma cisão, mas uma cisão comedida, charmosa, civilizada. O faria com uma bifurcação do tipo *o som — o gesto*. Diria que tal dualidade é apressada, que não leva em conta forças diferenciais que são, todavia, complementares em sua divisão. Seria filósofo. Provavelmente lançaria mão de pequenos fragmentos (a miudeza cínica que é irmã do fascismo) para depois enlaçar sua presença no discurso com um princípio de diferença, imanente, porém garantido no movimento, este consistindo, além do mais, paradoxalmente, o próprio princípio.

Caso eu fosse charmoso, bonito, ruivo, de corpo atlético. Caso eu tivesse alguma beleza a preservar e ver o tempo corroer. Somente assim eu escreveria um texto dessa feita. Seria outro artigo. Ou melhor, seria O artigo. Mesmo que chegasse à conclusão, ao final, de que o artigo deveria funcionar como ensaio. Mas eu comeci de uma forma muito apegada às consequências do equívoco. Parece que eu desejo deixar clara a profundidade de um quadrante, pequeno, que no céu é limitado por constelações que são sempre um pedaço de infinito planificado em negro.

Eu deveria ter escondido mais. Mas tenho essa mania de querer entregar todas as minhas anotações. Melhor seria enviar minha gaveta, com todos os caderninhos.

O Idiota ou o Intempestivo é aquele que não concebe os dados da representação senão como latentes, como momentos sempre virtuais, e, por isso mesmo, atualizados em meio à tensão da representação e da exterioridade do pensamento. Em Saussure não se pode avançar muito mais, isso por uma prudência em não vulgarizar suas ideias, tendo consciência do amplo leque que seu pensamento produziu em termos de estudos de vários campos de saber. Lança-se mão de um esboço prudente de tipologia, já que o fato mesmo de que tenha escrito pouco não permite senão que apareça como um personagem revelado por outros escritores no decorrer da própria linguística (e, de forma mais complexa, do estruturalismo) do século XX.

Cínico, eu. Quisera eu ter a coragem de sê-lo mais, em verdade. Aí eu despertaria a atenção do congresso. Ou ao menos se esquematizasse o plano, desde a fratura da linguagem em corpo e palavra até as formas de compensação que “esquecem” de sua comum filiação. Declararia a emergência de uma Filosofia do Gesto, e por isso seria aplaudido e coberto de mimos, como xícaras estampadas e caixas de bombons.

A sequência, em nova seção, parece mais comportada. É que as forças passam a operar em outros registros, e a escrita passa a esse lugar de exercício automático, a verter um texto que, no limite, seria tão somente um mau texto. Um mau texto é, penso eu, fonte de imagens e de sínteses tanto quanto um bom texto. Cumpre os critérios de sua tessitura, de suas diferenças, dos planos que atravessa. Certamente não é possível considerar um texto bom ou mau somente segundo critérios comparativos ou de recepção pelos leitores (como

pretende o funcionalismo linguístico), mas é preciso avaliar, como diria Barthes (1992), e reconhecer que alguns são mais escrevíveis que outros (e por isso mesmo, re-escrevíveis por leitores escritores). Mas, para além de um juízo valorativo, a questão é: Como? Qual prática? Não encontrei caminho explicativo. Instrumentos, inúteis. Quem sabe alguma forma de dizer mais de uma coisa ao mesmo tempo?

Intermezzo possível

Todavia, não se poderia ignorar o modo de exposição das ideias de Saussure, seja através dos escritos de seus alunos seja pela mais ou menos rasuradas notas que enchiam suas gavetas. Para abdicar da decência científica de resguardar a vida do intelectual afim de recensear sua obra, não há outra alternativa senão invadir sua variação estilística e as nomear (mesmo que momentaneamente) como sonhos, desejo, seus temores mais obtusos.

Fala-se em ideia, como uma ideia é descrita. Saussure, aquele que possui ideias. A estratégia adotada, desde a primeira linha, é a mesma: ações sobre objetos aparentemente distantes. Ideias, escritos, gavetas. Eu tenho o impulso de fazer o mesmo, embora sejam distâncias consideravelmente diversas. Traçar linha, desde as alturas do poder intelectual do linguista até os seus objetos privados, como ousadia e pretensão, mas igualmente recusa científica, justificativa, álibi. “Foi ele!” — diz a criança, quando na iminência do castigo. Mas o desejo, os sonhos, os temores — esses me envolvem simplesmente por eu entender desses temas tanto quanto Saussure.

Necessariamente, este será um método criador (e por isso mesmo arriscado), a que chamamos de tradução como criação, ou transcrição (Campos, 2013). Não haverá moral ou protocolo que

proceda uma hierarquização de certas acumulações sígnicas, como por exemplo, o de rejeitar a rasura, a omissão e a mentira, assim como não seria possível rejeitar os escritos de discípulos de Saussure e seus tradutores. Nisso, as próprias anotações de Saussure nos fazem topar com caminhos cruzados, saltos, desvios, e passamos a prezar os ecos, as vibrações e as reverberações em um arquivo que aumenta exponencialmente.

VII

O que de início parecia um problema de voz, mostra-se progressivamente como um problema de tessitura. Não adianta apontar com o dedo, não é suficiente evocar ídolos, mesmo que disfarçados de amigos intelectuais. Todo o jogo é de malha, de entrelaçamento, de ponto, como em bordados. E se algo de denúncia for identificado, que se tenha a decência de admitir o denunciamento de toda a forma de nomeação. Não somos, por acaso, acusados de ser pais, filhos, homens, mulheres, e ainda, Pedro, Maria? Eu, pelo menos, quando descobri que eu pertencia à categoria “ouvinte”, significante carregado, necessária antítese, tipo caricatural da opressão, eu me vi em um sofrimento absurdo. Abalado, optei pela digressão, e não pela compensação.

Tradutor, nome que custei a assumir, percebi que nunca seria capaz de falar sobre nenhuma psicologia que não sofresse sob a denúncia, quase condenatória, da nomeação. Já não consigo mais fingir que conseguirei suportar a encenação. Ou a ausência de critérios, ou o excesso, estamos em um ponto sem volta. Terá alguém alcançado tal feito, de puro coração?

O que parece, tendo como inspiração as anotações do professor-pesquisador-sonhador Saussure, é que a espessura da linguagem fala-

da, como forma perturbada pela alternância fônica, dá testemunho das limitações da ciência geral dos signos, a que ele nomeia Semiologia, pela sua instabilidade e pelos perigos da autoatribuição de valor conceitual.

Uma suposição a qual me filio. Como uma parada, um descanso. Então, estamos em sintonia, mesmo que nessas poucas passagens. Falar e escrever, enquanto práticas tematizadas na fala e na escrita, acabam se igualando em suas respectivas insuficiências, na nomeação recíproca dos limites de uma e outra, de uma em relação a outra e de cada uma em si. Um plano transversal se anuncia. Como uma substância que não arroga para si o legislar das formas e das formalizações moralmente aceitas, tão somente falar e escrever como substância de expressão. E as falas e os escritos, substâncias de conteúdo. Mas o chamado a comparecer de um conteúdo (significado) não implica, de maneira nenhuma, a mesma lei sempre, e para todos (significante). E o fazemos mesmo assim, mesmo duvidando da própria eficiência do procedimento.

A linguística de viés saussureano, todavia, entende que certos pressupostos devem ser aceitos, e as contradições teóricas deverão se tornar tarefas assumidas pelos linguistas no sentido resolver os percalços mais urgentes que o bom senso científico vier a detectar. É por isso que na linguística estruturalista é possível...

Novamente essas máquinas. Tão ruidosas.

...identificar uma angústia descritiva, e que, antes de carecer de ligações funcionais que a distingam da pura matéria sonora e da pura metafísica, o apelo à noção de processo de significação, como aquilo que faz de um signo uma entidade significante, pinta-se feito uma imagem brutal da origem, da voz de Deus, ou do estrondo inicial da criação.

Talvez tenhamos uma chance de aceitação. Há que se produzir alguma comoção, não é possível! Serão eles tão apaixonados pelos níveis de descrição de uma ciência, que cheguem a recusar completamente as suas próprias preocupações. Ora, acabo de fazer o que antes havia dado como impostura, transferei a eles as minhas próprias preocupações. Mas pensando bem, talvez eu já não esteja mais operando na cisão, mas na costura, no tecido que se tinha como retalhos e se faz véu sutil. Por essa ótica, nem Saussure, nem meus interlocutores, nem eu mesmo, temos mais nada a esconder. Tudo distribuído na lisura infinita do texto.

Sela-se um “aqui”, onde o fenômeno da fala é (cedo ou tarde) possível, e se torna audível algum eco cuja articulação ela libera por redundância.

Espaços que não temos porque superar. O problema não é superar essa forma, ou qualquer forma, mas retomar os estados da matéria, sabendo que seu destino é a transformação. Como água líquida em vapor e todos os estados que se possa descobrir. Com o som não seria diferente, com a luz, com as vibrações que as unem e separam.

Ordem sobre ordem, o empilhamento existencial desde as interjeições às súplicas nos indica mais do que coordenadas duais do composto sígnico significante/significado, mas um convite à mobilização ética do linguista em relação ao seu objeto de estudo de dificuldade ascendente.

Devo manter a palavra “sígnico”? Assim como está, dá a entender que existem outros compostos para além da distinção significante/significado, no que tange ao signo. Mas valerá a penas, ainda, sugerir, aludir, citar? Se este é um caso de fechamento, a resposta é não. De clausuras, já estamos cansados. Se o plural estimado no ro-

manesco não se encontra no romance (Barthes, 1992), se o texto científico não será encontrado na tese, no artigo ou no Congresso, é porque seus plurais, os que triunfaram no sentido de mobilização mais sutil, e por isso, interpretativa, tomando a devida postura ante a coerção representacional. Leia-se: a postura relativa à representação, não a sua negação pura e simples. O que seria chamado de adjacência, espaço adjunto, é essa reserva mercadológica, de acordos assinados, onde se estreita a pluralidade em funções ad-jacentes, ao lado, espécie de empirismo lógico expresso em uma linguagem muito específica, desprovida de dor, de vontade, de sonho, e, fundamentalmente, de sub-jacência, de interpretação.

Mesmo que a fantasia seja inversa à imagem dogmática do signo, é preciso cautela.

Mera afirmação retórica.

Todavia, é fato que as próprias pistas deixadas por Saussure se afastam da certeza cartesiana, do pensamento garantido na forma de pressupostos ou, ainda, tentam insistentemente recolocar o problema da linguagem desde uma acumulação discursiva.

Acúmulo: elevação, saliência.

Até as microvilosidades deverão ser descritas em conformidade à lei da mudança imposta pela fala. Todas as saliências, com exceção de uma, a que corresponde à seleção como método. Essa é a garantia da Semiologia como ciência, e que habita esta casa ao lado, guarda os objetos, registra seus nomes, mesmo que provisórios, porque no fim das contas, palavra e mundo, apesar de compartilharem uma matéria infinitamente plural, devem ser denotados como se não fossem.

Saussure não é Platão (apesar de seu platonismo latente), nem é Jesus (apesar da transubstanciação frequente na linguística, mesmo no ateísmo funcionalista, da língua em discurso), e por isso suas formulações, lidas, traduzidas, sugeridas e contornadas nos quadros teóricos estruturalista e pós-estruturalista, são hipogramas, abertos, em torno dos quais se constituem não apenas projetos mas também movimentos a-significantes, esgueirando-se das línguas como sistemas em direção ao fora de toda a linguagem possível.

Nisso, qual o sentido de frase? O que é a frase? Entidades como o parágrafo, a seção, possuem alguma imagem nessa reversão do texto? Dada uma palavra, quais os pontos ganharão força nesse sonho científico? Entendo: tudo aquilo que um significante não é, e chegamos ao que ele é. Mas e as imagens revertidas das ideologias, será preciso passar por todos os fascismos para que finalmente o tempo saia dos gonzos? Resumindo, ainda há sentido ético tão valioso que nos faça encontrar a felicidade em abdicar do desejo? O que foi? É o medo da vergonha pública? Antes do horror, há uma timidez, portanto. Seria isso? Essa é a fantasia guardada no delírio lógico herdado, dos lugares vazios e de todas as religiões.

Nos agarraríamos com toda força a um revés tradutório. Compensaríamos toda a história de horror, realizaríamos o duplo de cada palavra já proferida e anotada. Demonstrar, trazer à luz, forçaríamos a entrada, o corpo reduzido, ressurgiria, a voz de Deus, calaria. Cada carta dos amantes e cada poeta lidaria com a diligência de sua própria clausura. Os mortos voltariam à vida cantando e dançando a glória de um reencontro entre o dito e o visto, o dito e o feito, a concepção do uno em direções opostas no seio de uma natureza vitoriosa. As cabeças baixas, os açoites, os escravos, o movimento inteiro restabelecido, andaríamos para trás e nos juntaríamos às marchas revolucionárias, as palmatórias seriam recolhidas até o ponto em

que as ferramentas humanas novamente dissessem respeito ao estritamente libertador; a redenção do espírito, a compleição símica gesto-voz. Vibração primeira. Força. O começo-e-o-fim.

Porém, não é sem relutância que Saussure dá exemplos do tipo de consistência que persegue no Cours. Se por um lado realiza uma planificação da Semiologia de maneira diacrônica, prevendo seu estatuto científico e os arranjos possíveis do ponto de vista de sua arquitetura teórica, por outro, fica evidente (não somente no domínio de sua obra, mas também em seus comentadores, opositores e nas anotações rasuradas que deixou como legado) que há um outro lado da moeda, que curiosamente cai sempre para baixo. E não necessariamente o faz em uma dialética, muito menos expondo argumentos no sentido de uma solução definitiva para o senso comum, pois não deseja (ou teme não ser possível) suplantiar as contradições por uma finalização absoluta. Ou, ao menos, não o faz publicamente, e os seus momentos de solidão indagativa se somam ao trabalho intelectual, combinam o evidente e o obscuro, atizam os desejos mais recônditos de sua alma assim como provocam uma aceleração em direções ainda desconhecidas.

Não há artigo. Nunca houve nenhum. Eu me nego.



CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Início lendo um pequeno trecho de *O Narrador*, de Benjamin (1987, p. 204):

Nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia.

Uma premissa do desejo em forma de tese: se aceitamos a ideia de distensão daquele que presencia uma narrativa, seu estado de abertura e fragilidade quase em um mundo de sonho, estaremos já mergulhados em um mundo de carne que vibra, cruzamentos, conexões e implicações de um corpo-memória irregularmente distribuído, cujas contrações e distensões pulsam segundo os encontros, segundo as leis de composição dos textos. Mas há o problema do acesso aos segmentos dessa narrativa, exigência tradutória que impõe a forma ao problema tradutório, quando o texto passa a fazer essa exigência ao leitor. Aqui, não importa se é possível ou não traduzir, dado que essa forma mais primitiva de exigência da tarefa tradutora advém de um impossível da linguagem, quando o gesto deixa de abarcar a suficiência de uma leitura, ou seja, o poético. Nessa exigência, que une o impossível ao tão somente possível, é

que temos figuras mais próximas do representável, onde se começa a colocar questões como: 1. *Quem irá traduzir?* 2. *Como seduzir?* 3. *Sendo eu seduzido, a tradução me pertence?* 4. *Caso uma tradução não me seduza, deverei desprezá-la?* O gesto amplo (poético) pode até seduzir em função de uma aparente sincronicidade e possibilitar a certeza da leitura, um alívio, uma tranquilidade: *estamos nos domínios do sentido*. Mas para o original, isso significa alguma coisa?

Benjamin (2008) dirá que não. A morada do original, segundo seu entendimento, habita uma experiência mais sublime e intangível com a qual a tradução mantém um vínculo essencial, mas que, essencialmente, está submetida à sua lei. A complexidade dessa relação, todavia, nos preocupa pelo próprio jogo do texto benjaminiano estabelecido entre vida e tradução. Pensamos que, se o original estende sua glória ao longo das gerações e não se limita às finalidades da tradução, os bons tradutores (os poetas) somente encontram algo próximo à glória original, de uma vida que retorna, sobrevive (ou sub-vive nas formas encenadas pela tradução) caso encontrem a necessidade entre esse gesto amplo, arco sem dimensões que abraça a vivência humana, e uma forma. Uma exatidão de sentido, portanto, não é algo a ser buscado, não sendo isso uma característica do bom tradutor, mas antes do mau.

Tenha-se o exemplo de um livro de bolso. Ali cabe uma épica grega de dois mil anos. Como materialidade, expressa tão somente necessidades, exatidões, e nada mais. Desde o vocabulário, as notas de tradução, o formato do livro, a qualidade do papel, o preço, etc., desde a vida íntima e mais desprovida de significação até o mercado editorial, há uma exatidão que perpassa todos os níveis de uma história que fala por necessidade. E se nos colocamos ao lado do mau tradutor é porque somente este lida com algo de inexato, aquilo que tangencia a inexatidão e efetivamente trabalha nesse sentido. Quando a compensação de vocabulários mortos se depara com a

inadequação, quando as culturas extintas interditam uma imagem, tornando-a impossível, quando a língua de chegada é enviesada por explicações, por retomadas, por ambiguidades, rebaixada e tornada outra na busca desesperada de algo de exato, é que se abre esse mesmo tecido histórico defendido por Benjamin, onde as superfícies expõem suas insuficiências. É nesse registro que a tradução se faz uma forma. Do contrário, apenas a tranquilidade da equivalência e da contemplação de uma leitura impassível.

Quando a aura e a vivência crua do instante deixam de ser suficientes. Não é aí que a história se desenrola? E se a tradução se encontra nessa cisão, de não correspondências, seu trabalho por acaso se encerra, e se contenta com sua limitação histórica e de linguagem? Se assim fosse, não haveria nenhuma tradução disponível. Parece que algo há de parentesco, de possível, que se sobressai em relação às distâncias. E temos como resultado dois fenômenos: uma infinidade de traduções, que se multiplicam todos os dias; um parentesco das línguas sempre retomado, ao ponto em que as distâncias e inexatidões entre os textos são reconhecidos, mas inscritos em superfícies paralelas. Desse último, tem-se que é próprio da tradução, ao menos aquela tradução em que a genealogia do parentesco inclui e supõe as diferenças entre as línguas, essa topologia que aproxima os textos em uma relação de pressuposição recíproca. Assim, não haveria autoridade de um texto sobre o outro, tampouco o original revive sem que se modifique. Certamente o original não se altera em função de uma tradução, mas naquilo que o tradutor opera enquanto matéria, enquanto camada superficial, incluídas todas as inexatidões e desejando-as, o texto lhe pertence.

É assim que o tradutor opera, trabalha, em razão de algo que revive apesar da distância, detendo-se um algo mais que se distancia tanto do original como da cópia. Não há língua de chegada, há gesto tradutor sobre algo que já chegou, que não tem

mais a possibilidade de um eu narrador que o faça manifestar suas verdades. É nesta cisão que deve ser mantida, onde o parentesco entre as línguas não é relevante salvo raras exceções, nesta outra língua, que o tradutor monta sua oficina (seu “porão”). É também por isso que nunca se traduz sozinho, ao menos não todo o tempo. As dispersões podem até ser os momentos mais produtivos, mas a congregação permite ter a medida daquilo que imputamos ao texto, como excessos de condições de leitura e temores da escritura, ou seja, devolvem ao original plenos poderes sobre as imagens e conduzem a tradução ao estatuto de cópia. Trata-se sempre de ultrapassar as condições de verdade, tanto do texto como do tradutor. Sendo assim, logo após o congresso, o tradutor não carregará as avaliações dos seus pares, mas, ao contrário, são os reconhecimentos e os apaziguamentos que forçam a tradução a ocupar regiões cada vez mais distantes do sentido.

[Pausa]

Por vezes lemos um texto e nada nos é dado, ao passo que estar em face de um poeta muda completamente a leitura. Mas quando se vive imerso em um imenso gesto que se replica em alguns corpos falantes, já não estaríamos exatamente no terreno do que se convém chamar de poético, ou seja, aquilo que excede a comunicação (Benjamin, 2008)?

Se partimos daí, é um começo digno. Eu o digo como aquele que força sempre uma leitura desse corpo distendido, mais intangível. Dado um livro, quais humores suscita, o que é liquidificado, o que, para além do texto escrito que leio, produz como ambientes de leitura e como formas transversais de manifestação, que pouca ou nenhuma relação guardam com as letras? Dizer se é uma escolha ou uma tendência que divido com outros, não é muito importante, a não

ser quando se é forçado a demonstrar a operatividade dessa espécie de leitura, o que, acredito, é a situação em que me vejo enredado.

Como premissa, cuja tendência corresponde a um autor, a do desejo, seus protocolos de inserção; quando exigida alguma sugestão do trilhar de ideias, não podemos acompanhar mais de perto, já que, de qualquer maneira, não detenho um fio narrativo exato e comprometido com o verdadeiro. Nem poderia argumentar com uma tese anti-psicologista, pois isso implicaria não somente um estudo profundo do texto em sua rede de implicações intelectuais e políticas, mas também nos incumbiria de um ponto de vista determinado, algo que, no que se refere à tradução, não parece ser o caso. Nada contra a psicologia, mas se o nosso interesse for verificar exatamente qual o tipo de inserção nossos sinais requerem como tradução, sejam quais forem os contextos que tenhamos entrada, a premissa deve ser ponto de deriva, e não campo.

Isso não significa em absoluto a recusa dos campos. Benjamin tratava de um processo que abarca uma linha de tempo muito extensa, mas o campo, o leito onde se deita e sonha e a memória se aviva, é justamente onde há cruzamento, conexão, implicação. *Fiar... Tecer...* O lugar da escuta e fala não é uma premissa, nesse sentido. Uma vez que memória e tédio não são meramente imagens ideais do narrador autêntico, mas principalmente espectros de uma forma artesanal de comunicação (Benjamin, 1987), não há pureza possível ao abordá-la. O narrador, por isso, é para Benjamin essa feitura de uma relação comunicativa com a verdade das coisas. Se os lugares e as coisas deixaram de se comunicar ao longo dessa linha cronológica, segundo distensões que redistribuem a memória, a comunicação, o artesanato, o fiar, o tecer, nem por isso desaparecerá a narrativa. Por mais frio e pretensioso que possa parecer, uma função-narrativa ainda percorre o estilhaçamento narrativo imposto pelo capitalismo e pela guerra. E infelizmente não terá-

amos como, aqui, avaliar as opiniões e os temores de Benjamin. Podemos somente dar atenção àquilo que está ao nosso alcance. Além disso, já estaríamos no campo da contemplação estéril? Não creio. Mas talvez o nosso alcance esteja contaminado, mofado por uma disposição que é cruzamento, mas não necessariamente conexão e implicação.

Se percebemos nossos encontros, como este aqui, por exemplo, como ponta mais alta de um progressivo retorno ao lar, como reconquista da voz, como redenção da língua, o que queremos exatamente dizer? Benjamin, para além de uma linha de tempo ampla que abarca uma sucessão de eventos históricos e seus modos de transformação cultural, estava preocupado com os modos de aparecimento e desaparecimento de um elemento ideal (O Narrador) em um conjunto muito plural de obras, que se relacionam ou não entre si, que se aproximam e distanciam segundo dinâmicas sociais sentidas em conjunto, e também sobre processos dialéticos mais difusos, mais difíceis de apontar. Digo, outros exemplos poderiam ser dados, mas me parece que Benjamin isola um tipo de função que parece nos perseguir, um compromisso com a tomada do turno, com a contação, com narrativas, com aparecer. Mas sobre o que nos debruçamos? Ou será suficiente os jargões? *Arte como justificativa. Poesia como visibilidade. Poema como voz.* Mas a que exatamente estamos chamando “arte”?

Outros o fizeram. E há aquela distinção de Bachelard. Tenho ainda muito tempo? Perceber as ressonâncias e então, as repercutir — seria isso um condicionamento muito moralista? Não é difícil de entender: se trago exemplos de pensadores, é porque ainda creio em mínimas aproximações entre o que faziam lá em seus tempos e nós aqui. De certa maneira, somos contemporâneos a eles. Então porque haveríamos de pretender haver, entre nós e eles, nada mais do que uma política institucional em comum, o mi-

rante sobre objetos culturais, que outrora tenha sido ditada e que a nós cabe dizer de outra maneira? É exatamente esse o equívoco que eles rejeitavam quando relacionavam objetos distantes no espaço e no tempo. O tecer próprio a tais pensadores é de uma recusa ao imediatismo mesmo quando o braço parecia se acomodar na neutralidade do dado. E se o conjunto, arquivo, biblioteca, arquetípica sobre os quais meditaram nos parecem distantes, antes de nos deixarmos seduzir pela simples seleção de algumas premissas que nos salvem do puro caos, precisaríamos nos indagar se não estaríamos aceitando, ingenuamente, problemas que não são os nossos. Ainda que feito com perfeição, o trabalho de um escravo continua sendo a imagem da escravidão.

Exigir a voz do outro, em qualquer texto, é fascista na medida em que exige a reiteração da consciência de si pelo outro. É impedir que a vida seja leve, é condenar à exatidão e à adequação da linguagem ao mundo. Fascismo é a arte horrenda e sedutora de cortar as cabeças não conformes. Porque não exige escuta, mas excesso de fala. Porque não se entende o texto como narração no seio de uma comunicação artesanal. Porque ao invés da escuta calma da criança que está em vias de adormecer, significa a exigência de um adulto neurótico que rebate todo o barulho (a fala da voz representativa não passa disso, de barulho) em uma reiteração de si mesmo e que nega a experiência do outro. É o nascimento do ídolo, da divindade, do chefe de estado que se anuncia através da voz. A exigência deveria ser o contrário: como uma escrita assimila as narrativas que um dia, quando num estado de solidão e tédio, enquanto se tomava um mate ou se aprendia a tricotar, vieram como um clarão em meio à noite? Quando se esqueceu de si, ao observar o movimento repetido de uma velha fiadeira, o ouvinte soube que um dia iria também narrar, e isso pouco difere de um problema de penteagem de fios. Um problema de escrita tem outros termos, é verdade. A leitura de

livros não é a substituição da escuta, também a escrita em terceira pessoa não é a garantia de que se tenha efetivamente assimilado uma narração. Nem mesmo o descompromisso com a verdade o é. O descompromisso também é uma atitude localizada, também inventou os seus refúgios, alguns deles que, talvez, nem mais funcionem hoje em dia. É exatamente aí que se dá o nosso trabalho. Exigir a autoridade do cientista como aquele que salva uma verdade da escuridão significa desconhecer a complexidade do meio em que nos movimentamos, é confundir um platô com uma totalidade. Desculpar-se por escrever sobre uma pessoa ou uma comunidade com o intuito de se eximir de culpa e para que se possa dormir tranquilo, como se isso fosse mais respeitoso, como se tivéssemos cumprido com nossa civilidade, é assinar o cinismo e a isenção capitalista. Eu os permito viver e falar através do meu texto. Como enunciado, isso é de uma evidência muito constrangedora, talvez por isso se tenha inventado rituais tão burocráticos como os nossos, de papéis assinados, de sessões intermináveis em que o tédio não é assombrado senão pelos encerramentos, pelo fechamento de carga horária, pelas formaturas, pelas defesas. Qual a origem dos enunciados? Mas se insistirmos em encerrar uma unidade tão severamente múltipla como a linguagem em paratextos que confirmem a nossa dignidade, corremos o risco de legislar sobre a própria narrativa que queremos reaver, utilizando para tanto um arbítrio que de início, paradoxalmente, havíamos rejeitado.

A escrita não é nossa matéria, é um trampolim. O livro e a voz narrativa não se equivalem. Escrita e leitura são uma coisa só. A comunidade investigada não é compensada da violência nem é salva do extermínio quando aplico sobre meu texto as estratégias retóricas mais recentes, por mais ousadas do ponto de vista da forma (ou da ausência dela) que possam parecer. Isso é muito fácil de perceber, há textos incontáveis que poderiam ser estudados desde

esse ponto de vista. O melhor que eu posso oferecer aos sinalizadores é o estudo de uma narração vivida e assimilada, junto a eles, como um deles, em momentos em que o enredo do espanto suspendeu a voz deles e a minha própria. Qualquer gesto de admiração e respeito já seria em si um desrespeito e uma violência. É por isso que busquei inventar minhas condições. Um resguardo da própria tendência ao fascismo? Talvez seja, antes, um contorno mais livre em termos de encontros, de afetos, mas com o rigor do espanto quanto à capacidade de distribuição dos fascismos identitários e dos eventuais respiros transcriadores.

Mas sugerir haver um compartilhamento gestual entre línguas orais e sinalizadas, entre poesia e linguagem, entre sintaxe e comunidade, seria uma atitude de que ordem? Intelectual? Um esteticismo inútil? Mas se quer o que com isso? Substituir uma sombra por uma imagem retocada sob a jurisdição de perguntas já realizadas e respondidas por outros, em outros momentos e em outras paragens da cultura? É uma indagação que torno pública. Por isso mesmo uma abertura que tem um compromisso crítico confesso.

Porque não podemos assumir nossos rituais? Porque não aceitar que existem culturas de transmissão oral, que não serão mais valorizadas socialmente depois que as registrarmos em livros, mesmo que escrevamos seus prefácios com toda a humildade possível; que nem o filme nem as análises de *frames* irão dar-lhes salvaguarda de seu exílio histórico em relação às bibliotecas? Não seria preciso — já que não somos ainda capazes de vencer esses códigos a que estamos aferrados e não achamos que seja o caso de inventar outros — não seria mais inteligente se fizéssemos dos nossos próprios escritos um tipo de “trabalho manual”, como disse Leskov? Narrativa sobre narrativa, “a lenta superposição de camadas finas e translúcidas, que representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia [...]” (Benjamin, 1987).

Sou solitário. Por escolha própria ou devido à antipatia geral, fato é que não há formação de círculo de narração ao meu redor, nem eu componho outros círculos que por aí se esboçam. Meus amigos espirituais me pedem que sejam omitidos, querem permanecer sem nome. Suas falas são difíceis, por vezes inaudíveis, e o fluxo dos seus cantos parecem ordenar os fatos de uma maneira comprometida com um tipo de verdade que muito se assemelha ao meu isolamento. Distante e insondável torvelinho de seres embebidos no espírito de um auto-consumo. Estar só é esquecer dos outros, mas também de si. Nisso, narrar é um entorpecimento, uma droga antissocial que só pode ser mostrada como um objeto vago que emite vozes distantes e sobrepostas. Seu texto não consiste em uma voz, não requer escuta e talvez nem mesmo leitura. Dínamo, murmúrios amarrados uns aos outros, soltos, ao léu. Que encontrem seus espaços e seus diapasões. É quando não se pretende resposta, ao menos não uma resposta dirigida a mim.

É que o rebote das vozes hoje se faz muito mais difícil. Eu não respondo por isso porque eu vivo o seio da ignorância. Nem memória nem lembrança: algumas centenas de gracejos, mais algumas dezenas de opiniões facilmente mutáveis, gente, gente, gente, comentários, postagens, fotografias. Já desconheço a poesia, a fonte da narrativa. Os romances se assemelham a um caldo velho lido por fantasmas. As imagens fotográficas tiveram seu momento breve de juventude, e cumpriram com a planificação conquistada a custo nos séculos anteriores, que também se tornaram *cards*, *thumbnails*, álbum de figurinhas. Não me lembro, não me importo, tanto faz. É por isso que eu não posso responder. Quem reativará a reminiscência? A minha cara estúpida no espelho não sabe dizer, nem entende a questão. O desejo deseja a si mesmo. Alguém, no futuro talvez — algum futuro, algum...

Quais são as nossas ruínas? Quais são as nossas dileções? Remontamos a quais sentimentos ou quais atributos morais quando, hoje, escrevemos? Ou não passamos de gente ferida, a pisar nos cacos de um projeto cuja derrocada assistimos a falência, já sem dor? O olho, a mão, o gesto — remédios milenares que não sabemos, enfim, administrar. Houve há algum tempo, em um desses congressos que tanto nos confortam, uma discussão sobre o nosso nome, a maneira como nos referimos a nós mesmos. Era no sentido de apagar das mãos o sinal de “surdo” e, em vez disso, num novo intento de legislar sobre a língua, alterar a indicação do ouvido que não escuta, e criar um sinal que indique o olho e a mão, algo supostamente mais apropriado àquilo que nosso povo manifesta e é.

[Pausa]

Alavancados pela fúria tradutória que tudo traduziria e, por uma grave confusão entre direito e genealogia, arrogamos a nós mesmos o direito de ordenar uma espécie de marcha rumo à transparência absoluta de todas as línguas que limitaram o corpo à mera instrumentalidade. Aí, supomos, em nosso delírio, invadiremos todas as metáforas da razão para fazer delas contra-imagens, imanentes a Babel. Traduzir para não-traduzir nunca mais. Se há alguns de nós dispostos a encarar esse delírio ao assumir uma postura moralizante da tradução, talvez o que estejam(os) fazendo não seja exatamente traduzir. De posse da metáfora como fosse lei, recolhemos imagens ainda muito pesadas e cheias de uma pluralidade que preferimos colocar de lado, enfurecidos, dispostos a idealizar um fundo unívoco que restituísse nossa divindade, que estampasse na superfície de toda a linguagem aquilo que lhe falta, que lhe foi tomado, e que os novos poderes reavidos em uma máquina total (e totalitarista) de tradução deixaria exposta uma incoerência milenar.

Essa é a missão redentora dos convocados, que preparariam o mundo para um povo que sofre sob a compulsória tradução, necessária e impossível, mas que não o querem mais. E caberá aos próprios tradutores cumprir a missão, e serem eliminados em consequência disso.

Não seria suficiente que os objetos se tornassem os sujeitos, e os analisados, analistas. Querem algo mais anacrônico do que uma denúncia da ingenuidade de um pensamento em relação aos seus pressupostos? Se tal postura crítica ainda acontece, mesmo que animada pela reversão onírica dos próprios pressupostos e se furte à verdade presentificada (ou invente um jogo antitético de presença-ausência, sem que a verdade e o signo compartilhem os mesmos espaços), é preciso admitir que não é nada além do que outros já tenham realizado com muito mais propriedade (uma concessão à legitimidade...). Mas que opção teríamos, se nossos códigos repetem a fórmula de generalidades filosóficas há muito já debatidas, e que o máximo alcançado em termos de abalo do pensamento foram aproximações muito cuidadosas e que não ousam tocar em unidades discursivas como “o surdo”, “a língua”, transformadas em portas de entrada e garantias de troca? Vemos que a concessão à legitimidade é muito maior em nossos adversários, que apenas aguardam, cinicamente, que os próprios sujeitos realizem o seu corte e sua desconstrução, sua própria etnologia, subversão e escritura. Por qual motivo haveria de realizarem um projeto contra sua própria aceitação em um mundo que, apesar de lacunar em significação, é muito evidente em sentidos e funções? Nos imputam a tantalização em troca de migalhas, seja por emprego, por artigos acadêmicos, títulos e alguma relevância midiática. Aquilo que eles lançam como migalhas, pensando bem, nos parece muito valioso. E é este tempo, provavelmente, que nos obriga a essa submissão, a essas torpezas de outrem, feitas nossas torpezas, tristeza por um pouco de alegria.

De resto, parece que nos limitaremos a esses encontros, em bares, em poemas mal-acabados, interrompidos pela fome e pelo vibrar de nossos despertadores. Encontros como esse, em que a clausura do pensamento se anuncia em um grito de sala escura, a metafísica ocidental, anódino chamado, respondido por mãos amarradas. Uma biblioteca cheia de vãos, que ignora os amores mais intensos. Aliás, não é essa a mesma história, todas as vezes?

[Pausa]

O máximo de comunhão possível se expressa na ausência e no silêncio do ser amado. Poderia pensar como esta sala aqui como um deserto, e que ninguém de fato se importasse com o que estou dizendo. E por isso mesmo eu continuaria empenhado em alguma comunhão, uma vez que, por mais que o lugar que eu viesse a ocupar só indicasse avessos, de alguma maneira o amor se consumiria, em um delírio rigorosamente meditado. Em *O deserto do amor*, François Mauriac (1970), trata de uma pedagogia da vingança, a psicologia dos semblantes e das dissimulações. Mas o que chama a atenção nessa obra não é tanto o fato de passar a limpo a interioridade e a constatação do primeiro amor recalcado. É a descoberta, a surpresa, não da amada em si, quando a bordo de um bonde de operários sonolentos e maltrapilhos, mas da supressão do mundo, dos valores, das contingências e da subida à superfície de elementos díspares. Raymond, personagem central, encontra, finalmente, as condições puras do aconchego da alma, e, note-se, o vazio de existência, o anonimato, o radical desnível social entre ele e os passageiros de um coletivo, com suas camisas desabotoadas e deixando entrever pelos animalescos. Com Raymond compartilham a indiferença; a prepotência juvenil tem aí seu primeiro recuo, ao ponto de que, quando um jovem de sua idade adormecia e encostava a

cabeça em seu ombro, ele, a fim de o repelir, “desatava-o como a um ramo” (Mauriac, 1970, p. 80). E foram os olhos da amada que, mesmo longínquos em uma frustração original, lhe armaram de tal segurança e impassibilidade, e mais, é exatamente por não se sentir constrangido com o olhar da moça que o deserto o invade.

É possível que Mauriac, nos belos parágrafos que descrevem este encontro, profundamente didáticos, tenha abstraído seu existencialismo em favor de um retorno dos olhos ao mundo como diferença. Olhares repartidos, comunhão da distância, afeto, encontro. Nada a ver com uma negatividade, nada a ver com uma demanda, a qual a paixão socorreu com o despertar do adulto; Raymond não se viu “cercado” para depois negar sua imaturidade e empáfia adolescente. O aprendizado, aqui, funciona como conjunto positivo a partir do zero da surpreendente amorosidade. Se entendemos que o que é liberado na obra é um plano desértico é porque tal aprendizado, seja como satisfação, vingança ou frustração, de qualquer forma, perdura como fundo que se repete na satisfação boêmia, na vingança da mulher interesseira, ou na frustração em relação ao pai. Diferentemente dos existencialistas, para os quais dois pontos são considerados a partir de seus limites negativos, do seu “não ser para ser” em diante; a diferença, nesse registro, não passaria de uma artimanha sintática ou um erro de delimitação (tratar-se-ia de *outra* coisa...). Como, por exemplo, Sartre (1943), para quem há uma inserção de Nada (ou “lagos” de não-ser), nos atributos disponíveis a uma consciência transcendente e aos quais se irá negar pelo menos um, a saber, aquele cuja ausência limita (nega, não se estende para “além de”) o Ser.

Para efetivamente rejeitar a concepção do deserto como Nada bastaria, entretanto, entregar-se ao deserto. Mas não se trata de resistir às tentações (pelo contrário, queremos ser tentados, e às vezes até cair nas tentações), e sim de um deserto onde todas as

vozes se transmutam em sons musicais, singulares, encantadores; mesmo as mais enfadonhas e teimosas sintaxes são distribuídas e se confundem com o som inimitável das lamínulas de areia, sugerindo caminhos, mais do que o grito no vazio. De outra parte, trata-se de uma desertificação imóvel. Instalando-se em território liso, são recuos e precipitações do próprio espaço que dão uma característica ‘escorregadia’ ao habitante do deserto. O nômade, dirão.

Seja para amar, para lutar, para escrever, para educar. Criar regras para a própria ação; das verdades, valores, sujeitos e poderes não basta opor desconstruções, inversões, multiplicações e resistências. Se nos lançamos ao deserto, é porque vivemos em meio a tantos rostos e tantos artifícios de seleção e exclusão que dificilmente cogitaríamos convocar um agrupamento de todos os amores, todos os parceiros de luta, todas as amizades intelectuais para que eles, um por um, sejam salvos de seu sofrimento. Nem mitologia, nem retórica, um pensamento desértico possui apenas uma voz, e aquilo que o anuncia não é um “Eu penso”, já que este, como diz Foucault (2009), é envolto de certeza de sua existência. Rasante, distante, fugidia e nada orgulhosa, o lugar vazio deixado nos vãos de sua dispersão não faz casa. Não é a vontade de esvaziar o eu, é encarar a evidência de um eu esvaziado, e se há alguma interioridade envolvida na linguagem, ela deve ser muito porosa. Mas lembremos: se os rostos se multiplicam, se as cores distribuem seus híbridos em torvelinho, se o espaço liso do deserto por vezes se confunde com um grande rosto sobre a terra, é porque não nos afastamos suficientemente do muro, não saímos do buraco que aprisiona — como distinguir, portanto, um muro branco de lamentações e um deserto?

Tomemos nossa ilusão, façamos possível amar de fato. Fantasiemos o salto ao nosso tempo para apontar sua constituição, ilusionistas de pequenos mundos (apesar de que algumas possí-

veis causas insistem em nos atordoar o sono...). Um deserto (ra) refeito. Que idealizar tempo e espaço absolutos (espaço sem coisas e tempo sem fatos) como a mais duradoura brincadeira infantil, fazemos ainda hoje. Some-se o respiro, abra-se a janela, o retorno é de outras coisas. Recondução de nomes, de lugares, de verbos, uma conversa, auto eleita. Fazer dialogar *as coisas*. É a isso que chamaremos o Congresso.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida – São Paulo: Editora 34, 2003.

ANDRY, Nicolas. **Orthopædia**: or, the art of correcting and preventing deformities in children: by such means, as may easily be put in practice by parents themselves, and all such as are employed in educating children.. London: Printed for A. Millar. 1743.

ARISTÓTELES. **De Interpretatione**. (Tricot). Paris: Vrin, 1959.

ASLANOV, Cyril. **A tradução como manipulação**. São Paulo: Perspectivo, Casa Guilherme de Almeida, 2015.

AZEVEDO, Alessandra Christina Arantes Abdala. **A Voz Acena**: a presença da voz na cena da aula. Cuiabá: UFMT, 2013. 181 f. (Proposta de dissertação) Mestrado em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lúcia do Valle Santos Leal. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BAKER, Charlotte; PADDEN, Carol. Focusing on the nonmanual components in American Sign Language. In: Siple P (ed.) **Understanding language through sign language research**. New York: Academic Press, 1978. pp. 27–57.

BALLY, Victor-François. **Mimographie, ou essai d'écriture mimique, propre à régulariser le langage des sourds-muets**. Par M. Bébien. Extrait de la Revue Encyclopedique, 87e T. Cah. T XXIX. 1826.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Tradução Julio Castañon. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **Como viver junto**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. **Escritos sobre o teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARTHES, Roland. **S/Z**. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BATAILLE, Georges. **Sobre Nietzsche: vontade de chance**. Suma ateológica, vol. III. Tradução, apresentação e organização Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BECKETT, Samuel. **O Inominável**. Tradução de Ana Helena Souza. São Paulo: Globo, 2009.

BENJAMIN, Walter. **A tarefa do tradutor**. Tradução de Fernando Camacho. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENSE, Max. **Pequena estética**. Organização: Haroldo de Campos. Tradução: J. Guinsburg e Ingrid Dormien Koudela. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BENVENISTE, Émile, **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1970.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução de Paulo Neves. - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henry. A lembrança do presente e o falso reconhecimento. Tradução Jonas Gonçalves Coelho. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 29 (1): 2006. 95-121.

BERTHIER, Ferdinand. **L'Abbé de l'Épée sa vie, son apostolat, ses travaux, sa lutte et ses succès**. Texto eletrônico. Disponível em: <www.gutenberg.org/ebooks/11>. Acesso em: 14 Set. 2018.

BOUNDAS, Constantin. Deleuze-Bergson: an ontology of the virtual. In: PATTON, P. (ed) **Deleuze: A Critical Reader**. Oxford: Blackwell, 1996. pp. 81-106.

BRASIL. **Lei Federal nº10.436, de abril de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 02 Out. de 2018

CAMPOS, Haroldo de. **Transcrição**. Org. Marcelo Tápia e Thelma M. Nóbrega. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CAMPOS, Maria Idalina Krause de. **Educação da diferença com Paul Valéry: método espiritográfico**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CORAZZA, SANDRA MARA. **Inventário de procedimentos didáticos de tradução: teoria, prática e método de pesquisa**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2018, vol.23, e230032. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100225&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Out. de 2018.

CORAZZA, Sandra Mara. **Metainfanciôfísica**. In: Moreira, A. F. B.; Pacheco, J.A.; Garcia, R.L. (orgs) **Currículo: pensar, sentir e diferir**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CORAZZA, Sandra Mara. **Os cantos de Fouror: escrita em filosofia-educação**. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2008.

CORAZZA, Sandra Mara. **Para uma filosofia do inferno na Educação: Nietzsche, Deleuze e outros malditos afins**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CORAZZA, Sandra Mara; RODRIGUES, Carla Gonçalves; HEUSER, Es-

ter Maria Dreher; MONTEIRO, Silas Borges. Escriteiras: um modo de ler-escrever em meio à vida. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1029-1044, out./dez. 2014.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida. Tradução de Tomaz Tadeu. In: **Educação&Realidade**, 27(2), jul-dez, 2002. pp 10-18.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Ed 34, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 2: a imagem-tempo**. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**. Tradução de Luiz Orlandi. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o Estruturalismo? In: CHÂTELET, François (org). **História da filosofia** - idéias, doutrinas. Vol 8. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e Esquizofrenia**, Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** V. 2. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 3 Tradução: Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**.

V. 5. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2012.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In: **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.

DERRIDA, Jacques. **A voz e o fenômeno**: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Tradução, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução: Miriam Shneiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Tradução: Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DINARTE, Luiz Daniel Rodrigues. **Congresso dos Signais**: didática filosófica do Gesto. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 111 f. (Proposta de Tese) Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FLUSSER, Vilém. **Comunicologia**: reflexões sobre o futuro. Tradução de Tereza Maria Souza de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FLUSSER, Vilém. **Gestos**. São Paulo: Annablume, 2014.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução: Raquel Abi-Sámara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FLUSSER, Vilém. **Pós-história**: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas cidades, 1983.

FLUSSER, Vilém. **Retradução enquanto método de trabalho**. Texto mimeografado. Flusser Studies 15. Disponível em: <<http://www.flusserstudies.net/sites/www.flusserstudies.net/files/media/attachments/flusser-retraducao.pdf>>. Acesso em: 02 Out. de 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In: **Estética**: literatura e pintura, música e estética. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta, Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 219-242.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. (1920-1923) Tradução Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUATTARI, Félix. **De l'efficience sémiotique**. Les Séminaires de Félix Guattari. Meio eletrônico: 1982. Disponível em: <<http://www.revue-chimeres.fr/guattari/semin/semi.html>>. Acesso em 04 Mai. 2018.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução: Paulo Menezes. Petrópolis: Vozes, 1992.

HJELMSLEV, Louis Trølle. Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem. (Trad.) José Teixeira Coelho Netto. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HUSSERL Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

HUSSERL, Edmund. **Investigaciones lógicas 2**. Tradução: Manuel G. Morente e José Gaos. Buenos Aires: Alianza Universidad, 1929.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1995.

JULLIEN, François. **As Transformações Silenciosas**. Tradução:

Maria Luiza Berwanger da Silva. Porto Alegre: Paiol, 2013.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LADD, Paddy. **Understanding Deaf Culture: in search of Deafhood**. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 2003.

LAPIAK, Jolanta. **Arche-writing -and/or- Arche-speaking**. Performance. Apresentada no “Inspired: Art of ASL Festival”, Milwaukee Art Museum, Wisconsin, USA. 27 de setembro de 2008. Vídeo. Duração: 7’23’. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cfJS_nD9x0A> . Acesso em: 18 Set. de 2018.

LAPIAK, Jolanta. **ASL photocaligraphy Orihon**. 1 Livro. Cor. 2007. 5.75” x 5.25”. 16 páginas. Website da artista: <<https://www.lapiak.com/index.php?id=30>>. Acesso em: 18 Set. de 2018.

LEROI-GOURHAN, André. A Libertação da Mão. **Revista Laboreal**. Vol. VI, Nº2, pp. 56-59, 2010.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra: 1 – técnica e linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARTINET, André. **Elementos de Linguística Geral**. Tradução e adaptação de Jorge Morais -Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

MAURIAC, François. **O deserto do amor**. Tradução: Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1970.

MALLERY, Garrick. **Sign Language Among North American Indians Compared With That Among Other Peoples And First Annual Report of the Bureau of Ethnology to the Secretary of the Smithsonian Institution, 1879-1880**. Government Printing Office: Washington, 1881.

MAZZARI, Marcus V. **Água mole em pedra dura: sobre um motivo taoísta na lírica de Brecht**. Estudos avançados 14 (39), 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne. Tradução de Paulo Neves e Maria Ermentina Galvão Gomes. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

OLEGÁRIO, Fabiane. **Didática da tradução**: transcrições do currículo. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 52 f. (Proposta de Tese) Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 156 f. (Tese) Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PIGNATARI, Décio. **Informação Linguagem Comunicação**. São Paulo, Cultrix, 1993.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução: Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

PONGE, Francis. **Métodos**. Tradução e Apresentação: Leda Tenório da Motta. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

PONGE, Francis. **O Partido das coisas**. Organização: Ignacio Antonio Neis e Michel Peterson. Tradução: Adalberto Müller Jr., Carlos Loria, Ignacio Antonio Neis, Júlio Castañon Guimarães, Michel Peterson. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PROPP, Vladimir. **Morfologia do Conto Maravilhoso**. Prefácio de Boris Schnaiderman, cap.I – VII. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

REICHERT, Andre Ribeiro. **Mídia televisiva sem som**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 100 f. (Dissertação) Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RICŒUR, Paul. L'identité narrative, In: **Revue des sciences humaines**. LXXXV, 221, janvier-mars 1991, pp. 35-47.

RILKE, Rainer Maria. Lamento. In: **Poemas e Cartas a um jovem poeta**. Tradução: Geir Campos e Fernando Jorge. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Ensaio sobre a Origem das Línguas. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel; JEFFERSON, Gail. **Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa**. Equipe de tradução: Adriana Maria Soares da Cunha, Camila Ferrarezi Duque, Jésus Ribeiro Medeiros, Luciana de Mesquita Silva, Milene de Paula Borges, Mônica Beatriz Pedrosa Schittini VEREDAS - Rev. Est. Ling, Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p.9-73, jan./dez. 2003.

SARTRE, Jean Paul. **O Ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1943.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye – 28ª edição. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SERRES, Michel. **Tempo, erosão**: faróis e sinais de bruma. In: WOLFF, Virginia. O tempo passa. Coleção Mimo. Tradução e organização Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Aforismos para sabedoria de vida**. Tradução, prefácio e notas Jair Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul/dez. 1999.

SPERB, Carolina Comerlato. **Cenários metamorfoseados de educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 71 f. (Proposta de Tese) Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SPERB, Carolina Comerlato. **Escola Libriação**: biografemática do gesto. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 272 f. (Tese) Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução e notas: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

STENDHAL, Henry Marie Beyle. **O vermelho e o negro**. Tradução: Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2002.

STAROBINSKI, Jean. **Les Mots sous les mots**: les annagrammes de Ferdinand de Saussure. Paris: Gallimard, 1971.

STOKOE, William. Sign Language Structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf. In: **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**. Vol 10, Nº 1. New York: Oxford University Press, 2005. pp. 3-37.

SUPPIA, Alfredo Luiz Paes de Oliveira. **Imagem analógica x imagem digital**: sobre a impressão de ruptura referencial. *Comunicação e Sociedade*, vol. 14, 2008, pp. 63-68.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia - e outros ensaios**. Organização e introdução: Eduardo Viana Vargas. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TRADUÇÃO DE JABBERWOCKY PARA ASL. Relato de Eric Malzkuhn, seguido da tradução do Poema de Lewis Carroll. Video. Realização

Dawn Sign Press. Duração 5"38'. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p7BfCz4iqis>>. Acesso em: 02 Out. de 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução: José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

WRIGHT, Becky. **Sense from Nonsense**: A Linguistic and Literary Analysis of Two ASL Translations of Jabberwocky. Senior Honors Thesis. Swarthmore College 2010. Disponível em: <https://scholarship.tricolib.brynmaur.edu/bitstream/handle/10066/10158/Wright_thesis_2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 Out. de 2018.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. Movimentos e Matérias da Iniciação à Docência. **Educ. Real**. Vol. 40, no. 2. Porto Alegre abr./jun. 2015. Epub 20-Mar-2015.

